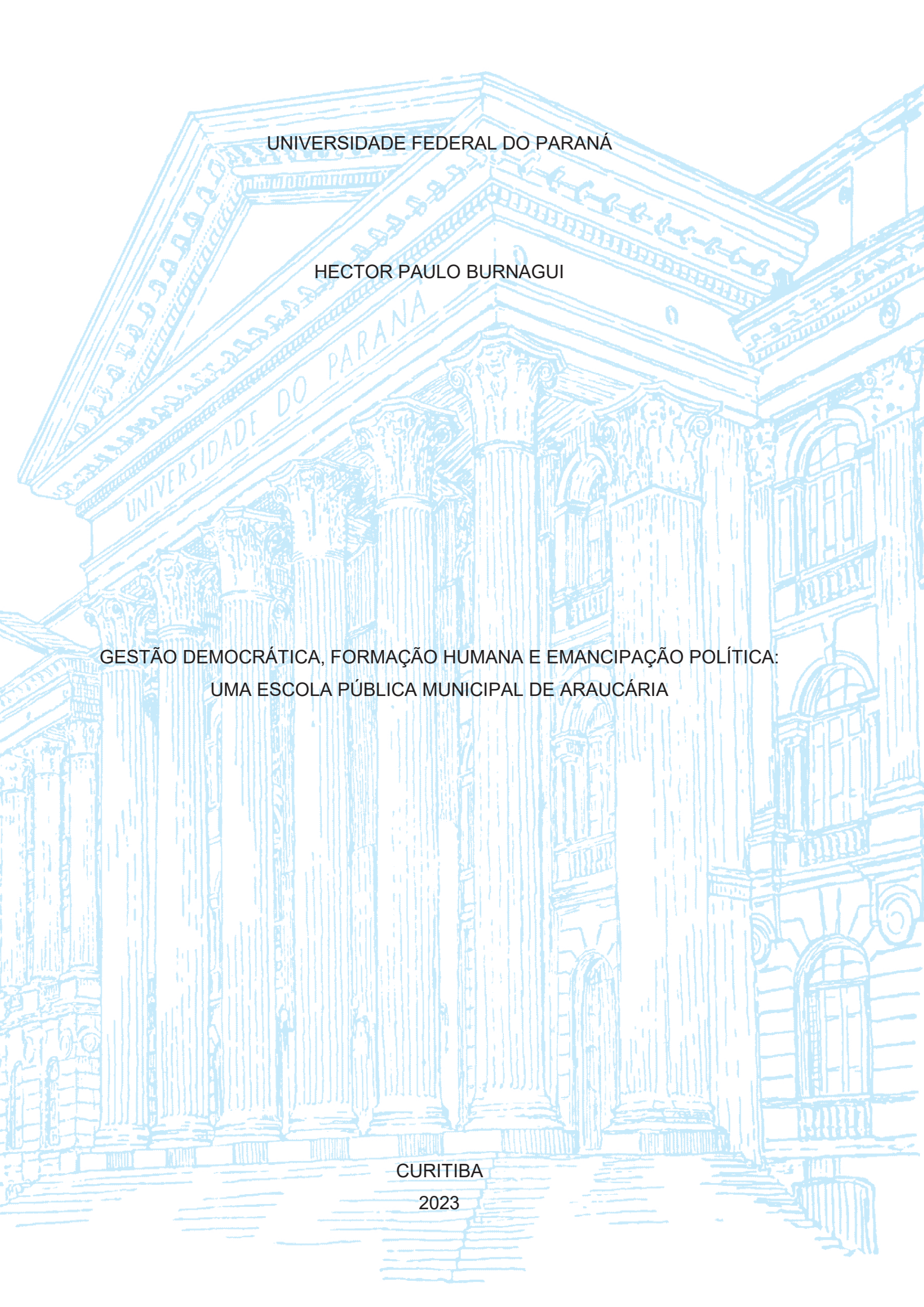




UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

HECTOR PAULO BURNAGUI

GESTÃO DEMOCRÁTICA, FORMAÇÃO HUMANA E EMANCIPAÇÃO POLÍTICA:
UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

CURITIBA

2023

HECTOR PAULO BURNAGUI

GESTÃO DEMOCRÁTICA, FORMAÇÃO HUMANA E EMANCIPAÇÃO POLÍTICA:
UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação: Teoria e Prática de Ensino, Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Maurício Cesar Vitória Fagundes

CURITIBA

2023

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DO CAMPUS REBOUÇAS

Burnagui, Hector Paulo.

Gestão democrática, formação humana e emancipação política : uma escola pública municipal de Araucária / Hector Paulo Burnagui – Curitiba, 2023.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Maurício Cesar Vitória Fagundes

1. Educação – Estudo e ensino. 2. Educação e Estado. 3. Escolas públicas – Araucária. 4. Gestão democrática – Escolas públicas. I. Fagundes, Maurício Cesar Vitória, 1961. II. Universidade Federal do Paraná. III. Programa de Pós-Graduação em Educação. IV. Título.

Bibliotecária: Maria Teresa Alves Gonzati CRB-9/1584



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO: TEORIA E
PRÁTICA DE ENSINO - 40001016080P7

ATA NºD20.04145

**ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO
GRAU DE MESTRE EM EDUCAÇÃO: TEORIA E PRÁTICA DE ENSINO**

No dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte e três às 15:00 horas, na sala 224 e meet.google.com/rbu-izsw-xwd, Campus Rebouças - UFPR, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de dissertação do mestrando **HECTOR PAULO BURNAGUI**, intitulada: **Gestão democrática, formação humana e emancipação política: um estudo de caso de uma escola pública municipal de Araucária**, sob orientação do Prof. Dr. MAURÍCIO CESAR VITÓRIA FAGUNDES. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO: TEORIA E PRÁTICA DE ENSINO da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: MAURÍCIO CESAR VITÓRIA FAGUNDES (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), MARY SYLVIA MIGUEL FALCÃO (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ), SONIA MARIA CHAVES HARACEMIV (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), MARIA MARGARETE SAMPAIO DE CARVALHO BRAGA (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, MAURÍCIO CESAR VITÓRIA FAGUNDES, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

Observações: A banca sugeriu alteração de título do trabalho para: Gestão democrática, formação humana e emancipação política: uma escola pública municipal de Araucária.

CURITIBA, 27 de Fevereiro de 2023.

Assinatura Eletrônica
27/03/2023 09:24:00.0
MAURÍCIO CESAR VITÓRIA FAGUNDES
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
10/03/2023 16:26:05.0
MARY SYLVIA MIGUEL FALCÃO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
02/03/2023 18:18:23.0
SONIA MARIA CHAVES HARACEMIV
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
12/03/2023 20:47:20.0
MARIA MARGARETE SAMPAIO DE CARVALHO BRAGA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO: TEORIA E
PRÁTICA DE ENSINO - 40001016080P7

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO: TEORIA E PRÁTICA DE ENSINO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **HECTOR PAULO BURNAGUI** intitulada: **Gestão democrática, formação humana e emancipação política: um estudo de caso de uma escola pública municipal de Araucária**, sob orientação do Prof. Dr. MAURÍCIO CESAR VITÓRIA FAGUNDES, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 27 de Fevereiro de 2023.

Assinatura Eletrônica
27/03/2023 09:24:00.0
MAURÍCIO CESAR VITÓRIA FAGUNDES
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
02/03/2023 18:18:23.0
SONIA MARIA CHAVES HARACEMIV
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
10/03/2023 16:26:05.0
MARY SYLVIA MIGUEL FALCÃO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
12/03/2023 20:47:20.0
MARIA MARGARETE SAMPAIO DE CARVALHO BRAGA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ)

Dedico à memória do meu Pai Iva, Ivanelio Burnagui, que ensinou a este filho, o mais velho, o valor do amor, carinho e companheirismo. Seu exemplo de doação incondicional, a quem lhe procurasse, me inspira a seguir nos caminhos da luta, me doando, incondicionalmente.

AGRADECIMENTOS

À minha companheira da vida, Tatiane Cordasco Penkal Burnagui, por caminhar lado a lado comigo e não me deixar esmorecer nos períodos de maior cansaço.

Ao professor Maurício Cesar Vitória Fagundes, lutador, educador popular, muito mais que meu orientador! Um caminhante nas trincheiras da luta por um outro modelo de sociabilização! Como é bom olhar para o lado e encontrar amigos nesta caminhada! Agradeço o companheirismo e a dedicação ao me conduzir nos processos de descoberta da pesquisa acadêmica.

Às professoras Sônia Haracemiv, Mary Sylvia Miguel Falcão e Maria Margarete Sampaio de Carvalho Braga, agradeço enormemente os olhares cuidadosos, afetuosos e suas relevantes contribuições sobre esta pesquisa.

À comunidade do Campina da Barra que me acolheu, me formou e reforçou as esperanças de que, mesmo em tempos de adversidade e obscurantismo, a luta por um novo modelo de sociabilização é o caminho.

Aos/às docentes e estudantes que participaram ativamente dos processos de pesquisa, agradeço a disponibilidade, a empolgação e as trocas.

Às minhas filhas Jessica e Laura, pelo carinho, companheirismo e compreensão nos meus momentos de distanciamento para dedicação aos estudos.

À minha incentivadora, companheira e amiga professora Alexandra Padilha Bueno, por todo cuidado e horas dispensada a mim nesta jornada acadêmica.

À minha família, minha mãe Umbelina, meus irmãos Everton e Christian e irmã Jhenifer, cunhada Carol, agradeço por me encorajar e acreditar.

Aos/às professores/as do PPGE-TPEEn, agradeço os momentos de aprendizagens que me fizeram crescer não só academicamente, mas também profissionalmente.

Aos/às colegas da turma de 2020 do Mestrado Profissional em Educação, agradeço os momentos de trocas e reflexões que mesmo com a distância física, me cativaram e inspiraram.

Sou grato porque, nesta caminhada da vida, estou rodeado de companheiras e companheiros que somam, protegem e são protegidos, engrandecendo a minha jornada.

Se se pretende, com a educação escolar, concorrer para a emancipação do indivíduo, enquanto cidadão partícipe de uma sociedade democrática, e, ao mesmo tempo, dar-lhe meios, não apenas para sobreviver, mas para viver bem e melhor no usufruto de bens culturais que hoje são privilégios de poucos, então a gestão escolar deve fazer-se de modo a estar em plena coerência com esses objetivos (PARO, 1998, p. 5).

A vocação do ser humano não é de ser dominado, massacrado, modelado ou dirigido, mas, de “ser mais”, fazer e refazer a sua história, intervindo no seu meio (FREIRE, 2003, p. 11).

Aos oprimidos é permitido uma vez a cada poucos anos decidir quais representantes específicos da classe opressora devem representá-los e reprimi-los (KARL MARX).

RESUMO

Esta pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de analisar e compreender as possibilidades e limites de um processo educacional emancipatório, desenvolvido em uma Escola Pública Municipal de Araucária. Contou com o aporte teórico das obras de Vitor Henrique Paro e Paulo Freire entre outros educadores e pensadores progressistas contemporâneos, que apresentam reflexões sobre os processos de gestão democrática de unidades escolares e processos de emancipação humana. Buscamos compreender a centralidade do papel do Conselho Escolar, das Assembleias e da representatividade estudantil na horizontalidade das relações de poder. Para isso, essa investigação de cunho qualitativo e do tipo estudo de caso, valendo-se de elementos da pesquisa participante na construção dos caminhos metodológicos, empreendeu uma pesquisa preparatória que buscou compreender o histórico da localidade onde encontra-se a escola, sua ocupação demográfica e a correlação desta com o que ocorria no município e no país no mesmo período. Metodológica e formalmente, dividimos a investigação em três frentes: análise documental, observação participante e círculo de diálogo que, no campo empírico da pesquisa, por se tratar da análise da divisão do poder nas relações humanas, ocorreram em concomitância, construindo, assim, os dados para análise. A partir do Círculo de Diálogos, conversamos, trocamos impressões e experiências com 6 participantes que foram ou são Conselheiros Escolares nesta escola. Desse modo, o tecido deste estudo se entrelaça, demonstrando ser esta escola singular em seu processos de organização no campo da gestão e ratificando, em partes, os pressupostos da pesquisa de que quanto mais horizontais as relações de poder, no exercício da gestão das escolas públicas, mais democráticos e emancipatórios são os processos de formação social, humana e política das pessoas envolvidas.

Palavras-chave: Gestão Democrática; Participação; Conselho Escolar; Relações de Poder; Emancipação.

ABSTRACT

This research was developed with the objective of analyzing and understanding the possibilities and limits of an emancipatory process developed in a Municipal Public School in Araucária. It was supported by the theoretical works of Vitor Henrique Paro and Paulo Freire, among other progressive educators and thinkers, who present reflections on the processes of democratic management of school units and processes of human emancipation. We sought to understand the centrality of the role of the School Council, the Assemblies, and student representation in the horizontality of power relationships. To do this, this qualitative research, using elements of participatory research in the construction of methodological paths, conducted preliminary research that sought to understand the history of the location where the school is located, its demographic occupation, and its correlation with what was happening in the municipality and the country at the same time. Methodologically and formally, we divided the research into three fronts: documentary analysis, participatory observation, and dialogue circle that, in the empirical field of the research, because it is the analysis of the division of power in human relationships, occurred simultaneously, thus constructing the data for analysis. It is from the Dialogue Circle, where we talked, exchanged impressions, and experiences with 6 participants who were or are School Councilors in this school, that the fabric of this study is interwoven, demonstrating that this school is unique in its organization processes in the field of management and confirming, in part, the assumptions of the research that the more horizontal the power relationships, in the exercise of democratic management of public schools, the more developed the processes of social and human formation, of emancipatory action, and political participation of all involved.

Keywords: Democratic Management; Participation; School Council; Power Relations; Emancipation.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Fachada atual da Escola Municipal Pedro Biscaia.....	23
FIGURA 2 - Localização do município de Araucária no estado do Paraná.....	24
FIGURA 3 - Limites geográfico do município de Araucária.....	24
FIGURA 4 - Localização da Unidade Escolar.....	25
FIGURA 5 - Alunos em frente à Escola Isolada do Campina da Barra, 1966.....	26
FIGURA 6 - Antiga Escola Isolada do Campina da Barra, atualmente Escola Municipal Pedro Biscaia.....	27
FIGURA 7 - Organização dos processos da pesquisa.....	35
FIGURA 8 - Organização dos processos da análise de dados.....	50
FIGURA 9 - Resultados do processo de seleção dos documentos.....	72
FIGURA 10 - <i>Word cloud</i> dos autores citados.....	85

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 1 - Roteiro de entrevista semiestruturada.....	48
QUADRO 2 - Palavras-chave.....	83
TABELA 1 - Resultados da busca em bases de dados eletrônicas.....	70
TABELA 2 - Artigos selecionados para a análise integral.....	73
TABELA 3 - Autores mais citados.....	84
TABELA 4 - Assembleias documentadas em ata.....	116
TABELA 5 - Reuniões do Conselho Escolar documentadas em ata.....	116

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADC	Análise do Discurso Crítica
APPF	Associação de Pais, Professores e Funcionários
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CE	Conselho Escolar
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CF	Constituição Federal
Cmaee	Centro Municipal de Atendimento Especializado
CME	Conselho Municipal de Educação
Cmei	Centro Municipal de Educação Infantil
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
Cram	Centro de Referência de Atendimento à Mulher
Cras	Centro de Referência da Assistência Social
Creas	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CT	Conselho Tutelar
FME	Fórum Municipal de Educação
Geaa	Grupo de Africanidades Araucária
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
Lilacs	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
MG	Minas Gerais
PNE	Plano Nacional de Educação
PP	Proposta Pedagógica
Rcaap	Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal
RS	Revisão Sistemática
SciELO	Scientific Electronic Library Online
Sifar	Sindicato dos Funcionários de Araucária
Sismmar	Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Araucária

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	UMA COMUNIDADE E SUA HISTÓRIA	23
3	DA TEORIA À PRÁTICA	31
3.1	O PERCURSO METODOLÓGICO	31
3.1.1	Da abordagem qualitativa	31
3.1.2	Da opção pelo Estudo de Caso	33
3.1.3	Materialismo Histórico Dialético	35
3.1.4	Contexto e ambiente – Lócus da pesquisa - Uma escola pública municipal singular em seus processos de gestão	37
3.1.5	Do lócus aos sujeitos	39
3.1.6	Dos instrumentos para a coleta de dados	41
3.1.7	Observação Participante	42
3.1.8	Análise documental	45
3.1.9	Do Círculo de Diálogo	46
3.1.10	Princípios para a coleta de dados	49
3.1.11	Análise e interpretações dos dados	51
3.2	OS CONCEITOS QUE NOS GUIARAM, O QUE OS DOCUMENTOS DIZEM, COMO SE INTER-RELACIONAM E SE RELACIONAM COM A REALIDADE	59
3.2.1	Primeiras aproximações	59
3.2.2	Revisão sistemática dos conceitos: participação e gestão democrática da e na escola pública	65
3.2.3	O que nos dizem as legislações acerca da gestão escolar?	87
3.2.4	Proposta Pedagógica e demais documentos da unidade escolar	96
3.2.4.1	<i>“Nada é impossível de mudar”</i>	96
3.2.4.2	<i>Instrumentos da gestão democrática: os registros históricos da unidade a prática cotidiana</i>	103
3.2.4.3	<i>Regimento Escolar</i>	104
3.2.5	Conselho Escolar e Associação de Pais, Professores e Funcionários (APPF)	106
3.2.6	Assembleias	114

4	OS SUJEITOS E SEUS DISCURSOS: A REPRESENTATIVIDADE NAS INSTÂNCIAS DE PODER E O PROCESSO DEMOCRÁTICO.....	118
4.1	TESSITURAS ENTRE DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E EMANCIPAÇÃO: QUAIS CAMINHOS TRILHARAM OS MEMBROS DO CONSELHO ESCOLAR E QUAL A CONTRIBUIÇÃO DO PROCESSO DEMOCRÁTICO TENCIONADO PELA ESCOLA NESTA CAMINHADA.....	122
5	REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO: SÍNTESES PROVISÓRIAS.....	132
	REFERÊNCIAS.....	138
	APÊNDICE 01 - Etapa inicial – busca no Portal de Periódicos da Capes.....	143
	APÊNDICE 02 - Etapa Inicial – Busca na base de dados RCAAP.....	145
	APÊNDICE 03 - Etapa inicial – busca na base de dados <i>SciELO</i>	145
	APÊNDICE 04 - Etapa inicial – busca na base de dados Lilacs.....	147
	APÊNDICE 05 - Armazenamento dos resultados por base.....	148
	APÊNDICE 06 - Resultados da análise por critérios de inclusão e exclusão pelo título do artigo.....	149
	APÊNDICE 07 - Resultados da análise por critérios de inclusão e exclusão pelo título do artigo com categorização.....	150
	APÊNDICE 08 - Resultados da análise por critérios de inclusão e exclusão pelo resumo do artigo com categorização e <i>Qualis</i>	151
	APÊNDICE 09 - Degração de Círculo de diálogo.....	152
	APÊNDICE 10 - Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Comunidade Escolar	153
	APÊNDICE 11 - Modelo do Termo de Consentimento Livre, após Esclarecimento - Comunidade Escolar	156
	APÊNDICE 12 - Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Estudantes.....	157
	APÊNDICE 13 - Modelo do Termo de Consentimento Livre, após Esclarecimento - Estudantes.....	160
	APÊNDICE 14 - Modelo de Termo de Solicitação de uso de Som de Voz na Pesquisa.....	161
	APÊNDICE 15 - Modelo de Termo de Solicitação de uso de Imagem na Pesquisa.....	162

1 INTRODUÇÃO

Discutir, debater, organizar e reorganizar os processos internos da gestão e da tomada de decisões, entendidos nesta pesquisa como instâncias de poder de uma unidade escolar, localizada na periferia do município de Araucária (PR), torna-se preponderante para atingir os objetivos ousados de discutir, debater, organizar e reorganizar a sociedade em que vivemos.

A construção desta dissertação orientou-se no contexto da história recente do país, mais especificamente, a partir das duas últimas décadas do século XX, pautados pela expectativa de redemocratização do Estado brasileiro com o fim da ditadura militar, período este de intensas mudanças sociais e de paradigmas na organização da tessitura social. Neste bojo, foram organizados conselhos populares, manifestações de rua, greves, movimentos sociais que lutavam contra o autoritarismo e o centralismo do poder (CASTRO, 2018).

Como fruto deste período intenso, sendo ponto partida para materialização de uma nova organização social em que os direitos humanos, sociais, ambientais e econômicos entram como pautas na ordem do dia do país, articulando as relações desta nova concepção de sociedade com o resguardo e amparo de todo o aparato Estatal, é promulgada da Constituição Federal de 1988 (PEREIRA, 2015).

A importância histórica da formação e constituição dos Conselhos, especialmente dos trabalhadores, sejam eles de viés político organizado em sindicatos e/ou partidos, nos idos dos anos 1980 como clandestinos ou, ainda, pela igreja Católica com suas Comunidades Eclesiais de Base¹ é de suma importância na

¹ De acordo com Frei Betto (1981), as comunidades eclesiais de base (Ceb's) são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos. As primeiras surgiram por volta de 1960 com natureza religiosa e caráter pastoral. Nas paróquias de periferia, as comunidades podem estar distribuídas em pequenos grupos ou formar um único grupão a que se dá o nome de comunidade eclesial de base. É o caso da zona rural, onde cem ou duzentas pessoas se reúnem numa capela aos domingos para celebrar o culto. [...] nos anos de regime militar no Brasil, os membros das comunidades de base têm participado ativamente da oposição popular. Muitos foram presos e torturados; alguns, assassinados pelas forças repressivas do poder político e/ou econômico. Todavia, esse empenho de luta não nasceu espontaneamente nas comunidades nem resultou do alto nível de consciência política de seus membros. A própria conjuntura nacional ajudou a reforçar as comunidades eclesiais de base. Ao suprimir os canais de participação popular, o regime militar fez com que esse mesmo povo buscasse um novo espaço para se organizar. Esse espaço foi encontrado na Igreja, única instituição do país que, por sua índole histórica, escapa ao controle direto dos poderes públicos. Os militares não tinham como decretar a destituição de D. Paulo Evaristo Arns, como arcebispo de São Paulo, nem podiam nomear um general da reserva para podiam nomear um general da reserva para presidir a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Nas demais instituições brasileiras, não havia nenhum empecilho para que isso fosse feito.

análise que se pretende discorrer nesta pesquisa, pois, de forma direta, constituem pilares importantes para a constituição deste nosso jovem e frágil modelo democrático de organização social.

Simões (2012 p. 274) discorre que a Constituição de 1988 institucionalizou a participação popular na gestão administrativa por meio de estruturas colegiadas, denominadas de “conselhos de políticas públicas”. Aponta que a materialização desta inserção se dá pela indicação de representantes da sociedade e do Poder Público.

Voltando o olhar para o campo da educação, neste mesmo período histórico, estão em ebulição as discussões sobre propostas de superação destas relações autoritárias impostas pelo modelo ditatorial. Nas leituras, observamos que permeavam os debates a ideia de que a superação se daria a partir do momento que outro modelo de sociedade ocupasse o cenário com características participativas, democráticas e autônomas nas relações internas de poder nas comunidades escolares e suas instâncias de gestão, o que vem, posteriormente, ser referendado, em partes, pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9.394/96.

Partindo deste contexto de grandes mudanças na sociedade (final do regime autoritário ditatorial), observamos que a partir da redemocratização, de maneira mais específica nas leituras para esta pesquisa, no recorte dos últimos 15 anos, a Rede Pública municipal de ensino de Araucária, construiu um movimento na consolidação de processos que possibilitam a Gestão Democrática nas Unidades Escolares Públicas, no Sistema de Ensino e nos processos de luta organizada pelos mais variados setores da sociedade civil e dos trabalhadores da educação.

Essa caminhada possui marcos relevantes, no sentido da garantia da gestão não autoritária dos sistemas e das unidades escolares, como: a criação do Conselho Municipal de Educação, a Lei de Sistema, a formação dos Conselhos Escolares como instâncias máximas deliberativas nas Unidades Escolares, o fortalecimento da Representatividade Estudantil e das Associações de Pais, Professores e Funcionários (APPF's) e, por último mas não menos importante, a escolha direta de diretoras e diretores escolares por meio de eleições², com a universalização do direito ao voto, eliminando critérios de peso diferenciado entre os segmentos que compõem a

² Em Araucária, após uma tentativa de ataque à autonomia das comunidades escolares na escolha de seus dirigentes por parte de um governante que recorreu ao judiciário alegando que seriam cargos em confiança, assim de livre nomeação, o termo “eleição” foi substituído por “Consulta Pública” na legislação mais atual.

Comunidade Escolar e garantia a outros setores dos trabalhadores em educação, com a possibilidade de concorrer à função, desde que atendidos os critérios de formação (ARAUCÁRIA, 2022c).

A ênfase na gestão democrática da educação, em especial na rede de ensino a qual encontra-se a escola objeto deste estudo, impõe-se por princípios consagrados pela Constituição Federal Brasileira de 1988, amplamente debatidos, atacados e defendidos ao longo da nossa história recente.

Buscamos analisar e discorrer sobre um novo marco neste debate, calcado na concepção da Gestão Democrática na qual as suas relações não ocorrem de forma vertical, mas sim horizontais, que objetiva formar indivíduos e cidadãos cientes de que as decisões e responsabilidades na unidade escolar estão a cargo e execução do próprio coletivo, desmistificando o papel de centralidade do diretor³ escolar como detentor único de todo o poder decisão.

Neste ponto nos remetemos ao olhar freireano quando da problematização do ensino é necessário o diálogo entre o educador e o educando, conciliando de forma diametral a concepção de horizontalidade nas relações estabelecidas entre o educando e o educador para como parte e todo, também, das relações de poder, diz Freire (2008, p. 107):

E que é o diálogo? É uma relação horizontal de A com B. Nasce de uma matriz crítica e gera criticidade (Jaspers). Nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança. Por isso, só o diálogo comunica. E quando os dois polos do diálogo se ligam assim, com amor, com esperança, com fé um no outro, se fazem críticos na busca de algo. Instala-se, então, uma relação de simpatia entre ambos. Só aí há comunicação.

Assim, ao se reconhecer as potencialidades dos processos de gestão educacionais pautados pela horizontalização das relações de poder, permeando a coletividade e o gestor, percebe-se a importância da articulação das ações que ocorrem na escola e no espaço discursivo nela gerado.

A atuação do gestor na execução das deliberações coletivas, desta forma, torna-se fundamental para criação de um ambiente propício ao conhecimento e aprendizagem, que proporcione participação colaborativa, reflexão e a mobilização do processo democrático por todos da Comunidade Escolar, tendo essa organização, em seu extremo, influência na organização social e nos longos processos que podem

³ *Diretor Escolar* também será apresentado neste documento com o termo “gestor”, conforme é apresentado na análise dos documentos e teoria. Caso seja necessária a distinção, isso ocorrerá na análise.

levar a superação do modelo de sociedade pautado na exploração das pessoas por elas próprias (MARX, 1978).

Nesse sentido, observamos que se torna necessário àquela ou àquele que ocupa a função transitória⁴ de gestor, a compreensão sobre bases teóricas que envolvem suas ações, assim como a reflexão contínua sobre suas consequências, pois resultam diretamente no tipo de cidadão que a escola tem como intencionalidade formar.

Nesta perspectiva, a função de gestor não se restringe à função meramente burocrática e administrativa, é alçado a um ser coletivo - na acepção defendida por Paro (2005) de que a gestão, entendida como uma atividade eminentemente humana, não se dá de forma isolada; ela assume a característica de coordenação do esforço humano coletivo. Nesta compreensão, há a necessidade de estabelecer um relacionamento dialógico do processo de trabalho para superação de problemas na unidade educacional, muito das vezes pautados, ao longo da história, em autoritarismo antidemocrático.

Organizar-se, no âmbito da gestão da escola pública, na perspectiva democrática, é um desafio tanto para quem ocupa a função de gestora/gestor, quanto para a equipe pedagógica, professores, servidores, pais, estudantes e crianças, pois são todos interlocutores sociais da organização escolar, responsáveis pelas ações que possam de fato consolidar uma prática democrática e coletiva.

Acreditamos que este estudo possa contribuir na análise da gestão democrática da escola pública numa perspectiva da construção de sujeitos históricos coletivos, cujas relações de poder serão pautadas pela horizontalidade e com os executores deste modelo político fundamentados em um importante referencial teórico, partindo em busca do problema que estaria na sua origem: nas relações estabelecidas de poder no seio de uma unidade escolar, para, daí, fomentar novas discussões sobre a temática.

Este estudo pretendeu não só registrar os resultados da investigação ora proposta, mas, principalmente, interpretar e compreender o sentido empírico destes movimentos, explicando a dinâmica interna e externa, que permeia a proposta de gestão, buscando identificar as relações dos fenômenos investigados, assim como os

⁴ A utilização do termo transitório, nesta análise, compreende que os ocupantes da função de gestor escolar são escolhidos por meios de processos democráticos, em suas comunidades escolares, com mandatos com temporalidade clara, possibilitando a avaliação e participação coletiva.

fatores internos que poderiam facilitar ou opor resistência às mudanças constatadas nas relações de poder e participação coletivas.

Optamos por iniciar nossa investigação descrevendo o contexto histórico do município e da comunidade escolar estudada e, na sequência, realizamos uma revisão sistemática das produções científicas, buscando compreender o processo de constituição e aplicação empírica dos conceitos de “Gestão Democrática nas escolas públicas” e “Participação da Comunidade Escolar”, em artigos consultados em quatro bases de dados diferentes. Concluímos que há robusta produção teórica sobre o tema. Entretanto, o estudo do conceito de gestão democrática da escola pública, suas relações de poder e participação, dadas suas contradições intrínsecas, é um campo ainda fértil para pesquisas interessadas nesta temática.

A partir das primeiras aproximações com a temática e da revisão, selecionamos⁵ nosso referencial teórico tendo como principais contribuições as produções de Paulo Freire (1979, 1997, 2003, 2005, 2014) e Vitor Henrique Paro (2003, 2005, 2008), influenciados pelos textos de Marx e Engels (1848, 2007) e outros autores contemporâneos como Ângelo Ricardo de Souza (2003, 2009, 2019), Marilena Chauí (1997) e Neila Pedrotti Drabach (2009).

Observando esta base teórica, optamos, analisar por meio de um Estudo de Caso, a gestão de uma Escola Pública Municipal do município de Araucária incrustada no centro de um bairro periférico composto hegemonicamente por trabalhadoras e trabalhadores⁶ e as inferências desta nos indivíduos que construíram e viveram/vivem este modelo de gestão e, conseqüentemente, suas ações na organização da Comunidade.

Desta forma, como objetivo geral, pretendemos, neste estudo, analisar as possibilidades e limites de um processo democrático emancipatório desenvolvido em uma Escola Pública Municipal do município de Araucária, partindo do pressuposto de que quanto mais horizontais as relações de poder, no exercício da gestão democrática das escolas públicas, mais desenvolvidos são os processos de formação social e humana, da ação emancipatória e da participação política do conjunto dos envolvidos, com reflexos nos resultados acadêmicos e de ensino-aprendizagem dos estudantes.

⁵ Paulo Freire, 2014.

⁶ Neste estudo, sob o prisma da categoria de classes sociais (Marx e Gramsci) trabalhadoras e trabalhadores são compreendidos como sinônimo de Classe Trabalhadora, não restringindo o termo à formalidade de ocupantes ou não de trabalho formal ou com carteira registrada.

Uma vez traçado o objetivo e formulado seu pressuposto, empreendemos também um trabalho de pesquisa buscando conhecer a contextualização histórica desta unidade escolar, onde debruçamos a lupa, pois entendemos que o estudo sobre qualquer temática, necessariamente, implica a compreensão do contexto histórico no qual este se insere.

Com a opção metodológica alicerçada na pesquisa qualitativa, pautada nas vozes dos sujeitos, o processo de análise foi construído com base no materialismo histórico-dialético. Compreendemos que os fatos não se encontram soltos na história, mas relacionados e correlacionados a um conjunto de fatores com determinantes calcados no modelo de sociabilização.

Foi nesta trilha que começamos o trabalho de pesquisa bibliográfica e de campo, que culminará com a apresentação dos nossos achados preliminares, pois mesmo o resultado deste trabalho segue em construção, a qual está dividida em 05 capítulos.

Como já mencionamos, principiaremos com a apresentação do contexto histórico da comunidade onde a escola, lócus desta pesquisa está inserida, correlacionando com o período histórico em que o país vivia a época (décadas de 70/80 e 90 do século passado). Para isso, entrevistamos moradores mais antigos da região, consultamos os registros do acervo histórico do município de Araucária e da escola, intercalando com a análise dos registros históricos das mudanças sociais ocorridas no Brasil, especificamente das correntes migratórias para os grandes centros e suas periferias.

No segundo capítulo, buscamos compreender o contexto histórico na consolidação do conceito de gestão democrática e as principais ideias que influenciaram a sua formação, pelos marcos legais da redemocratização no final da década de 80, partindo de alguns dos primeiros escritos sobre a proposta de gestão democrática nas escolas, com referência em três autores: Miguel González Arroyo (1979), Vitor Henrique Paro (1996) e Moacir Gadotti (1999).

No terceiro capítulo, será descrito o caminho metodológico adotado na coleta de dados, caracterizado os sujeitos, o ambiente e como procedemos a análise dos dados a partir da Análise do Discurso Crítica (ADC) Norman Fairclough. Seguimos buscando interpretar como se dão os processos “da teoria à prática: os conceitos que nos guiam, o que os documentos dizem, como se inter-relacionam e relacionam-se com a realidade”, abordaremos aspectos da base teórica e documental que circundam

o objeto de estudo.

No capítulo quarto, “Os sujeitos e seus discursos: a representatividade nas instâncias de poder e o processo democrático”, iremos tecer as nossas análises a partir do círculo de diálogo buscando compreender as relações e processos entre democracia, participação e emancipação: quais caminhos trilharam os egressos do Conselho Escolar e qual a contribuição do processo democrático tencionado pela escola nesta caminhada.

E por último, apresentaremos nossas sínteses e reflexões provisórias sobre o processo.

2 UMA COMUNIDADE E SUA HISTÓRIA

A Escola Municipal Pedro Biscaia, unidade escolar lócus deste estudo, está localizada no município de Araucária, na região leste do estado do Paraná, situado na região metropolitana de Curitiba.

FIGURA 1 – Fachada atual da Escola Municipal Pedro Biscaia



Fonte: Acervo pessoal.

Tem o princípio da sua história em uma escola isolada na então comunidade rural da Campina Barra, localidade que faz divisa com o extremo sul da cidade Curitiba (hoje conhecido como Caximba), nos anos compreendidos entre 1940 e 1944, a data é imprecisa pois os registros históricos do município fazem menção a esta unidade escolar somente como sendo em área rural isolada sem precisar ao certo sua fundação.

FIGURA 2 - Localização do município de Araucária no estado do Paraná



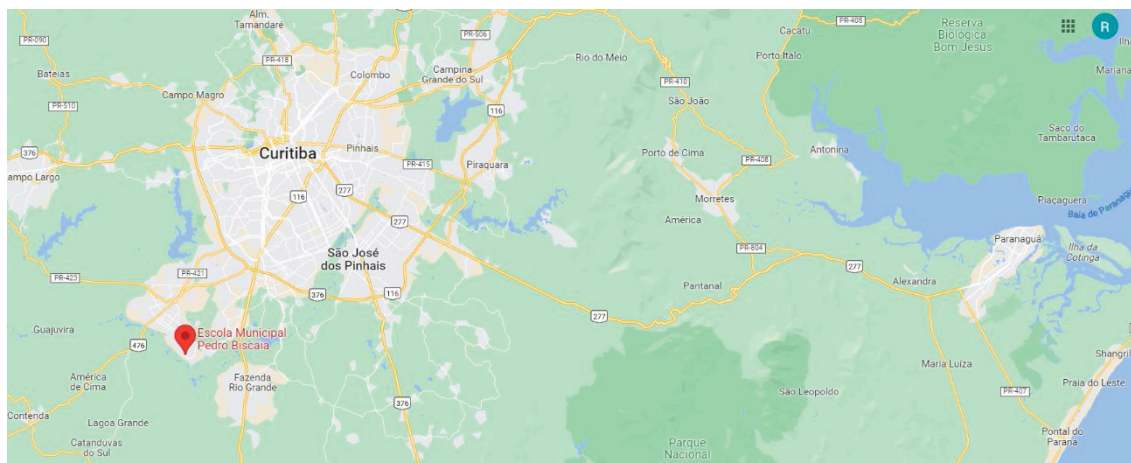
Fonte: Ipardes, 2023.

FIGURA 3 - Limites geográficos do município de Araucária



Fonte: Ipardes, 2010.

FIGURA 4 - Localização da Unidade Escolar



Fonte: Google Maps, 2023.

Como base para esse registro histórico, usamos os documentos acessados junto ao arquivo inativo da unidade, dos estudantes que iniciaram sua jornada escolar nesta escola e com os poucos registros encontrados no Arquivo Histórico⁷ do município de Araucária. Os primeiros registros que aparecem coincidem com os anos supracitados. Conciliamos estes achados com o relato colhido em entrevistas e conversas com moradores antigos da região⁸.

⁷ Arquivo Histórico Archelau de Almeida Torres - Endereço: Avenida Dr. Victor F. do Amaral n.º 352, Araucária (PR). Visita realizada nos meses de julho e agosto de 2022.

⁸ As gravações destas entrevistas e conversas encontram-se disponíveis nos arquivos digitais desta pesquisa no seguinte endereço: <https://drive.google.com/drive/folders/1oGLBVkCvXOva61fBme-W9xY5oqrRZB1H?usp=sharing>.

FIGURA 5 - Alunos em frente à Escola Isolada do Campina da Barra, 1966



Fonte: Coleção história de Araucária, 2010.

Ainda de acordo com o relato⁹ de uma moradora, que contribuiu também na escrita dos documentos da unidade, em especial, no histórico da Proposta Pedagógica da Unidade, em 1969, com o crescimento da demanda, a escola isolada da comunidade do Campina da Barra foi desmembrada em duas escolas no território. Concomitante ao desmembramento, ocorreu uma mudança na organização educacional do município onde as escolas conhecidas, até então, como isoladas passam a ser nomeadas como escolas rurais, nascendo a Escola Rural Municipal Pedro Biscaia, lócus deste estudo, que permaneceu no mesmo endereço desde então.

⁹ A Proposta Pedagógica da Unidade Escolar pesquisada traz, em seu item: *histórico da Unidade Educacional*, o relato de uma moradora, que a época da escrita era servidora pública municipal nesta unidade, que viveu o período da implantação da escola, ainda neste item aparecem nomeados os estudantes que compunham uma das primeiras turmas multisseriadas da recém-criada escola. A partir destes registros, buscamos os que ainda residem no entorno para uma conversa no intuito de compreender como se deu este período histórico dado os poucos registros formais.

FIGURA 6 - Antiga Escola Isolada do Campina da Barra, atualmente Escola Municipal Pedro Biscaia



Fonte: Coleção história de Araucária, 2010.

Nesta mesma época começou um processo de extinção das escolas situadas na área rural do município, visando resolver os problemas da redução do número de alunos nas escolas isoladas em razão do intenso êxodo rural (ARAUCÁRIA, 2010, p. 105), fato que não atingiu a comunidade do Campina da Barra que via a sua população aumentando.

Na época, a escola não possuía sede e funcionava no interior de uma residência cedida por um agricultor da região que, posteriormente passaria a incorporar os prédios próprios da municipalidade. As atividades pedagógicas funcionavam em uma única turma multisseriada e não há registro formal de como se dava a política de gestão da unidade. Os relatos dos estudantes egressos deste período dão conta apenas de que a organização do trato pedagógico, higiene e alimentação eram responsabilidade dos professores que ali lecionavam a época.

É somente no ano de 1982 que a escola é reconhecida e autorizada (formalmente) a funcionar pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná ainda como uma escola rural.

Para compor esse contexto histórico e compreender parte dos caminhos que trouxeram este pesquisador a debruçar a análise nesta escola, é importante retomar a história da criação do município e destacar que neste período – quando a escola em

análise foi criada – a cidade de Araucária passava por uma mudança radical em sua matriz econômica, social, política e organizacional.

Para compreendermos a formação do município de Araucária, é importante retomar suas raízes indígenas, pois, a região onde está localizada, era conhecida, desde o século XVI, como Tindiquera, nome de uma das aldeias indígenas que existiam na região que foram gradativamente expropriadas de suas terras com a invasão colonial portuguesa e, a partir do final do século XIX, somou-se a estas uma grande corrente imigratória, composta, principalmente, por poloneses, italianos e alemães. Já no início do século XX recebe os imigrantes japoneses (ARAUCÁRIA, 2022a).

Junto com a população que se assentou nesta região, instalou-se um modelo econômico e de organização social pautados pela agricultura e o extrativismo, principalmente madeireiro. Os moradores, em sua maioria absoluta, viviam em comunidades rurais ainda não possuindo uma área urbana relevante a época (ARAUCÁRIA, 2022a).

Essa organização social perdura até o final do século XX, nas décadas de 70 e 80, quando a cidade assiste uma mudança radical em sua organização social, fruto do anúncio da construção de um grande polo petrolífero: a instalação da refinaria Getúlio Vargas, da Petrobrás, que trouxe consigo uma corrente migratória, transformando a cidade que era organizada, essencialmente, pela agricultura com um ínfimo espaço urbano (ARAUCÁRIA, 2022a).

Já nos primeiros anos da década de 1970, a população assentada na área urbana era muito superior àquelas que residiam nos espaços do campo, a título de ilustração a população rural, que era de aproximadamente 70%, caiu drasticamente para menos de 9%.

Com o início da construção da refinaria em 1973, conseqüentemente e de maneira satélite, outras grandes indústrias ligadas aos derivados de petróleo e gás buscaram se instalar em Araucária, formando, assim, umas das maiores áreas industriais do sul do Brasil, mudando o eixo econômico e social da cidade e a composição de sua população: até então composta por agricultores, agora abrigando um exército de operários vindos dos quatro cantos do país.

A região central da cidade e seu entorno cresceram no mesmo ritmo em que as obras das plantas industriais avançavam e, com o início gradativo das operações, novas famílias foram chegando e empurrando as áreas rurais para mais distante do

centro e ocupando estes espaços agora urbanizados.

Em 1980, a população aproximada de Araucária era de 35 mil pessoas, majoritariamente morando em áreas urbanas ou rururbanas¹⁰ (ARAUCÁRIA, 2022a).

Com o rápido crescimento da cidade, a região onde a escola estava postada deixou de ter características rurais. A ocupação de seu território passou, de maneira rápida e abrupta, a ser composta de pequenas chácaras, ainda com moradores nativos da região, cercados por uma grande e densa ocupação populacional.

Na época e com reflexos no tempo presente, nas áreas regularizadas (documentadas), a população era composta, majoritariamente, por trabalhadoras e trabalhadores assalariados, empregados nas indústrias e suas famílias. Paralelo a esta situação regular, surgem as áreas de ocupação irregular, também compostas por trabalhadores, alguns na condição de subempregos e/ou desempregados junto com as suas famílias.

Ainda no contexto histórico do país, nas décadas 80 e 90, assistíamos uma forte corrente migratória que levava famílias inteiras a desistir do trabalho no campo para buscar uma promessa de vida melhor na cidade. Não encontrando o tão sonhado *lugar ao sol*, um exército de pessoas foi colocado à margem da sociedade nos grandes centros, formando as periferias, o que não foi diferente do ocorrido na ocupação territorial no entorno do lócus desta pesquisa.

Uma vez contextualizada a história de como formou-se a Comunidade do Campina da Barra, voltamos nossos olhares à escola pesquisada. Encontramos poucos registros no acervo desta escola e do próprio município, de como se dava a organização da gestão e da participação da comunidade nas políticas educacionais na década de 1980. Mais adiante, nesta análise, traçaremos um paralelo do amadurecimento destas políticas locais com a legislação nas três esferas: municipal, estadual e nacional.

É somente no início da década de 1990, que vemos o embrião de uma política de gestão com características democráticas de participação comunitária, com a ocorrência das primeiras eleições para a direção das escolas municipais de Araucária, sendo em 1992 nomeada como primeira diretora da unidade pesquisada, a professora

¹⁰ As chamadas zonas “rururbanas” compreendem um espaço territorial de uma cidade ou zona metropolitana, normalmente localizado em meio às paisagens naturais, que têm como diferencial a permissão para ocupação urbana mesclada com a produção primária.

Claudia Luciane da Silva¹¹ (ESCOLA MUNICIPAL PEDRO BISCAIA, 2022, p. 14), e deste então a prática da escolha de diretores, como parte do processo de gestão democrática, ocorre periodicamente e a Comunidade Escolar é consultada para a escolha da direção da unidade.

Outros elementos importantes no processo de democratização da unidade escolar foram ocorrendo ao longo da história em concomitância e reflexo da conjuntura política (mais tranquila em governos progressistas e agudizada nos períodos de retrocessos conservadores) e educacional nacional, com as legislações locais, regionais e nacionais e as várias frentes de luta dos trabalhadores, em especial, os da educação. Podemos citar, como exemplo, que serão analisados com mais propriedade ao longo desta dissertação tal como a criação da Associação de Pais Professores e Funcionários, o Conselho Escolar e as representações estudantis por classe.

Vale destacar que outro ponto abordado neste histórico, que tem preponderância, é a composição desta Comunidade: trabalhadoras e trabalhadores assalariados, assalariados em subemprego e/ou ocupação de subsistência, domésticas, autônomos, desempregados e desalentados que moram em grandes conjuntos habitacionais e, muitos, em áreas de ocupação irregular.

Isso colocou a escola, num primeiro momento, para além das relações pedagógicas inerentes à natureza de uma escola, em uma condição assistencialista (*sic*) que tentava garantir, por meio de doações e ações de arrecadação, os direitos básicos aos estudantes e suas famílias, como alimentação e vestimentas. Condição que perdurou ao longo de toda a década de 1990 e início dos anos 2000¹².

A partir das mudanças na conjuntura nacional e do amadurecimento da comunidade, dos equipamentos e políticas públicas, especialmente da ação social, o núcleo escolar conseguiu centrar seus esforços nos debates acerca da organização social e do papel da educação/escola na sua formação, criando, assim, ambiente propício para a formação das relações que analisaremos mais detidamente nesta dissertação.

¹¹ Professora Claudia Luciane da Silva ainda é servidora ativa, na carreira do Magistério Municipal, e foi ouvida em uma conversa, por este pesquisador, no mês de agosto, para compor este histórico de como se davam as relações políticas na época.

¹² Nas conversas e observações realizadas ao longo desta pesquisa, parte da equipe de trabalhadores que viveu essa época conta, em formato *causos*, que a escola era reconhecida na comunidade e em seu entorno por grandes ações de doação de alimentos, pelos *sopões*, e que essa era a forma de se relacionar com a Comunidade.

3 DA TEORIA À PRÁTICA

3.1 O PERCURSO METODOLÓGICO

Esta investigação foi construída a partir da abordagem qualitativa, imersiva no lócus estudado, observando ativa e participativamente os sujeitos no campo de pesquisa: a comunidade escolar, segmentada nos conselheiros e ex-conselheiros do Conselho Escolar, dirigentes e ex-dirigentes da Associação de Pais, Professores e Funcionários (APPF), discentes e egressos da unidade que serão qualificados na sequência deste texto.

Partindo dos referenciais de pesquisa caracterizados, de natureza exploratória, descritiva e participante, foi possível organizar e sustentar epistemologicamente as experiências no campo de pesquisa. Neste sentido, analisamos a base documental da unidade escolar estudada, as normativas e legislações vigentes do Sistema de Ensino do Município, observação participante e o círculo de diálogo, buscando compreender os aspectos sociais, históricos, da cultura escolar e suas relações e correlações com os processos de gestão e participação dos sujeitos.

Para tanto, utilizamos como métodos de interpretação dos dados, neste estudo, as dimensões e categorias do método de Análise do Discurso Crítica (ADC) e as categorias de análise do Materialismo Histórico Dialético.

3.1.1 Da abordagem qualitativa

Quando construímos e pensamos o projeto de pesquisa com o lócus nas relações humanas estabelecidas sob o prisma das relações de poder e suas implicações no campo individual e coletivo, pesquisamos e pensamos quais metodologias poderiam nos auxiliar num recorte preciso, sem menosprezar aspectos relevantes que circundem este recorte, nem tampouco traduzir as relações estabelecidas e construídas, no decorrer de anos, a gráficos e números que não expressem fidedignamente a riqueza dos resultados imateriais que esta análise buscou traduzir.

Neste sentido, a pesquisa pautou-se pela abordagem qualitativa, compartilhando das ideias de Creswell (2014), que entende a

pesquisa qualitativa como um tecido intricado composto de minúsculos fios, muitas cores, diferentes texturas e várias misturas de material. Este tecido não é explicado com facilidade ou de forma simples. Como o tear em que o tecido é produzido, os pressupostos gerais e as estruturas interpretativas sustentam a pesquisa qualitativa (CRESWELL, 2014, p.48).

O tecido que escolhemos olhar para encontrar suas especificidades, sem a intenção de esgotar completamente as possibilidades de análise, é composto por diversos indivíduos, em um espaço físico determinado, onde estabelecem-se relações e resultados imensuráveis numericamente: uma escola pública e suas relações internas de poder.

Pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. [...] consiste em um conjunto de práticas materiais interpretativas que tornam o mundo visível. Essas práticas transformam o mundo [...] em uma série de representações, incluindo notas de campo, entrevistas, conversas, fotografias, registros e lembretes para a pessoa. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa e naturalística do mundo. Isso significa que os pesquisadores qualitativos estudam coisas dentro dos seus contextos naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas lhe atribuem (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 17 *apud* CRESWELL, 2014, p. 35).

Coerente com essa concepção, analisamos como foram constituídos e se operacionalizavam as relações de poder, a ordem hierárquica, as relações entre os documentos e a sua aplicação no cotidiano dessa escola pública, inter-relacionando e interpretando os resultados e significados, tanto campo da individualidade dos atores envolvidos, quanto nos reflexos na coletividade daquela comunidade.

Na opção pela pesquisa qualitativa, não podemos nos distanciar do que é princípio a este pesquisador traduzido na voz de Rubem Alves (1984, p. 72) de que “todo ato de pesquisa é um ato político”. Em tempos sombrios, quando o conhecimento científico é confundido, proposital e intencionalmente com informações fúteis e falsas, pensadas para a manipulação das massas, a pesquisa como ato político, com foco na democracia ganha relevância e, neste ponto, recorreremos a Menga Lüdke e Marli André e sobre o papel do pesquisador:

O papel do pesquisador é justamente de servir como veículo inteligente e ativo entre esse conhecimento construído na área e as novas evidências que serão estabelecidas a partir da pesquisa. É pelo seu trabalho como pesquisador que o conhecimento específico do assunto vai crescer, mas esse trabalho vem carregado e comprometido com todas as peculiaridades do pesquisador, inclusive e principalmente com as suas definições políticas. [...] não há, portanto, possibilidade de se estabelecer uma separação nítida e asséptica entre o pesquisador e o que ele estuda. Ele não se obriga, como se queria anteriormente, em posição de neutralidade científica, pois está implicado necessariamente nos fenômenos que conhece e nas

consequências desse conhecimento que ajudou a estabelecer (LÜDKE; ANDRÉ, 2020, p. 5).

No intento de conciliar o perfil de pesquisador partícipe e ativo, nas linhas de condução da pesquisa e os preceitos estabelecidos para uma pesquisa de caráter qualitativo, é necessário mencionar que seguimos rigorosamente a metodologia, respeitando os preceitos éticos como pesquisador com a clareza do tempo prolongado de campo, um complexo e demorado processo de análise dos dados, e a (re)escrita de longas passagens em suas multiplicidades e contraditórios (CRESWELL, 2014).

3.1.2 Da opção pelo Estudo de Caso

O Estudo de Caso é a opção metodológica quando pretendemos analisar uma situação singular, com um valor único em si mesmo, podendo ser um fato ou ação determinada ou um conjunto de ações que venham a compor um caso a ser estudado, mesmo que, no decorrer da pesquisa esse caso venha a ser comparável a outros em pontos comuns de semelhança. Coube a este pesquisador, ao longo da sua observação, analisar e pontuar os aspectos únicos deste caso a ser estudado e que semelhanças pode ter ou não com outros casos (LÜDKE; ANDRÉ, 2020).

Em seus achados, as autoras supracitadas apontam que a opção por esta metodologia se mostra apropriada para o objeto de análise deste estudo. Destacam ser características fundamentais do Estudo de Caso:

- 1- Os estudos de caso visam à descoberta [...]
- 2- Os estudos de caso enfatizam a 'interpretação do contexto' [...]
- 3- Os estudos de caso buscam retratar a realidade de forma completa e profunda [...]
- 4- Os estudos de caso usam uma variedade de fontes de informação [...]
- 5- Os estudos de caso revelam experiência vicária e permitem generalizações naturalísticas [...]
- 6- Estudos de caso procuram representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social [...]
- 7- Os relatos do estudo de caso utilizam uma linguagem e uma forma mais acessível do que os outros relatórios de pesquisa (LÜDKE; ANDRÉ, 2020, p. 21).

Este estudo traz as características elencadas como esqueleto na organização metodológica da pesquisa. Como já enunciado, no problema que observamos para dissertar, a gestão democrática, as relações de poder em um contexto de

horizontalidade hierárquica, em uma determinada escola pública municipal do município de Araucária, vislumbramos que a alternativa para um retrato fundamentado e radical é a imersão do pesquisador na “interpretação e vivência do contexto” sem que isso afete o olhar de pesquisador, com o estranhamento necessário e, nesta perspectiva, lançamos mão no uso de elementos da metodologia de Pesquisa Participativa (FONSECA, 2002).

Como complementar e simultânea a estrutura metodológica o presente Estudo de Caso foi de natureza exploratória descritiva. Segundo Yin (2015), o método do estudo de caso é destinado a prover estudo aprofundado de determinado caso, a partir de diferentes estratégias de obtenção de dados. O autor argumenta como analisar se esta é a melhor metodologia para o estudo:

Primeira e primordialmente, você deve explicar como está se dedicando a observação de um caminho metodológico rigoroso. O caminho começa com uma revisão minuciosa de literatura e com a proposição cuidadosa e atenta às questões ou objetivos da pesquisa. Igualmente importante será a dedicação aos procedimentos formais e explícitos para realizar a pesquisa [...]. Não existe fórmula, mas a escolha depende, em grande parte de sua(s) questão(ões) de pesquisa. Quanto mais suas questões procurarem explicar alguma circunstância presente (por exemplo, “como” ou “por que” algum fenômeno social funciona), mais o método de estudo de caso será relevante. O método também é relevante quando suas questões exigirem uma descrição ampla e “profunda” de algum fenômeno (YIN, 2015, p. 3-4).

Compreendemos que parte destes pressupostos primordiais elencados pelo autor foi contemplada tanto na revisão de literatura e o resgate dos estudos já realizados junto ao campo, através da Revisão Sistemática de Literatura – apresentada no próximo capítulo deste documento, quanto na delimitação do problema e pressupostos da pesquisa ora mencionados neste manuscrito.

Em relação aos procedimentos formais elencados na sequência, partimos do pressuposto do rigor científico necessário nas etapas de leitura e análise dos documentos formais, coleta de dados, observações empíricas e análise da totalidade.

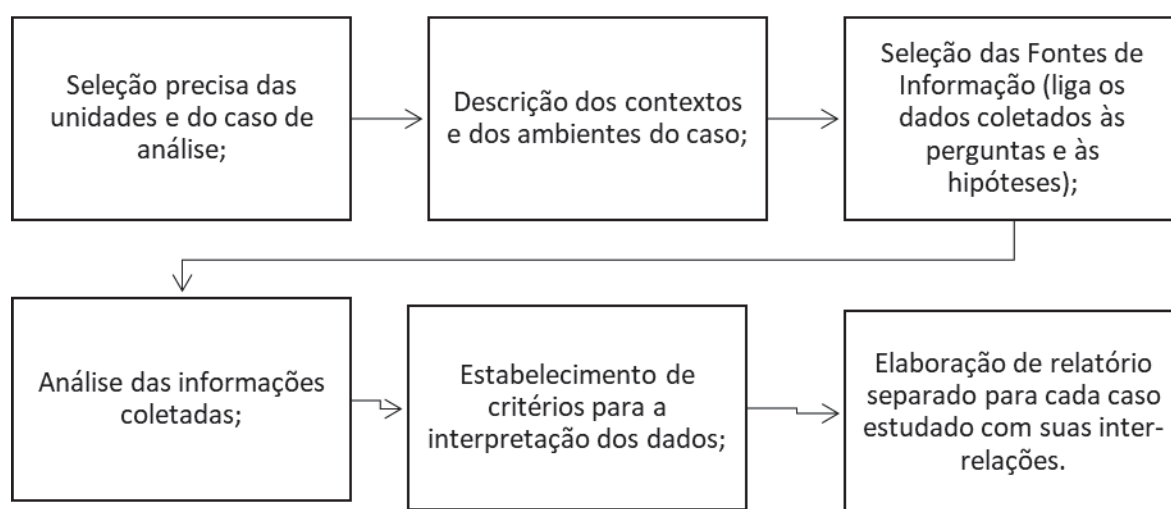
Considerando que os artigos e manuais sobre o método de estudo de caso apontam que não há uma ordem rigorosa, que deve ser obedecida, no cumprimento das diversas etapas planejadas para a pesquisa, concluímos que um passo posterior poderia ser iniciado antes de a etapa anterior ser finalizada ou em sua concomitância e, que os passos iniciais poderiam, algumas vezes, ser completados apenas depois que etapas finais já estivessem em progresso e, assim ocorreu quando construímos as considerações provisórias com o olhar para a totalidade.

Esta flexibilidade dificultou a esquematização em uma estrutura rígida (*design*

no esquema de Yin (2015)) a ser seguida, mas configurou-se como um atributo importante e útil, na medida em que este pesquisador precisou lidar com fatos inesperados e a redirecionar a pesquisa de forma a abarcar as múltiplas inter-relações dos fenômenos específicos enquanto observava (BECKER, 1999, p. 119).

Sintetizando de maneira visual, a presente pesquisa seguiu com as flexibilidades apontadas ao longo desta construção, conforme o esquema:

FIGURA 7 - Organização dos processos da pesquisa



Fonte: Yin (2015, p. 73).

3.1.3 Materialismo Histórico Dialético

A partir do exposto acerca da concepção e características desta pesquisa qualitativa, vale destacar que, coerente com o referencial teórico apontado, a construção da pesquisa e a análise dos achados foram alicerçadas na concepção materialista histórica dialética.

Materialismo é toda concepção filosófica que aponta a matéria como substância primeira e última de qualquer ser, coisa ou fenômeno do universo. Para os materialistas, a única realidade é a matéria em movimento, que, por sua riqueza e complexidade, pode compor tanto a pedra quanto os extremamente variados reinos animal e vegetal, e produzir efeitos surpreendentes como a luz, o som, a emoção e a consciência. O materialismo contrapõe-se ao idealismo, cujo elemento primordial é a ideia, o pensamento ou o espírito (ALVES, 2010, p. 1).

Nesse sentido, a partir das bases materiais, buscamos desvelar as contradições do todo – a escola, a participação, gestão democrática e suas relações de poder - nas menores partes e, desta desconstrução, analisar as partes e suas individualidades, suas correlações na construção das relações sociais e implicações na coletividade, para, ao retornar o olhar à totalidade, construirmos a análise minuciosa, dialogando com suas contradições. Buscamos, assim, inspiração metodológica no que está escrito no prefácio à segunda edição do primeiro livro de O capital, quando afirma que “a investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, de perquirir a conexão íntima que há entre elas” (MARX, 2014, p. 28).

Realizamos esta análise pautada no materialismo dialético, partindo da compreensão de que ao analisarmos um fenômeno material ou imaterial, no centro do objeto deste estudo, as relações de poder e participação na gestão democrática, não existiam oposições dualistas/dicotômicas entre as instâncias sociais e individuais, objetividade-subjetividade, interno-externo. Marx (2014, p. 28) aponta que:

[...] A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento do real.

Neste sentido, buscamos no autor uma ontologia ancorada com base na dialética eminentemente histórica, que redimensiona um conjunto de questões concernentes à relação da pessoa com sua história, da pessoa consigo mesma. A humanidade, para Marx (2014), se recusa figurar como um ser apenas determinado na/pela história, aparece sim, como transformador da história, sendo a práxis, a forma por excelência desta relação.

As categorias da totalidade e contradição, ora expressas, foram fundamentais para compreender os caminhos metodológicos e de análise trilhados por este pesquisador. Neste sentido, somos levados a concordar com a afirmação de Alves (2010, p. 5) que “a lógica dialética incorpora a lógica formal por superação, por isso a necessidade de uma profunda compreensão do que seja oposição e contradição”.

Observando os processos que constituem as relações de poder, pautados pela gestão democrática, no lócus desta pesquisa, a lógica formal nos traz, automaticamente, a ideia de que se houve eleições diretas com ampla participação para a escolha de dirigentes e conselheiros, logo há, conseqüentemente, democracia.

Esta interpretação feita pela lógica formal nos coloca a observar somente a aparência e, o que buscamos nesta jornada, foi compreender de maneira radical¹³, na busca da essência desses processos e os meandros, as contradições e seus reflexos nas partes, do mais íntimo nesta relação que é o sujeito e sua percepção sobre as relações democráticas, a totalidade, nas suas relações na Comunidade Escolar e sociedade.

Reconhecendo assim que não são opostos confrontados exteriormente, dicotomicamente apartados da sua realidade ou com um olhar super ou sobreposto, mas são interiores um ao outro – preceito da identidade dos contrários. Democracia, participação e poder são, quando olhados separadamente, conceitos que guardam correlações, ao mesmo tempo, complementares e antagônicas entre si, porém, foi olhando a totalidade, no todo em movimento, de maneira dialética, que conseguimos identificar esses elementos e suas implicações que serão percorridas nos capítulos à frente.

Compreendemos a dialética como sendo o estudo da contradição na essência das coisas e tendo em vista que um dos princípios do materialismo dialético é de que todas as matérias são essencialmente dialéticas, compostas, de maneira harmônica¹⁴, em sua essência de uma unidade de contrários.

3.1.4 Contexto e ambiente – Lócus da pesquisa - Uma escola pública municipal singular em seus processos de gestão

Na periferia do município de Araucária, na divisa com a capital do estado do Paraná – Curitiba –, encontra-se a escola pública municipal que foi objeto da pesquisa, análise e contribuições deste pesquisador, a Escola Municipal Pedro Biscaia.

Após o caminho de estudos, análise e vivências nesta unidade, podemos afirmar, sem remorso, que se trata de uma escola singular dentre as outras 82 unidades escolares que compõem a Rede Pública Municipal do Município. Tal olhar não lhe foi atribuído por este pesquisador, mas sim pelo relato daquelas e daqueles que lá estudaram, trabalharam e/ou fizeram parte da Comunidade Escolar e entorno,

¹³ Radical compreendido neste manuscrito na acepção do próprio Marx (2014) de ir à raiz. Ora, continua ele, a raiz do homem é o próprio homem.

¹⁴ Harmonia aqui não é compreendida por esse pesquisador em seu sentido literal no dicionário, mas sim, como elementos que mesmo em lados opostos da organização do tecido social, em conflito, são complementares uns aos outros para a manutenção do modelo capitalista de produção.

nos diálogos preliminares, no decorrer das observações, nos textos encontrados nos documentos oficiais e, em especial, no círculo de diálogos promovido para este estudo.

Este é o fator motriz que colocou este pesquisador a observar e estudar o funcionamento desta unidade e, como as relações ali postas, interferiram nas vidas e na forma de toda uma comunidade a se enxergar, enxergar sua realidade e buscar, dentro das possibilidades e limites impostos pelo aparato ideológico e estatal, as mudanças viáveis.

Importante aqui ressaltar que a escola se encontra, geograficamente, em um dos maiores bolsões populacionais do município de Araucária, trazendo consigo, nada diferente do que ocorre nos bolsões populacionais periféricos do país inteiro, todas as contradições inerentes ao modelo capitalista de produção, seus preceitos e preconceitos, estereotipados, para com os moradores de comunidades periféricas.

Diariamente, a comunidade é retratada como violenta e marginalizada pelos meios de comunicação e, conseqüentemente, tal discurso é reproduzido por uma parcela da sociedade araucariense.

Quando imerso em seu seio coletando elementos na observação participante, vimos que as suas relações sociais ali, assim como descrito no parágrafo acima, porém despido dos preconceitos impostos a essas populações, não difere da grande maioria da realidade das comunidades periféricas país afora: são famílias operárias, da classe trabalhadora, autônomas e autônomos, trabalhadoras e trabalhadores informais, muitos deles dedicando seus dias por completo ao trabalho, com pouco ou nenhum tempo direcionado ao lazer, à família, estudos e, quiçá, a um debate social político que ultrapasse os limites do botequim dos finais de tarde, onde a tormenta do dia é compartilhada.

Neste ponto, nos remetemos ao que Cury (2000, p. 13) nos traz ao delimitar o problema da sua pesquisa:

[...] considerar a educação na sua unidade dialética com a sociedade capitalista é considerá-la no processo das relações de classe, enquanto essas são determinadas, em última instância, pelas relações de produção. Do antagonismo entre as classes, uma delas emerge como dominante e tenta a direção sobre o conjunto da sociedade, através do consenso. Assim, a classe dominante, para se manter como tal, necessita permanentemente reproduzir as condições que possibilitam as suas formas de dominação que as contradições do próprio sistema viriam a luz do dia.

No sistema capitalista de produção e reprodução da vida, nas relações sociais de produção, cabe ao proletariado o sangue e o suor enquanto à pequena parcela burguesa cabe usufruir das benesses produzidas pela classe trabalhadora. Cury (2000), neste mesmo estudo, aponta o papel de reprodução social da escola, seus limites nesta contradição, bem como suas potencialidades.

Assim, ao reconhecermos o recorte de classe e as relações apontadas pelo autor, a escola lócus deste estudo tem como público os filhos e filhas da classe trabalhadora, proletários. Crianças e jovens que crescem em uma comunidade onde o único espaço de trocas e relações sociais, para além do núcleo familiar, é a Comunidade Escolar e, neste contexto, as relações ali estabelecidas têm características de serem únicas por constituírem ao longo dos processos, no tempo, cidadãos e cidadãos propensos a exercer sua criticidade, ocupando ativamente os espaços de decisão e representação e, sobre isso, dissertamos neste estudo.

3.1.5 Do lócus aos sujeitos

Como enunciado, o recorte de classe e a escola estudada representam essa parcela da sociedade: os filhos e filhas da classe trabalhadora.

A opção metodológica não foi escolhida ao acaso. Optar-se pelo caminho do estudo de caso, qualitativo, de natureza descritiva exploratória, deve-se ao fato da observação apontar aspectos únicos na organização dos processos de gestão, de maneira democrática, com participação e divisão do poder no seio da unidade escolar, por parte da sua Comunidade Escolar, organizada por segmentos representados no Conselho Escolar, Associação de Pais, Professores e Funcionários, na Representatividade Estudantil e na eleição direta dos dirigentes, no determinado momento histórico recortado para esta análise.

Neste sentido adotamos a estratégia de amostragem intencional, método não probabilístico e/ou quantitativo, caracterizado pela escolha dos participantes selecionados para a amostra por critérios estabelecidos pelo pesquisador, considerando os apontamentos de Creswell (2014, p. 128) acerca do tema:

Três considerações se incluem na abordagem da **amostragem intencional** em pesquisa qualitativa, e essas considerações variam dependendo da abordagem específica. Elas são a decisão de quem selecionar como participantes (ou locais) do estudo, o tipo específico de estratégia de amostragem e o tamanho da amostra a ser estudada (grifo do autor).

Quanto a primeira consideração do autor: “a decisão de quem selecionar como participante”, ao lermos os documentos da unidade¹⁵ e nas observações preliminares, qual a instância onde as decisões eram tomadas na unidade e encontrou-se como figura central deste processo o Conselho Escolar, optou-se, então, por um recorte temporal pautado em quatro mandatos dos Conselheiros Escolares, que compuseram o Conselho Escolar da unidade, que antecederam o período pandêmico da Covid-19, ao qual estamos vivendo, compreendido entre os anos de 2012 a 2022.

Quanto ao tipo de amostragem, escolhemos a amostragem por variação máxima, caracterizada pelo autor como:

[...] determinação antecipada de alguns critérios que diferenciam os locais ou os participantes e depois a seleção dos locais ou participantes que são bem diferentes segundo os critérios. Ela é frequentemente escolhida porque, quando um pesquisador maximiza as diferenças no início do estudo, aumenta a probabilidade de que os achados reflitam diferenças ou perspectivas diferentes – um ideal em pesquisa qualitativa (CRESWELL, 2014, p. 130).

Neste mesmo trecho, o autor aponta os caminhos a serem seguidos para dimensionar o tamanho da amostra a ser estudada, ou seja, o estabelecimento de critérios que diferenciam os participantes para, na sequência, a escolha destes participantes.

Consideramos que o tamanho da amostra/participantes neste estudo qualitativo não foi o fator determinante, pois as amostras/participantes escolhidas têm como intencionalidade desvelar os múltiplos olhares sobre um mesmo, ou um conjunto, de fatos. No caso deste estudo, um conjunto de olhares sobre a participação e a organização das relações de poder entre múltiplos segmentos da Comunidade Escolar da escola objeto deste olhar.

Elencamos os seguintes critérios de inclusão para os participantes, respeitando o recorte temporal proposto:

- Ter sido eleito, por pares, para compor o Conselho Escolar da Escola Lócus;
- Ocupantes da função de Presidência do Conselho Escolar nos 4 últimos mandatos;

¹⁵ Proposta Pedagógica, Regimento Escolar, Regimento do Conselho Escolar, Estatuto da Associação de Pais, Professores e Funcionários – APPF e seus respectivos registros em livros Ata.

➤ Paridade entre entrevistados, respeitando os segmentos que compõem o conselho.

Ao menos um discente egresso que tenha composto o Conselho no período de recorte.

Uma vez apontados os critérios para a escolha dos participantes, a análise documental direcionou quem foram os sujeitos que participaram do Círculo de Diálogos.

Ao elencar os participantes, apontados pela análise documental inicial neste estudo, este pesquisador reforça que o objetivo geral é analisar as possibilidades e limites de um processo democrático emancipatório desenvolvido em uma Escola Pública Municipal do município de Araucária, com foco em suas relações estabelecidas e não no papel do diretor/gestor.

Assim, por opção metodológica e para garantir princípios éticos da pesquisa científica, os gestores da unidade estudada não serão entrevistados. Isto posto tem duas características:

➤ A primeira: pela observação participante ocorrer sob o prisma de um trabalhador desta unidade que ocupava a função de direção em concomitância com a pesquisa.

➤ A segunda: pelas premissas da própria pesquisa ao apontar que quanto mais horizontais as relações de poder, no exercício da gestão democrática das escolas públicas, mais desenvolvidos são os processos de formação social e humana, da ação emancipatória e da participação política do conjunto dos envolvidos.

3.1.6 Dos instrumentos para a coleta de dados

Em uma de suas vertentes de coleta de dados, se deu pela pesquisa documental (internas a unidade, legislação municipal e normativas do Sistema) e bibliográfica, com a intenção de congregar documentos normativos e regulatórios da experiência em tela para análise documental.

Em outra vertente, enquanto técnica de coleta de dados para compor este estudo, realizamos uma roda de conversas, com um roteiro preestabelecido, semiestruturado com os participantes selecionados a partir dos critérios de amostragem, componentes da Comunidade Escolar.

Pela preocupação com as questões éticas já aventadas neste documento, devido à proximidade e à função ocupada pelo pesquisador na escola, a atividade elencada nesta vertente foi realizada por uma pessoa estranha ao lócus de pesquisa, que ocupou o papel de mediação nos diálogos, imprimindo, dentro da dinâmica o caminho metodológico.

E, em concomitância a ambas as vertentes, desenvolvemos a observação participante no lócus da pesquisa com a intencionalidade de compreender como os discursos, os documentos e as relações ocorriam no campo empírico, no cotidiano.

3.1.7 Observação Participante

Para fundamentar este processo na coleta de dados, a autora Cecília Minayo (2013) aponta nos seus estudos que a observação participante é uma etapa fundamental nas pesquisas qualitativas, diz a autora:

Definimos observação participante como um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador, no caso, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de compreender o contexto da pesquisa. Por isso, o observador faz parte do contexto sob sua observação e, sem dúvida, modifica esse contexto, pois interfere nele, assim como é modificado pessoalmente (MINAYO, 2013, p. 70).

Dialogando com a autora, também compreendemos essencial esta metodologia de coleta de dados destacando que a riqueza da observação participante foi traduzida quando da realização do cruzamento dos dados bibliográficos e documentais com a análise crítica dos discursos dos participantes, uma vez que a empiria auxiliou na comprovação, em partes, das premissas desta pesquisa evidenciando, ao mesmo tempo, as contradições destas relações e seus resultados nos processos de emancipação e/ou reprodução da ordem hegemônica social.

Da mesma forma que se compreendeu como fundamental a observação dos processos no campo empírico, imerso e absorto nas relações sociais e na distribuição do poder no lócus de pesquisa, foi necessário, a todo momento, ter em mente que se tratava de um método científico de análise e, assim sendo, precisávamos prescindir de rigoroso planejamento e preparação dos pesquisadores que, no caso deste estudo, ao mesmo tempo ocorreu partícipe das relações do dia a dia desta unidade escolar e observador crítico.

Quanto a este duplo papel do pesquisador e os aspectos do planejamento, Lüdke e André pontuam:

É fato bastante conhecido que a mente humana é altamente seletiva. É muito provável que, ao olhar para um mesmo objeto ou situação, duas pessoas enxerguem diferentes coisas. O que cada pessoa seleciona para “ver” depende muito da sua história pessoal e principalmente de sua bagagem cultural. Assim, o tipo de formação de cada pessoa, o grupo social a que pertence, suas aptidões e predileções fazem com que sua atenção se concentre em determinados aspectos da realidade, desviando-se de outros.

Do mesmo modo, as observações que cada um de nós faz da nossa vivência diária são muito influenciadas pela nossa história pessoal, o que nos leva a privilegiar certos aspectos da realidade e negligenciar outros. Como então confiar na observação como um método científico?

Para que se torne um instrumento válido e fidedigno de investigação científica, a observação precisa ser antes de tudo controlada e sistemática. Isso implica a existência de um planejamento cuidadoso do trabalho e uma preparação rigorosa do observador (LÜDKE; ANDRÉ, 2020, p. 29).

Neste sentido, prevalecendo o rigor científico e o compromisso ético com esta pesquisa, é importante registrar que antes de iniciar as observações de como se organizava a participação e como o poder era distribuído na unidade escolar, este pesquisador é pertencente ao corpo docente da presente unidade.

Precisou uma etapa anterior ao início da observação: a separação daquele que vive, produz e reproduz os processos como integrante orgânico da unidade, deste que escreve este manuscrito sob olhar dos dados coletados e o devido rigor científico do caso. Somente assim as contradições e a totalidade puderam ser observadas e analisadas.

Convergente ainda com as autoras supracitadas, não foi concebido neste estudo o ato de pesquisar como um ato neutro, mas sim, um ato carregado de ação política e cultural, pautado pela história e construção teórica do pesquisador, que se mesclam às jornadas de vida dos participantes da pesquisa que compõem o caso a ser estudado.

Desta forma, ao assumirmos o papel de observador como participante, consideramos que:

[...] Um papel em que a identidade do pesquisador e os objetivos do estudo são revelados ao grupo pesquisado desde o início. Nessa posição, o pesquisador pode ter acesso a uma gama variada de informações, até mesmo confidenciais, pedindo cooperação ao grupo. Com tudo, terá em geral que aceitar o controle do grupo sobre o que será ou não tornado público pela pesquisa (LÜDKE; ANDRÉ, 2020, p. 35).

A partir dessa compreensão, a observação empírica teve como protocolo de

trabalho o registro das observações em um diário de bordo¹⁶, tecendo as relações postas no dia a dia desta unidade escolar com o demandado pelos documentos oficiais. Observando, especificamente, como se deu a participação da Comunidade Escolar nas tomadas de decisões, das mais simples do cotidiano escolar às mais complexas.

Registramos que a observação participante considerou a trajetória deste pesquisador nesta unidade escolar, como não poderia deixar de ocorrer, uma vez que, somos sujeitos coletivos de ação política e ocorreu, com registros no diário de bordo, nos meses de agosto a dezembro de 2022.

O caminho para as observações operacionalizou-se de maneira fluída e passível, sendo reorganizada de acordo com as demandas do dia a dia. Para os registros, seguimos a compreensão de Bogdan e Biklen (1982 *apud* LÜDKE; ANDRÉ, 2020) quando afirmam que o conteúdo deve envolver uma parte descritiva e uma parte mais reflexiva. Os autores enumeram o fundamental para a parte descritiva colocando que esta é a parte que:

compreende um registro detalhado do que ocorre “no campo”, ou seja:

01. Descrição dos sujeitos. [...]
02. Reconstrução dos diálogos. [...]
03. Descrição de locais. [...]
04. Descrição de eventos especiais. [...]
05. Descrição das atividades. [...]
06. O comportamento do observador. [...] (LÜDKE; ANDRÉ, 2020, p. 35).

Quanto à parte reflexiva das anotações, os autores explicam que as reflexões:

Incluem as observações pessoais do pesquisador, feitas durante a fase de coleta de dados: suas especulações, sentimentos, problemas, ideias, impressões, preconceções, dúvidas, incertezas, surpresas e decepções. As reflexões podem ser de vários tipos:

01. Reflexões analíticas. [...]
02. Reflexões metodológicas. [...]
03. Dilemas éticos e conflitos. [...]
04. Mudanças na perspectiva o observador. [...]

¹⁶ Parte deste diário, que não compromete a identidade dos participantes, está disponível no endereço virtual destinado aos arquivos desta pesquisa: <https://drive.google.com/drive/folders/1oGLBVkCvXOva61fBme-W9xY5oqrRZB1H?usp=sharing>

05 Esclarecimentos necessários. [...] (LÜDKE; ANDRÉ, 2020, p. 36).

Desta forma, à medida que participávamos do cotidiano da unidade escolar que estudamos, no papel de pesquisador, que demandou um distanciamento das funções exercidas enquanto trabalhador da escola, no período de observação, registrávamos os fatos e relações que viriam a compor o presente documento quando da análise dos dados.

3.1.8 Análise documental

Os documentos “constituem uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador” (LÜDKE; ANDRÉ, 2020, p. 45).

Nesta concepção, realizamos busca minuciosa das informações relevantes que levaram a compreender, mesmo que provisoriamente, como se constituíram os processos de participação, a organização da distribuição do poder e da gestão nos pilares democráticos por meio dos diversos documentos selecionados no corpus da pesquisa.

Nas leituras para preparação da base teórica de formação como pesquisador, foi observado que a metodologia da Análise Documental é pouco explorada formalmente, aparecendo, por vezes, nas citações e descrição dos casos.

Porém, compreendemos ser esta uma peça fundamental para a análise do problema desta pesquisa, conforme Lüdke e André (2020, p. 40), “[...] pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja completando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”. Neste sentido, a Análise Documental trouxe em seu bojo o registro histórico dos caminhos trilhados para que se consolidassem os preceitos que hoje conduzem às práticas da escola lócus, assim como a evolução das regulamentações e legislações que abordam o tema da gestão democrática no Sistema Municipal de Ensino.

Assim como os demais instrumentos de coleta de dados, este não se deu pronto e acabado no escopo de documentos que apresentados no projeto de pesquisa, demandou que ampliássemos esse escopo para compreendermos como se deram os processos que antecederam o período estudado e evolução destes mesmos processos nas regulamentações do município.

Compuseram, como base documental neste estudo, os seguintes documentos:

- Proposta Pedagógica e Regimento Escolar da Unidade Educacional do município de Araucária;
- Regimento do Conselho Escolar da Unidade Educacional do município de Araucária;
- Estatuto da Associação de Pais, Professores e Funcionários da Unidade Educacional do município de Araucária;
- Atas e outros registros do Conselho Escolar e APPF da Unidade Educacional do município de Araucária;
- Atas das assembleias do colegiado e das reuniões de representatividade estudantil da unidade, bem como a bibliografia disponível que trata do assunto: artigos, livros e publicações diversas.
- Ofícios e regulamentações exaradas pelo Conselho Escolar e pela Unidade Escolar.
- Documentos oficiais, legislações, resoluções e debates do Conselho Municipal de Educação de Araucária que abordem a gestão democrática e a participação;
- Documentos oficiais, legislações, instruções normativas e orientações da mantenedora da Rede Municipal de Ensino de Araucária (Smed).
- Resoluções do Conselho Nacional de Educação;
- Legislações das esferas federal e estadual.

A consolidação e análise dos dados encontrados na busca destes documentos ocorreu no decorrer do processo da própria pesquisa, de maneira concomitante às demais vertentes enunciadas no início deste item.

Pondera-se, também, que a análise de dados “é um processo criativo, que exige grande rigor intelectual e muita dedicação. Não existe uma forma melhor ou mais correta. O que se exige é sistematização e coerência do esquema escolhido com o que pretende o estudo” (LÜDKE; ANDRÉ, 2020, p. 49).

Desta forma sistematizamos as anotações dos achados nos documentos seguindo a metodologia ora descrita, vislumbrando que seu conteúdo envolveu uma parte descritiva e a parte de reflexão, fiel a metodologia na escrita dessa dissertação.

3.1.9 Do Círculo de Diálogo

O círculo de diálogo, de inspiração freireana, apresenta-se como ferramenta metodológica e é comumente encontrado em estudos que trazem como método a Pesquisa Participante. Neste estudo, optamos, para a análise e construção desta dissertação, pelo estudo de caso, entretanto e, como anunciado anteriormente, não construímos a pesquisa assentados em ideia fixa e, acatando as orientações, os elementos da Pesquisa Participante foram utilizados para esta empreitada, especialmente, no processo da observação participativa e na coleta dos discursos dos participantes da pesquisa. Como base para essa opção, compartilhamos do dito por Brandão (2017, n.p.):

[...] nada mais quadrado, companheiro, do que enquadrar o método. Do que pensá-lo como uma forma sobre o fazer, e não uma forma de fazer. Nada pior do que pensar: “método é assim e deve ser seguido assim”. Você lembra da ideia do caminho? Pois é... [...] Ele não se impõe sobre a realidade, sobre cada caso. Ele serve a cada situação. O mesmo coletivo de construir o método, a cada vez, deve ser também o trabalho de ajustar, inovar e criar a partir dele. Não é rígido, não há receitas.

O empréstimo da ferramenta própria da pesquisa participativa está intimamente alinhado às concepções teóricas deste trabalho, uma vez que dialogam diretamente com a filosofia e abordagem freireana, base constitutiva do nosso olhar para sociedade que vivemos.

Não obstante, Robert Yin ponderará sobre a importância das entrevistas para o modelo de trabalho que construímos:

Uma das fontes mais importantes de informação para o estudo de caso é a entrevista. Esta observação pode ser surpreendente para você devido a associação habitual entre as entrevistas e a pesquisa de levantamento. No entanto, as entrevistas são comumente encontradas na pesquisa de estudo de caso. Elas lembram conversas guiadas, não investigações estruturadas. Embora seja observado uma linha de investigação consistente, a verdadeira corrente de questões, na entrevista de estudo de caso, será provavelmente Florida fluida, não rígida (YIN, 2015, p. 115).

Partindo da concepção de Yin (2015) sobre a importância da entrevista como fonte de dados, e da explanação sobre o empréstimo do método de círculo de diálogo a este estudo, optamos por realizá-lo, seguindo o roteiro preestabelecido, no qual foi possibilitado aos participantes discorrer, debater, analisar e formular suas próprias sínteses sobre suas experiências e vivências no contexto amplo da unidade escolar.

Assim, o encontro e diálogo realizou-se de forma dinâmica, mediada por outra pesquisadora externa a realidade da unidade, oportunizando que os/as participantes

refletissem acerca dos aspectos e situações-problemas identificados a partir das experiências vividas e suas repercussões no campo da individualidade e da coletividade. Portanto, para compreender melhor essa dinâmica, degravamos e sistematizamos os diálogos, em seus movimentos como foram propostos, que serão objeto de análise em um dos capítulos a serem apresentados na presente dissertação.

Os participantes foram escolhidos seguindo os critérios elencados anteriormente, nesta pesquisa, garantindo que todos os pontos de vista dos membros da Comunidade Escolar, com representação eleita por pares nos mandatos que compõem o Conselho Escolar, no recorte de tempo para este estudo, fossem contemplados e convidados ao debate.

Para garantir a livre participação dos atores envolvidos e em respeito às questões éticas que envolvem a pesquisa científica, o roteiro foi mediado por outra pesquisadora, figurando com pessoa estranha ao ambiente e aos participantes da pesquisa, seguindo a estrutura apresentada abaixo, que consistiu, no ato da execução, as adaptações necessárias para a fluidez dos discursos em meio aos diálogos que podem ser lidos na gravação que consta do APÊNDICE 03 deste manuscrito.

QUADRO 1 - Roteiro de entrevista semiestruturada

ROTEIRO PARA A ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	
OBJETIVO GERAL Analisar as possibilidades e limites de um processo democrático emancipatório desenvolvido em uma Escola Pública Municipal do município de Araucária.	
Objetivos Específicos	Questões que buscaram responder esse objetivo
Avaliar se o processo democrático tencionado pela escola contribuiu para a formação humana e ação emancipatória da Comunidade Escolar.	Como se dá o processo de gestão, tomadas de decisão e execução das ações considerando sua vivência e as relações internas da sua unidade educacional? Quais instrumentos são utilizados? Quais contribuições a sua vivência como Conselheiro da escola, acrescentaram à sua vida? Como a escola, enquanto instância democrática, por meio do Conselho Escolar, pode contribuir para uma formação humana e emancipatória de sua Comunidade Escolar? Na sua perspectiva, como a escola, enquanto instância democrática, pode contribuir para uma formação mais humana e emancipatória de sua Comunidade Escolar?
Compreender o papel do Conselho Escolar, das Assembleias do Colegiado e da representatividade estudantil de uma Escola Pública Municipal do município de Araucária, na promoção do processo democrático emancipatório.	Você considera que sua participação no Conselho Escolar de uma Escola Pública, que tem como perspectiva a gestão democrática, foi importante para que você ampliasse suas concepções (pontos de vista) sobre os processos democráticos, para além da instituição escolar? Durante ou após sua participação no Conselho Escolar dessa escola pública você participou de outros espaços de

	representação? Se sim, em quais outros espaços e como se deu essa participação?
--	---

Fonte: O autor (2021).

3.1.10 Princípios para a coleta de dados

Neste item, demonstramos como se deu a tabulação, interpretação e análise dos dados coletados nas três vertentes apresentadas (Observação participativa, análise documental e análise do discurso). Para tanto, seguimos, criteriosamente, os quatro princípios para a coleta de dados defendidos por Robert Yin (2015):

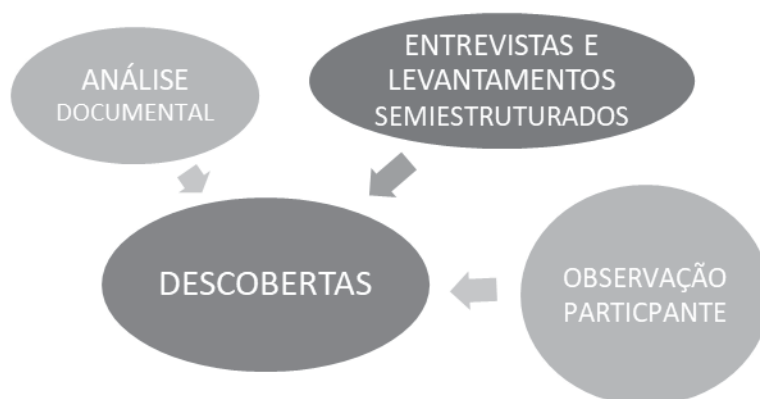
Princípio 1: usar múltiplas fontes de evidência:

O uso de múltiplas fontes de evidência na pesquisa de estudo de caso permite que o pesquisador aborde uma variação maior de aspectos históricos e comportamentais. A vantagem mais importante apresentada pelo uso de fontes múltiplas de evidência, no entanto, é o desenvolvimento de *linhas convergentes de investigação*. A triangulação inspira-se no princípio na navegação pela qual a interseção de diferentes pontos de referência é usada para calcular a localização precisa de um objeto (Yardley, 2009). Assim, qualquer achado ou conclusão do estudo de caso é, provavelmente, mas convincente e acurado se for baseado em diversas fontes de informação, seguindo uma convergência semelhante (YIN, 2015, p. 124).

Neste princípio, o autor defende que a convergência de evidências, por meio da triangulação de dados, reforça a validade do constructo do seu estudo de caso (YIN, 2015). Nesse sentido, quando escolhemos as fontes para a coleta de dados, nos preocupamos com o rigor científico do método, visto que toda a pesquisa, essencialmente, observou relações humanas abstratas, únicas, estabelecidas por um processo histórico em uma unidade escolar.

Esse rigor buscou diminuir os impactos do subjetivismo ao analisar os dados e encontrar as descobertas. Yin (2015) apresenta o seguinte esquema de convergência de evidências, que foi a base da interpretação dos dados coletados em sua análise:

FIGURA 8 - Organização dos processos da análise de dados



Fonte: Yin, 2015, p. 125.

O segundo princípio apontado pelo autor é o de criar uma base de dados. Ele afirma que:

O segundo princípio refere-se à maneira de organizar e documentar os dados coletados para os estudos de caso. Aqui, a pesquisa de estudo de caso tem muito a copiar das práticas seguidas pelos outros métodos de pesquisa definidos no Capítulo 1. Sua documentação consiste comumente em duas coletas separas:

1. os dados ou a base comprobatória; e
2. o relato do pesquisador, em forma de artigo, relatório, livro ou em forma oral (YIN, 2015, p. 127).

Quanto a este princípio, demonstramos neste constructo em trechos anteriores como se deram os registros da construção e coleta da base de dados e, cabe neste ponto, o reforço do método. O princípio três consiste na manutenção do encadeamento de evidências. Para o autor, esse princípio serve para aumentar a confiabilidade da informação no estudo de caso (YIN, 2015).

O quarto princípio defendido pelo autor diz respeito ao cuidado com o uso de dados e fontes eletrônicas. Yin (2015) ressalta que a utilização das diversas formas de registro e comunicação que podem ser utilizadas para a pesquisa são de grande valia em tempos de globalização, citando a possibilidade, por exemplo, da entrevista ocorrer por videoconferência, com a possibilidade de gravação para futuras consultas ou transcrições, entretanto alerta que:

[...] a riqueza da informação eletrônica pode confundi-lo. Então, o primeiro cuidado ao usar fontes eletrônicas é estabelecer limites. Decidir quanto tempo gastar, estabelecer prioridades para a navegação em sites [...]. Um segundo cuidado tem a ver com a sua boa vontade em verificar as fontes que você usa e a informação obtidas delas. [...] A verificação do material

online com outras fontes é uma maneira importante de compreender um potencial inclinação, uma incompletude ou mesmo um viés na interpretação (YIN, 2015, p. 133-135).

Elencados os princípios que sulearam a coleta e sistematização dos dados da presente pesquisa, passamos a interpretação destes que, coerente com a base teórica e metodológica, foram ancoradas no *materialismo histórico dialético* e da Análise do Discurso Crítica.

3.1.11 Análise e interpretações dos dados

Buscando compreender as possibilidades e limites de um processo democrático emancipatório, desenvolvido na escola estudada, analisamos e interpretamos os dados levantados e observados, reafirmando a característica desta pesquisa em ocorrer a partir do prisma das relações sociais, de poder e organização no cotidiano de uma unidade escolar municipal, seus reflexos no desenvolvimento do trato pedagógico, resultados coletivos, assim como na perspectiva da emancipação dos envolvidos neste processo.

O estudo foi construído por meio da observação ativa nos processos democráticos e do entrelaçamento, decorrente destes processos, na participação, na divisão e organização do poder e nos processos emancipatórios da Comunidade Escolar que circunda o lócus da pesquisa.

Por ser orientada por relações pessoais e interpessoais, coletivas e individuais, no interior de uma Comunidade Escolar na qual buscamos compreender e analisar como, ou se os processos democráticos e de participação influenciaram nas dinâmicas e resultados do grupo e na construção emancipatória daquela Comunidade Escolar, demarcamos, nesta análise de dados, um caminho ético que apontou a complexidade das relações estabelecidas e como isso se deu na realidade objetiva e material da comunidade. Neste caminho, buscamos observar, em/no movimento, as construções coletivas e individuais.

Ao construir as bases teóricas que suleiam esta pesquisa e, consequentemente, são constitutivas do pensamento do pesquisador, evidencia-se, nas várias leituras, que o conhecimento da realidade, sua construção, suas relações e matrizes ideológicas, estão na raiz da curiosidade nos estudos das relações humanas.

Na busca por respostas, entendemos que há diversas correntes de pensamentos e epistemologias que podem, ou poderiam, embasar este trabalho. Cada corrente de pensamento constrói seu próprio método para compreender o conhecimento da realidade, analisando-a e interpretando-a por meio de seus constructos e paradigmas, sendo esse o caminho a ser percorrido na busca e produção do conhecimento na condução das pesquisas e dos pesquisadores.

Nesta pesquisa, optamos por analisar os dados pelo olhar do materialismo histórico dialético e da Análise do Discurso Crítica (ADC) compreendendo que os métodos dialogam entre si e se complementam. Essa complementariedade, metodológica e epistemológica, atende a proposta deste trabalho no sentido de possibilitar uma análise crítica de maneira qualitativa.

Dialogando com a trajetória desta pesquisa, compartilhamos da visão de Lüdke e André (2020, p. 53) que trazem base de significação para analisar os dados numa pesquisa qualitativa, afirmando que

[...] significa entre "trabalhar" todo o material obtido durante a pesquisa, ou seja, os relatos de observação, as transcrições de entrevista, as análises de documentos e as demais informações disponíveis. A tarefa de análise implica, no primeiro momento, a organização de todo o material, dividindo-o em partes, relacionando essas partes e procurando identificar nele tendências e padrões relevantes. Num segundo momento essas tendências e padrões são reavaliados, buscando-se relações em inferências no nível de abstração mais elevado.

Categorizamos os dados coletados por meio da triangulação ora proposta, analisando do singular em sua complexidade à totalidade em suas contradições para compreender os objetivos propostos a partir do problema da pesquisa: de que forma a gestão democrática de uma escola pública pode contribuir para uma formação humana e emancipação política da sua Comunidade Escolar ?

Cabe ponderar que na metodologia escolhida, esse “trabalho” demandado pelas autoras supracitadas precisa ser minucioso, planejado e dirigido pautado pelas concepções da análise a ser empreendida. Quanto à análise de dados na metodologia de estudo de caso, Yin (2015, p. 136) afirma:

Análise dos dados consiste no exame, na categorização, na tabulação, no teste ou nas evidências recombinações de outra forma, para produzir descobertas baseadas em imperialismo. Análise da evidência de estudo de caso é especialmente difícil, porque as técnicas ainda não foram bem definidas [...].

Essa dificuldade não se apresentou como obstáculo ao pesquisador, mas tornou-se um estímulo adverso, pois, a busca pela compreensão de como se dão as

relações humanas, pautadas por sua participação no processo democrático e na divisão do poder no seio de uma unidade escolar é, essencialmente, buscar compreender como um objeto abstrato se constituiu na materialidade desta comunidade, como ele interferiu ou não nas relações externas desta coletividade e, por fim, se tencionou seu processo de emancipação.

Dialogando, ainda, sobre a dificuldade apresentada por Yin (2015) compreendemos que ao analisar um problema de pesquisa pela metodologia de estudo de caso, de natureza exploratória e descritiva, esbarramos na dificuldade da reprodução desta pesquisa pelos pares ou outras análises que se sejam próximas e, neste sentido, o registro de todos os passos no diário de bordo, o rigor na escolha das fontes e na revisão sistemática de literatura, incluindo um juiz em sua execução (KOLLER; COUTO; HOHENDORFF, 2014) visaram constituir um arcabouço referencial para garantir a ética e a lisura dos processos empreendidos na pesquisa.

Nos valem também, quando da pesquisa de campo e coleta de dados, dos elementos encontrados na metodologia da pesquisa participante, dada sua característica na qual, enquanto pesquisador, trabalhamos em estreita colaboração com membros da comunidade e, no decorrer do processo, quando da construção do círculo de diálogo, construiu-se uma fonte de análise, coleta de dados, assim como uma síntese coletiva, do grupo, ao co-analisar, em seus discursos, os processos e resultados vividos pela coletividade e na sua intimidade. Tema que é objeto do capítulo “5 – Os sujeitos e seus discursos: a representatividade nas instâncias de poder e o processo democrático” nesta produção.

Ainda sobre a utilização dos elementos da Pesquisa Participante na coleta, triangulação e análise, compreendemos que para este estudo, foi fundamental que os participantes estivessem ativamente envolvidos na coleta, debate e síntese dos dados. Baseamos nossa abordagem na premissa de que os participantes têm conhecimento valioso e experiência para contribuir na pesquisa, e que sua participação ativa alcançou relatos de experiências e os reflexos na caminhada de cada pessoa e da comunidade que, talvez, não conseguiríamos enxergar tão somente sob a ótica de uma entrevista ou da coleta de subsídios nos documentos da unidade escolar.

Esta análise se fez presente em vários estágios dessa investigação, buscando torná-la mais sistemática e mais formal após o encerramento da coleta de dados (LÜDKE; ANDRÉ, 2020). Desta forma, reforçamos a indissociabilidade entre a

coleta e análise dos dados em sua simultaneidade, participativa, no lócus proposto.

A triangulação na análise a partir das três metodologias de coletas realizadas não ocorreu de forma estanque, diversa ou por etapas, pois foi a partir da leitura dos documentos traçando paralelos com os dados coletados na observação participante prévia e, em tempo real, e no discurso dos participantes no círculo de diálogo que conseguimos ratificar premissas estabelecidas e visualizar com clareza seus contraditórios que indicam que a caminhada ainda está em seu início.

Dado esse caminho, a sistematização formal desta tessitura de dados coletados a partir do arcabouço legal, documento e registros da unidade escolar, informações coletadas no território, experiências e os diálogos se deram nesta junção dissertativa textual das análises, observações e impressões elencadas em cada amostra, endossando o defendido por Lüdke e André (2020).

Como anunciamos, nesta análise triangulamos os dados coletados para construção das reflexões acerca das práticas da pesquisa e sua sustentação no referencial teórico. Desta forma, apresentaremos no decorrer desta sistematização a triangulação dos dados, pensando metaforicamente, com suporte embaixo de um *guarda-chuva*: o aporte teórico apresentado, que é parte essencial, pois possibilitou que as informações fossem confrontadas com os pressupostos teórico-epistemológicos fundamentados nesta pesquisa.

Também compreendemos a impossibilidade de construir e pensar a análise de dados que não estivesse pautada pela dialética, pois se tratou, fundamentalmente, de analisar a realidade objetiva e material, em sua forma abstrata retratada nas relações humanas, em movimento, para buscar compreender suas determinações, contradições e, ao estabelecermos seus vínculos, confrontamos com as premissas dessa pesquisa.

Assim, seguimos o caminho ao analisarmos os vastos dados coletados, do método materialista histórico dialético que consistiu na abordagem com pressuposto na captação do movimento, das relações e das contradições existentes no objeto de estudo. Destarte, entendemos da mesma forma que Marx que, a realidade a ser compreendida apresenta-se como uma síntese de múltiplas determinações que se modificam histórica e socialmente, em movimento, e que a análise de um *retrato* seria falha em sua essência.

Ao trilhar esse caminho, de estudar e analisar as relações de poder, participação e processos de emancipação em uma unidade escolar, em um estudo de

caso, com elementos da metodologia da pesquisa participante, caracterizando por uma escola ímpar em sua trajetória e formação, ou em qualquer outra unidade que se pretenda a este viés de estudo, sem buscar e apresentar as suas determinações históricas, as mudanças, avanços e retrocessos, em um diálogo constante com a realidade que se apresenta, seria inconcebível. Desta forma, a escolha pela análise pautou-se pelo *materialismo histórico dialético* conduzindo, de modo processual, nossa busca pela compreensão do movimento e das relações, do singular ao universal (LUKÁCS, 1967).

Ressaltamos que em sua aplicação, o método não se restringiu a essa forma aqui apresentada, pois toda a construção da pesquisa, desde a concepção de seu projeto preliminar, que foi apresentado e aprovado pela banca até a presente análise, foi pautado nas características do materialismo dialético: movimento, contradição, sínteses provisórias, unidade de contrários e totalidade. Categorias essas que constituem a explicação da realidade (problema desta pesquisa) que apresentaremos na interpretação e triangulação dos dados sob o tecido do aporte teórico e foram utilizadas à medida que demandados na análise, sem, necessariamente, termos seguido uma organização por etapas ou roteiro de análise engessado pré-definido.

As categorias, conceitos que procuram refletir sobre aspectos gerais do real, buscam perceber suas relações e conexões, do ponto de vista *marxista materialista histórico dialético* e são compostas pelas relações em uma determinada totalidade. Aqui, anunciamos que uma das categorias de análise utilizada ao longo deste estudo é a totalidade que:

[...] significa um conjunto de partes, articuladas entre si, com uma determinada ordem e hierarquia, permeadas por contradições e mediações e em constante processo de efetivação. Sua importância metodológica está fundada exatamente no fato de ser uma categoria que caracteriza a realidade em si mesma (TONET, 2013, p. 116)

Ao explicitar essa categoria de análise, não tínhamos a pretensão de tratar, analisar ou dissertar sobre todas as relações e correlações das observações e dados que levantamos no seio da unidade escolar em tela, mas sim, do que apresentamos neste texto: analisamos como as relações e condições materiais preponderantes e determinantes nos permitiram sistematizar expressão do fenômeno que levou a unidade, objeto de análise, a ser um caso singular em sua maturidade nas relações de gestão democrática e plural no envolvimento e participação da comunidade.

Ao nos atermos a esse princípio metodológico, a totalidade nos trouxe que

não poderíamos compreender esses processos e relações isoladamente e, por isso, buscamos no trajeto compreender o todo e as partes, suas relações, rupturas e contradições.

Desta forma, nos propomos neste estudo, a buscar a totalidade a partir da relação entre a análise dos discursos no círculo de diálogo, guiado por um roteiro semiestruturado que apresentaremos à frente, que contou com a participação de representantes dos diferentes segmentos da Comunidade Escolar estudada, com as análises dos documentos oficiais da unidade escolar e do sistema ao qual está vinculado, e com os apontamentos da observação participante.

Outra categoria de análise do *materialismo histórico dialético* que esteve presente, de forma constante, na escrita, foi a *contradição*, em que o singular, a parte mínima da análise, os sujeitos e suas relações, ao mesmo tempo, revelou e escondeu o todo, e o todo não aparece, não se revela, como tal nas partes. Por isso, a necessidade das mediações para capturarmos, em movimento, como o todo se revelou na parte e como esta revela e esconde o todo.

Na amarração da interpretação e na busca de perscrutar a contradição, caminhamos, simultânea e concomitantemente, com a interpretação da coleta de dados e a realização da Análise do Discurso Crítica, desenvolvida por Norman Fairclough, a qual objetivou o estudo e o reconhecimento do discurso como elemento/momento irreduzível da vida social – a linguagem como prática social –, elemento que foi fio condutor na interpretação dos dados visando compreender os recursos textuais e discursivos que contribuíram para a manutenção ou transformação das relações de poder.

Isso posto, a linguagem como prática social, a análise das relações nesta unidade escolar, em sua multiplicidade e singularidade, considerou que o texto e os discursos trazem consigo todo um ideário regido nas vivências subjetivas e coletivas, que buscamos não observar fora do movimento dialético posto, pois, de acordo com Fairclough:

[...] nós não podemos assumir que a realidade dos textos é exaurida pelo nosso conhecimento sobre os textos. Uma consequência disso é que nós devemos assumir que nenhuma análise de texto pode nos dizer tudo que há para ser falado sobre ele – não existe algo como uma análise completa e definitiva de um texto. Isso não significa que os textos sejam inacessíveis ao conhecimento – o conhecimento social e científico dos textos é possível e suficientemente real, mas ainda é inevitavelmente parcial (FAIRCLOUGH, 2016 p. 14.).

Neste sentido, compreendemos e utilizamos a ADC como aporte teórico para a leitura de textos e contextos do Círculo de Diálogo. Explicando que tratamos o termo texto na acepção de Fairclough (2001, p. 94) que apresenta essa expressão como síntese da linguagem falada e escrita, e entende linguagem como “forma de prática social e não como atividade puramente individual” percebida assim como “parte irredutível da vida social, dialeticamente interconectada a outros elementos sociais” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 94).

Pela proposta do autor a Análise do Discurso Crítica, se institui numa integração de três dimensões, sendo elas: texto, prática discursiva e prática social:

A dimensão do ‘texto’ cuida da análise linguística de textos. A dimensão ‘prática discursiva’, como ‘interação’, na concepção ‘texto interação’ de discurso, especifica a natureza dos processos de produção e interação textual – por exemplo, que tipo de discurso (incluindo ‘discursos’ no sentido mais socio teórico) são derivados e como se combinam. A dimensão de ‘prática social’ cuida da questão de interesse da análise social, tais como as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo e como elas moldam a natureza da prática discursiva e os efeitos constitutivos/construtivos referidos anteriormente (FAIRCLOUGH, 2016, p. 23).

As quais formaram base para a degravação e análise do discurso.

Um dos estabelecimentos centrais da construção teórica da Análise de Discurso Crítica é a ideia de que a vida social é constituída por práticas e a prática social é o conceito base, que busca analisar as relações entre a linguagem e os outros momentos da vida social no fluxo ininterrupto dos eventos sociais. O autor argumenta que:

Por práticas queremos dizer modos habituais, ligados a tempos e espaços específicos, nos quais as pessoas aplicam recursos (materiais ou simbólicos) para agir juntos no mundo. Práticas são constituídas em toda a vida social – nos domínios especializados da economia e da política, por exemplo, mas também no domínio da cultura, incluindo a vida do dia a dia [...] (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 21).

Sendo a prática social uma importante dimensão para a ADC, do mesmo modo, como já exposto, se constituiu a este estudo. Esse método busca afirmar a importância da linguagem na constituição da sociedade e na identificação das relações de poder. Relações estas que, na singularidade, foram observadas por meio deste estudo em comparação com a totalidade e suas contradições que nos são apresentadas nesta sociedade burguesa, de matriz econômica capitalista que nos divide em classes sociais, ao mesmo tempo, antagônicas e complementares entre si.

Desta forma, Fairclough (2016) aponta que as noções de crítica, ideologia e

poder são básicas para a metodologia de análise e, neste estudo, uma das categorias de análise da dimensão da prática social foi a ideologia. Para o autor, ideologia é um termo utilizado para indicar o estabelecimento e conservação de relações desiguais de poder, reforça as produções e reproduções das relações de poder e dominação. Ideologia, a partir dessa visão de hegemonia, é “uma concepção do mundo que está implicitamente manifesta na arte, no direito, na atividade econômica e nas manifestações da vida individual e coletiva” (GRAMSCI *apud* FAIRCLOUGH, 2016, p. 123).

Outra categoria expressada pelo autor é a hegemonia, considerando as relações de poder que atuam como instrumento de controle e que, reafirmados pelos textos, afastam qualquer possibilidade do olhar crítico sobre as informações apresentadas. O conceito de hegemonia é advindo dos estudos de Antônio Gramsci sobre o capitalismo ocidental e da estratégia revolucionária da Europa Ocidental e, neste trabalho, se fez presente para situar, nos capítulos de análise documental e empírico a hegemonia cultural como processo ideológico de subordinação ou de alienação (GRUPPI, 1978).

Quando analisamos o conjunto dos dados levantados, conceituar hegemonia na teia dos fatos e relatos foi essencial, pois, o problema e, conseqüentemente, sua análise, concentraram-se em torno das relações de poder e participação nos processos democráticos em um determinado e seletivo grupo em comparação ao todo.

Buscamos, neste olhar, observar em que momentos e intensidade houve repetição e reprodução acrítica dos mesmos processos da organização social predominante, compreendida como totalidade e, adversamente, quando ocorreram os rompimentos dos preceitos hegemônicos desta sociedade no horizonte da emancipação dos sujeitos e daquela coletividade.

Tal empreitada ocorreu orientada pelos olhares a respeito da hegemonia:

- a) É tanto liderança como exercício do poder em vários domínios de uma sociedade (econômico, político, cultural e ideológico).
- b) É, também, a manifestação do poder de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais sobre a sociedade como um todo, porém nunca alcançando, senão parcial e temporariamente, um ‘equilíbrio instável’.
- c) É, ainda, a construção de alianças e integração através de concessões (mais do que a dominação de classes subalternas).
- d) É, finalmente, um foco de luta constante sobre aspectos de maior volubilidade entre classes (e blocos), a fim de construir, manter ou, mesmo, a fim de romper alianças e relações de dominação e subordinação que assumem configurações econômicas, políticas e ideológicas (FAIRCLOUGH, 2001, p. 122).

O desenvolvimento deste método na pesquisa exigiu, deste pesquisador, um posicionamento crítico, reflexivo e ético nas relações estabelecidas pelos documentos oficiais da unidade escolar em tela, do sistema de ensino, dos discursos no círculo de diálogo e das anotações e discursos do pesquisador na qualidade de observador participante.

Para tanto, anunciamos que, os próximos movimentos desta dissertação, estão organizados nos capítulos a seguir, respeitando o descrito nesta metodologia de trabalho, subdivididos em tópicos de acordo com a análise dos dados.

3.2 OS CONCEITOS QUE NOS GUIARAM, O QUE OS DOCUMENTOS DIZEM, COMO SE INTER-RELACIONAM E SE RELACIONAM COM A REALIDADE

Neste capítulo, buscamos compreender como se constituíram os processos que culminaram nas relações de gestão democrática da unidade objeto deste estudo, no que diz respeito ao arcabouço legal sobre a educação, na base organizacional do Sistema Municipal de Ensino do Município de Araucária e nos documentos da própria unidade escolar, lócus desta pesquisa.

3.2.1 Primeiras aproximações

Na construção dos conceitos de participação, gestão democrática, escola pública, relações de poder e sociedade, recorreremos à base teórica suleadora da nossa formação, entretanto, não deixaremos de apontar o contraditório e as críticas necessárias nesta caminhada.

Para caracterizar as relações de poder e as instâncias da gestão democrática nas escolas públicas, o marco inicial foram as leituras e estudos dos autores: Vitor Henrique Paro, José Carlos Libânio, Ângelo Ricardo de Souza e Dermeval Saviani. Quanto a caracterização dos conceitos de sociedade, classes, Comunidade Escolar, democracia e emancipação, buscamos na fonte de Paulo Freire, Marilena Chauí e nas categorias marxistas de trabalho e sociedade.

Quando pesquisamos os primórdios da ordem democrática no Brasil, na primeira metade do século XX, nos deparamos com Anísio Teixeira (1947) defendendo a autonomia escolar em favor da democracia, autonomia esta que possibilitasse liberdade de maneira responsável perante a si mesma. Neste caminho

de lutas para a efetivação da gestão democrática escolar, incorporou-se também a busca pela autonomia no mais amplo sentido.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9394/1996, em seu artigo 12, inciso VI, estabelece: “articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola”. Constituindo assim uma nova perspectiva de planejamento que possibilite a autonomia das escolas na definição das suas regras democráticas, bem como a participação da Comunidade Escolar .

Nesse intuito, consideramos prioritário pensar e repensar os processos de gestão, da tomada de decisão e das formas de execução de maneira a envolver e comprometer todos os segmentos da Comunidade Escolar , de modo que todos possam participar da tomada de decisões coletivamente e contribuir na construção de uma educação emancipadora, que objetive a formação integral dos estudantes com criticidade e participação ativa e questionadora nesta sociedade.

Anunciamos aqui que a nossa concepção, para o agir e pensar, dialoga diretamente com as proposições pontuadas por Marx e Engels (2014), conceituando Materialismo Histórico Dialético.

Nada mais atual para discutirmos a sociedade em que vivemos, os modelos de gestão, produção, reprodução da vida e buscar alternativas para sua superação, que os escritos dos mesmos autores datados do ano de 1848 que, se transpostos de maneira mecânica, sem citar as suas referências, referendam a realidade imediata, objetiva e material que vivemos atualmente, meros 175 anos após a análise de conjuntura mundial realizada pelos autores, ao escrever o Manifesto Comunista.

[...] Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte.

Pela exploração do mercado mundial a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela retirou à indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a sê-lo diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se toma uma questão vital para todas as nações civilizadas, indústrias que não empregam mais matérias-primas autóctones, mas sim matérias-primas vindas das regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país, mas em todas as partes do globo. Em lugar das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, nascem novas necessidades, que reclamam para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e dos climas mais diversos. Em lugar do antigo isolamento de regiões e nações que se bastavam a si próprias, desenvolvem-se um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações. E isto se refere tanto à produção material como à produção intelectual. As criações intelectuais de uma nação

tornam-se propriedade comum de todas. A estreiteza e o exclusivismo nacionais tomam-se cada vez mais impossíveis; das inúmeras literaturas nacionais e locais, nasce uma literatura universal.

Devido ao rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e ao constante progresso dos meios de comunicação, a burguesia arrasta para a torrente da civilização mesmo as nações mais bárbaras. Os baixos preços de seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China e obriga a capitular os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros. Sob pena de morte, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção, constringe-as a abraçar o que ela chama civilização, isto é, a se tomarem burguesas. Em uma palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança (MARX; ENGELS, 2007 p. 32).

Tendo como intenção fugir da falácia propagada diariamente, de que as leituras dos clássicos são uma forma de doutrinação ideológica, mas sim com compreensão de que este é um marco divisor nas análises de sociedade, temos clareza que estamos inseridos e vivemos uma sociedade capitalista de produção e reprodução da vida, que em seu seio traz uma divisão bem clara de classes sociais antagônicas e, ao mesmo tempo, complementares, distintas em sua essência com as desigualdades inerentes e coerentes com a organização deste sistema.

Ampliando a análise, para justificar a coerência na ideia que é ordenada – pensada e parte fundamental das engrenagens deste sistema - a desigualdade social, o modelo capitalista de organização da sociedade, internacionaliza as riquezas produzidas pelos trabalhadores do mundo todo, em uma seleta casta de seres humanos, ao mesmo tempo que regionaliza, com fronteiras bem claras, a pobreza e as mazelas em sua periferia.

Assim sendo, neste cenário social caracterizado, entendemos que a escola pública exerce papel protagonista e, o modelo de gestão adotado para a organização deste espaço tão caro à sociedade, reflete diretamente nos seus objetivos: sejam de mera reprodução e obediência ao modelo ora posto ou de sua superação.

Observa-se que a realidade encontrada na sociedade é formada por descontinuidades ou fragmentos desta realidade, refletidos nos valores e nos pensamentos que cercam a cultura, resultando na escola, onde cada pessoa tenta interpretar as situações e acontecimentos a seu modo, transformando as ações num pensamento pedagógico descontínuo e/ou sem a percepção de totalidade.

Nesta ótica, o desafio aos gestores, presente nas unidades escolares, é o de conseguir trabalhar com o recorte social de classe, abrangendo em suas ações as demais questões inerentes ao modelo adotado, incluindo aí as questões de gênero, as relações étnico-raciais, de diversidade ou outras características individuais ou de grupos nas suas relações de poder internas.

No âmago da Unidade, o trabalho de reflexão sobre a realidade que provoque um processo de transição de consciências, deve ser claro de forma que os estudantes e a Comunidade Escolar sintam-se valorizados e, ao mesmo tempo, questionadores críticos da escola e da sociedade em que vivem. A responsabilidade é muito grande, e cabe, através da relação da organização social de poder estabelecidos em seu interior permeado pelos conteúdos e métodos, propiciar o domínio dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade e a capacidade de raciocínio necessária à compreensão da realidade social e à atividade prática, objetiva e material.

De acordo com Marx (2004, p. 107):

O indivíduo é um ser social. Sua manifestação devida – mesmo que ela também não apareça na forma imediata de uma manifestação comunitária devida – realiza simultaneamente com outros – é, por isso, uma externalização e confirmação da vida social. Sendo assim, é nas relações sociais que o homem institui os parâmetros da dignidade humana, constrói e transforma a história.

Assim como a sociedade e a cultura se transformam, a escola e seus sujeitos necessitam constantemente repensar suas ações políticas e pedagógicas, para criar condições plenas para que todas as pessoas que nela passam um tempo valioso da vida, possam realizar um processo de autoconsciência, ressaltando que este só acontecerá por meio da aquisição, reprodução e construção de novos conhecimentos e os historicamente produzidos pela humanidade e, na vivência de relações que propiciem autonomia e emancipação. Refletindo assim a visão de Paulo Freire, que nos guiou por caminhos que nos levam a crer que a educação deve ir além da transmissão de conhecimentos e habilidades técnicas, e sim promover a construção crítica e reflexiva do saber pelos indivíduos, levando em conta as suas experiências e a sua realidade social (FREIRE, 2008).

Sendo assim, o papel da escola nas suas relações de poder e na sua organização, é o de provocar, que a Comunidade Escolar tenha como ponto de partida o seu contexto e parta de uma perspectiva em que a constituição do sujeito seja a de reconhecer-se como oprimido, porém em uma condição não determinada, mas que no exercício de leitura de sua realidade e de intervenção em seu mundo, possa construir uma sociedade igualitária e, ao mesmo tempo, diversa, livre e prazerosa, que vá além do valor das mercadorias, expressas em tempo e dinheiro (MARX, 2014, p. 93).

Não é possível esperar a transformação na sociedade, visando a superação

deste modelo, sem reconhecer o papel da escola na reprodução do modelo capitalista de produção, em sua forma e conteúdo, partindo disto, pensar e se projetar às mudanças necessárias na Educação formal, escolarizada, para quem sabe, utilizando do conceito freireano: *esperançar*, construir um projeto de educação realmente popular que atinja para além daquelas e daqueles que podem frequentar esse espaço, todas e todos que ficam a sua margem (FREIRE, 2014).

Sobre isso, o pesquisador Carlos Roberto Jamil Cury (1979), em sua tese de doutorado, nas premissas do problema, traz que “considerar a educação na unidade dialética com a sociedade capitalista é considerá-la no processo das relações de classe, enquanto essas são determinadas, em última instância, pelas relações de produção” (CURY, 2000, p. 13). Nesta unidade dialética, calcamos nossa argumentação do papel de reprodução e manutenção da ordem vigente por parte da educação formal e, assim sendo, necessário ao modelo de sociabilização, uma massa de pessoas que nem acesso à educação formal possuem, sendo forçadas a subsistência, neste modelo, por outros mecanismos de dominação ideológica, seja no campo das ideias ou no campo da força.

Avançando na análise, entendemos a educação no seu conceito mais amplo e includente, como mediadora do processo de apropriação dos conhecimentos historicamente construídos pela humanidade (PARO, 2005). Compreendendo seus limites e dificuldades, a escola precisa construir uma *práxis* crítica e emancipatória frente às necessidades humanas e contemplar a elevação da condição social, material e histórica dos educandos, retomando os escritos de Saviani (1996, p. 66) “o conhecimento é visto como uma arma, como instrumento de luta e de emancipação do proletário”.

O conceito de emancipação que *suleia* toda nossa pesquisa é mesmo construído e defendido por Freire (2005) de que a emancipação é um processo de libertação e transformação social que se dá a partir da conscientização crítica dos indivíduos e da construção de uma visão de mundo mais autônoma e solidária. O autor argumenta que a educação deve ser um processo libertador, que permita aos indivíduos compreender a realidade social em que vivem e participar ativamente na transformação dessa realidade.

Nesse contexto, também é necessário pensar e construir uma dinâmica que possibilite a reflexão avaliativa dos conteúdos, a qualidade do trabalho desenvolvido, o aproveitamento dos estudantes, o desempenho e a metodologia utilizada pelos

professores bem como a estrutura física e a administração geral da Unidade Educacional, na melhoria da qualidade do ensino e da Instituição Escolar como um todo.

Freire (2005), em seus escritos, aponta que o trabalho educativo tem se mostrado difícil quando desejamos trabalhar numa perspectiva de transformação, numa perspectiva da educação não bancária. Uma educação voltada para a ação, na ação e para a educação, como estratégia para a qualidade no processo educacional, abrindo-se espaços para que o diálogo em relação à aprendizagem aconteça entre pais/mães/responsáveis, estudantes, professores e profissionais da educação, compartilhando os espaços de poder e tomada de decisão no seio da unidade.

De acordo com Demo (1992, p. 10):

[...] no mundo moderno a educação em sentido amplo de capacidade de aprender a aprender e de constantemente reciclar-se, tende a ser o patrimônio mais estratégico da pessoa e da sociedade, principalmente em termos de oportunidade de desenvolvimento.

Olhando para esse mundo moderno que o autor traz, não podemos deixar de olhar também as raízes, sua história, constituição e determinação social que a rege. Neste sentido, a capacidade de aprender a aprender, com criticidade e dialogicidade torna-se característica fundamental no caminho da desconstrução da educação pautada pelo modelo fordista de repetição e tão criticada por Freire (2005) como depositária, bancária.

A dinâmica de organização do cotidiano escolar e as dificuldades de superação das práticas fragmentadoras do trabalho pedagógico pressupõem a busca de ações que possibilitem a participação direta e crítica, de todos os envolvidos no processo do ensino e da aprendizagem, refletindo e avaliando o desempenho pedagógico, disciplinas e modalidades de ensino. As ações a que nos referimos são atos pedagógicos e políticos, pois definem uma determinada posição perante a função social da escola. Definem o “clima” da organização, sua força educativa e, ainda, o lado no qual se localiza o poder, sendo, portanto, decisões que orientam e direcionam a política da unidade escolar (DALBEN, 2004).

A gestão escolar – atividade que envolve a administração e organização da escola, mas que deve ir além disso, buscando garantir a qualidade do ensino e a realização dos objetivos educacionais (PARO, 2005) - pautada por princípios democráticos, deve permitir a interlocução dos interesses coletivos, por meio da

participação comunitária, que, de acordo com Libâneo (2008), é considerado o principal meio existente para a efetivação da gestão democrática, dentro das instituições de ensino, atribuindo voz e lugar a toda Comunidade Escolar .

Neste caminho, Paro (2005) enfatiza a importância da participação, envolvendo toda a Comunidade Escolar na tomada de decisões e na construção de projetos pedagógicos mais significativos e coerentes com a realidade social, efetivando o processo de gestão escolar, possibilitando que a escola adquira autonomia em relação aos interesses dominantes. A relação entre autonomia, gestão democrática e participação, vem em contraposição ao autoritarismo nos processos de tomada de decisões, efetivando-se à medida que os sujeitos da escola passam a ocupar um papel central, sobrepujando as decisões tomadas em seu seio, as emanadas pelo poder central, mantenedor do sistema.

Corroboramos e construímos as análises desta pesquisa compreendendo os processos democráticos na educação como somente possíveis a partir da radicalização da participação, ou seja, do envolvimento efetivo dos diferentes sujeitos no processo educativo na tomada de decisões e na construção coletiva do projeto pedagógico. Para ele, a participação é o elemento central para a construção de uma educação democrática e emancipadora, que contribua para a formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade (SAVIANI, 2012).

Desta forma, a gestão democrática de que falamos “é uma participação no processo de decisão, um ato de ‘ingerência’, e não a atitude do espectador que se limita a assistir ou, de mais ou menos longe, a contemplar” (LIMA, 2001, p. 33 *apud* FALCÃO, 2011, p. 47).

3.2.2 Revisão sistemática dos conceitos: participação e gestão democrática da e na escola pública

Estudar o conceito e execução da gestão democrática no bojo das escolas públicas é um campo com vasto debate e, conseqüentemente, robusta produção científica.

Entretanto em uma análise preliminar nas bases de dados constatou-se que estudos sobre gestão escolar, pautados por princípios democráticos da coletividade na organização e tomadas de decisões, nas mais amplas possibilidades no espaço escolar, são recentes e com o arcabouço teórico em debate e construção.

Buscando na história brasileira recente, encontramos os registros que nos anos compreendidos entre as décadas de 1970 e 80, ocorreu uma ebulição nos debates acerca da democracia nas mais diversas áreas da sociedade. O regime ditatorial à época cada vez mais autoritário, autocrático e violento empurrou as massas de trabalhadoras, trabalhadores e estudantes às ruas.

Neste período, movimentos de classe, com protagonismo dos Metalúrgicos de São Paulo, intelectuais e autores, fomentaram as discussões e as lutas pelo fim da ditadura militar e em defesa de um modelo democrático para o Brasil, de maneira ampla nas questões políticas nacionais com reflexo nos estudos, pesquisas e políticas no campo nos processos da educação.

Este debate tardio, ao nosso olhar, justifica-se pela nossa história política marcada por regimes ditatoriais e autoritários, que viam e, até hoje veem, as organizações populares como criminosas, pois ameaçavam a forma hegemônica da distribuição do poder e o controle dos indivíduos e instituições.

Neste clima tenso e revolucionário, a organização em forma de conselhos é ressignificada nos movimentos populares e de trabalhadores, surgindo, a partir/inspirados neles, o embrião do que, posteriormente, na década de 1990, confluíu na criação dos conselhos escolares e na organização educacional pautada por uma legislação organizada por princípios suleados pela gestão democrática.

As lutas pela redemocratização culminaram na escrita da Constituição Federal em 1988 que consolida em seu Capítulo III - que trata da Educação, da Cultura e Desporto - especificamente no art. 206 que: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei.” (BRASIL, 2016, p. 123). Também encontramos a gestão democrática prevista pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/1996¹⁷ em seu artigo 3, inciso VIII, onde estabelece que: “gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino” e 14 que diz:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996 p. 34).

¹⁷ em vigor até a data desta pesquisa sendo a última alteração realizada pela lei n. 14.164/2021 do dia 10 de junho de 2021.

Ponderando sobre a relação entre os fins democráticos da educação e a gestão da escola, Paro (2005, p. 52) afirma que a escola deve ser duplamente democrática,

Por um lado, porque ela se situa no campo das relações sociais onde [...] torna-se ilegítimo o tipo de relação que não seja de cooperação entre os envolvidos. Por outro, porque [...] a característica essencial da gestão é a mediação para a concretização de fins; sendo seu fim a educação e tendo esta um necessário componente democrático, é preciso que exista a coerência entre o objetivo e a mediação que lhe possibilita a realização, posto que fins democráticos não podem ser alcançados de forma autoritária.

Partindo desta defesa, organizar-se no âmbito de gestão escolar na escola pública é um desafio tanto para o gestor, quanto para a Comunidade Escolar, em especial, pais e estudantes pois são todos interlocutores sociais da organização escolar, responsáveis pelas ações que possam de fato consolidar uma prática democrática.

Práticas democráticas só ocorrerão quando outro conceito, a participação, estudado neste trabalho, ocorrer de forma concomitante, complementar e consciente por todos os segmentos envolvidos. Sobre isso, Paro (2003, p. 100) afirma que “[...] como todo processo de democracia, a participação e o envolvimento das pessoas como sujeitos na condução das ações é apenas uma possibilidade, não uma garantia”.

Quando essa possibilidade se efetiva observamos, por meio desta revisão, que os processos democráticos e as relações de poder ocorrem de maneira mais horizontal e com ampla participação a ponto que, na outra extremidade, sem a efetivação da ampla participação, o diretor/gestor utiliza do discurso da gestão democrática com a finalidade de legitimar os interesses neoliberais, em que o sistema o transforma em apenas um executor das suas orientações (DA SILVA; DOS SANTOS, 2018).

Desta forma, a revisão sistemática, apresentada neste estudo, segue a metodologia proposta pelos autores Costa e Zolttowski (2014), partindo da delimitação da questão a ser pesquisada: Como as pesquisas realizadas a partir da redemocratização do Brasil compreendem e inter-relacionam os conceitos de Gestão Democrática e Participação na escola pública?

Assim, nos propomos a revisar, ordenar e analisar as pesquisas científicas publicadas sobre o tema norteador da presente pesquisa, o que os autores compreendem o conceito que adotam aos descritores elencados, suas principais

contribuições, objetivos, convergências e divergências, incluindo uma análise reflexiva.

Como metodologia para revisar os conceitos, demarcamos como ponto inicial do recorte temporal o ano de 1988, ano este em que foi estabelecida a nova Constituição Federal, que garantiria o funcionamento do Estado baseado nos direitos democráticos, conhecido como redemocratização política do Estado brasileiro. Nesta revisão sistemática, nos propomos a estudar e analisar quais foram as principais contribuições a respeito da organização da gestão democrática das escolas públicas e a formulação do conceito de participação.

Realizamos a pesquisa em quatro bases de dados *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*; Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs) e Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP), com o objetivo de estudar:

- a) evolução do conceito de gestão escolar, especificamente nas escolas públicas, no período pós-redemocratização;
- b) compreensão do conceito de participação neste mesmo período, e suas inter-relações;
- c) categorização das instâncias da gestão democrática; e
- d) as principais contribuições destes processos nas relações de poder em estudos empíricos ou bibliográficos.

Tendo como ancoragem teórica a coletânea realizada pelos autores Koller, Couto e Hohendorff (2014, p. 68), compreendemos a revisão sistemática como um método que “possibilita o trabalho reflexivo de análise de uma temática, por meio de estudos de caráter científico realizados por outros autores, com o estabelecimento de critérios de inclusão, exclusão e a sistematização dos resultados”.

Para isso, mantemos o compromisso como pesquisadores, com a ética do processo investigativo em todas as suas etapas: na interpretação dos resultados, no estabelecimento dos critérios de análise claros e objetivos, com possibilidade de ser replicado por outros pesquisadores e retratando de forma fidedigna os resultados (KOLLER; COUTO; HOHENDORFF, 2014).

Assim, o presente estudo segue a metodologia proposta por Costa e Zoltowski, (2014) organizada em oito etapas que foram utilizadas como protocolo nesta revisão, sendo elas:

1. Delimitação da questão a ser pesquisada;
2. Escolha das fontes de dados;
3. Eleição das palavras-chave para a busca;
4. Busca e armazenamento dos resultados;
5. Seleção de artigos pelo resumo, de acordo com critérios de inclusão e exclusão;
6. Extração dos dados dos artigos selecionados;
7. Avaliação dos artigos;
8. Síntese e interpretação dos dados (COSTA; ZOLTOWSKI, 2014, p. 56).

Ainda, coerente com as intenções desta revisão (que buscou compreender o contexto histórico e a evolução dos conceitos de gestão democrática e da participação nas escolas públicas) para a seleção, busca e diagnóstico, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: **Como as pesquisas realizadas a partir da redemocratização do Brasil compreendem e inter-relacionam os conceitos de Gestão Democrática e Participação na escola pública?**

Seguindo o método ora apresentado, as autoras Costa e Zoltowski (2014) demandam a necessidade da confirmação, de que a revisão sistemática seja realizada, ao mesmo tempo, pelo pesquisador e por outro pesquisador na figura de juiz. Nesta revisão, no papel de juiz, que acompanhou e reproduziu cada etapa na coleta de dados, no mesmo intervalo de tempo, contamos com a mediação da Pesquisadora Professora Doutora Alexandra Padilha Bueno¹⁸.

Na escolha das palavras-chave para a busca, primeiramente recorreremos aos descritores do campo junto ao Thesaurus Brasileiro da Educação no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) (<http://inep.gov.br/thesaurus-brasileiro-da-educacao>), resultando em um conjunto de palavras que direcionaram nossa pesquisa, sendo elas:

- a) Gestão Democrática;
- b) Relações de Poder;
- c) Escola Pública;
- d) Formação Emancipadora e
- e) Comunidade Escolar .

Após esse primeiro movimento, passamos para o segundo filtro, selecionando

¹⁸ Doutora (Bolsista Capes durante todo o período de doutoramento) e mestra em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), atua como professora colaboradora na Unespar/ Campus Paranaguá. Atuou como docente no curso de Pedagogia na Unifacear e foi professora da Educação Básica no município de Araucária, atuando principalmente com turmas do ciclo de alfabetização. Tem experiência nas áreas de Ensino e Educação, com ênfase em Fundamentos da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: história da educação, história intelectual, educação feminina, imprensa, alfabetização e letramento.

palavras-chave que atendessem o tema a ser pesquisado, pela questão formulada, adequando os conceitos e a sua representatividade. Neste momento, a intenção era encontrar o maior número de trabalhos na temática disponíveis nas bases de dados, visando um diagnóstico mais preciso sobre o assunto. Nas quatro bases de dados eletrônicas pesquisadas, foram utilizadas as mesmas palavras-chave, sendo elas: a) Gestão Democrática e b) Escola Pública.

Partindo destas palavras-chave, formamos uma *string*, ou seja, “um conjunto de descritores com alguns operadores booleanos: AND, OR, parênteses” (KOLLER; COUTO; HOHENDORFF, 2014, p.62).

Realizamos as pesquisas no mês de agosto de 2021, com o operador booleano “AND” – “Escola Pública” AND “Gestão Democrática” – e adicionamos às pesquisas, sempre no campo “pesquisa avançada” das bases, os filtros: tipo de publicação: artigo e idioma: língua portuguesa/português. Como intervalo de tempo para encontrar os artigos, utilizamos: data inicial aberta e data final 31 de julho de 2021, sendo encontrado, por estes filtros, o artigo publicado, mais antigo, no ano de 2005.

Como resultado inicial, encontramos 67 artigos nas bases de dados eletrônicas, assim distribuídos: Periódicos Capes, 47 artigos; Lilacs, 00 artigos; SciELO, 08 artigos e RCAAP, 12 artigos. Estes resultados gerais são apresentados na tabela 1. Na sequência, aplicamos filtros de acordo com os critérios de inclusão e exclusão que elencamos para esta pesquisa, que serão especificados à frente.

TABELA 1 - Resultados da busca em bases de dados eletrônicas

BASE DE DADOS	ARTIGOS
Periódicos Capes	47
RCAAP	12
SciELO	08
Lilacs	00
TOTAL	67

Fonte: O autor (2021).

Resguardando os preceitos éticos e a lisura que demanda uma revisão sistemática de conceitos, a cada etapa da pesquisa realizada junto às bases dados registramos, por meio de *prints* das telas, os resultados obtidos que ficarão disponíveis no apêndice 01 e no seguinte serviço de *cloud* (*Google Drive*) direcionado pelo

endereço virtual onde, também, estarão disponíveis os arquivos e documentos citados nesta dissertação¹⁹.

Estabelecidos os resultados iniciais, exportamos para uma planilha eletrônica do Excel (arquivo revisão sistemática - sistematização dos dados, no endereço eletrônico supracitado), onde passaram pela sistematização dos dados de acordo com a base de origem para posterior aplicação dos critérios de inclusão e exclusão em seis etapas que apresentaremos ao longo deste trabalho. Nesta planilha, constam as informações obtidas por meio das ferramentas de exportação dos artigos, conforme APÊNDICE 02.

O próximo movimento que realizamos foi de aplicar a primeira etapa objetiva de seleção, removendo as duplicatas com a utilização de ferramenta própria nativa do programa gerador de planilhas Microsoft Excel. Neste, foram encontrados 04 (quatro) artigos duplicados, passando para a próxima etapa de análise, 63 (sessenta e três) artigos.

A segunda etapa consistiu na análise dos títulos dos artigos. Consideramos, para permanência nesta revisão, somente aqueles que apresentavam, ao menos um dos seguintes conceitos: gestão democrática; participação; Projeto Político Pedagógico; organização e/ou composição das instâncias de poder da Gestão Democrática de Escola Públicas, com público-alvo o Ensino Fundamental.

Realizada a leitura dos títulos dos artigos selecionados, constatou-se que havia outros 5 (cinco) títulos em duplicidade não localizados na busca automática. 18 (dezoito) títulos foram classificados como APTOS, 15 (quinze) títulos foram classificados como DÚVIDA e seguiram para próximas etapas de seleção e 27 (vinte e sete) títulos foram classificados como FORA, sendo descartados para análises futuras, como mostra o APÊNDICE 02.

Na sequência, categorizamos os 33 (trinta e três) artigos, por seus títulos, analisando se o seu foco contemplava:

- a) Gestão Democrática;
- b) Participação;
- c) O público-alvo na Escola Pública e
- d) Os processos, resultados e/ou nas instâncias da Gestão Democrática.

¹⁹ <https://drive.google.com/drive/folders/1oGLBVkCvXOva61fBme-W9xY5ogrRZB1H?usp=sharing>

A partir desta categorização, excluímos da análise os documentos que contemplavam apenas uma e/ou nenhuma das categorias elencadas como essenciais a esta revisão sistemática ou que seu foco destoasse dos objetivos desta pesquisa.

Uma vez categorizados e realizada a análise, 15 (quinze) títulos foram classificados como APTOS, 12 (doze) títulos foram classificados como DÚVIDA e 6 (e seis) títulos foram classificados como FORA, sendo descartados para análises futuras (APÊNDICE 02).

Na última etapa de análise por critérios de inclusão e exclusão, foram considerados 26 (vinte e seis) artigos. Neste momento, analisamos os resumos de todos os artigos, categorizando-os em:

- Foco na Gestão Democrática e participação;
- Foco na Escola Pública e
- Foco nos processos, resultados e/ou nas instâncias da Gestão Democrática;

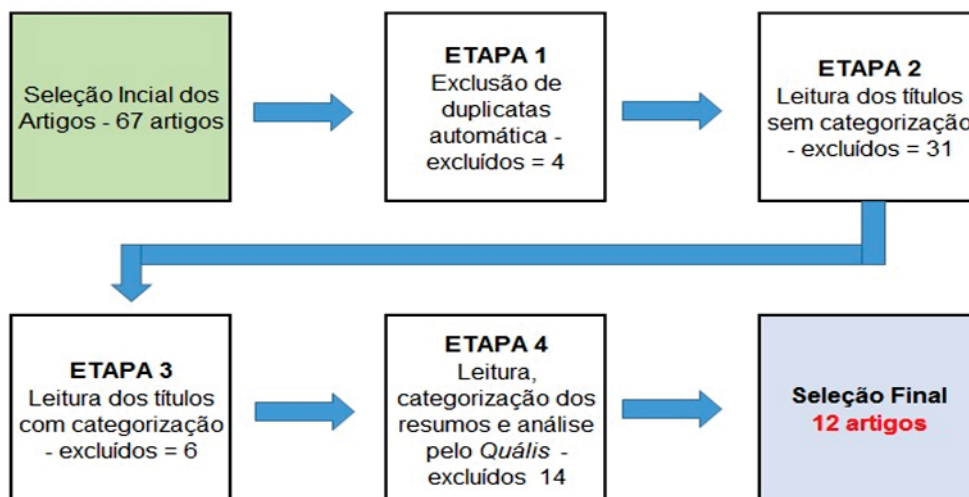
Excluímos do estudo todos os artigos cujos resumos não contemplaram qualquer um dos critérios elencados para inclusão, considerando, também, nesta análise o *Qualis Capes*²⁰, neste quesito todos os artigos com *Qualis* abaixo da classificação “A” foram desqualificados para esta pesquisa.

Uma vez qualificados e categorizados, 12 (doze) títulos foram classificados como APTOS e 14 (quatorze) títulos foram descartados na continuidade desta pesquisa (APÊNDICE 02).

As etapas acima descritas, bem como seus respectivos resultados são representadas pela figura abaixo:

FIGURA 9 – Resultados do processo de seleção dos documentos

²⁰ O Qualis Capes é um sistema que faz a classificação da produção científica dos programas de pós-graduação brasileiros, no que diz respeito aos artigos publicados em diversos periódicos, revistas, anais e livros científicos, englobando todas as áreas do conhecimento.



Fonte: O autor (2021).

Ao final da seleção, por critérios de inclusão e exclusão, foram qualificados 12 (doze) artigos para a leitura integral, extração e compilação dos dados. Estes, por sua vez, foram armazenados em uma pasta específica, salvos em formato PDF de acordo com a codificação a eles atribuída. Por questões de segurança, também foram armazenados em um serviço de *cloud* (*Google Drive*) de propriedade do autor, disponibilizado no acervo desta dissertação.

Os artigos selecionados para o corpus de análise foram lidos na íntegra e estão descritos na Tabela 2:

TABELA 2 – Artigos selecionados para a análise integral

CÓD	ANO	BASE DE DADOS	AUTOR(A)	TÍTULO
A01	2008	Portal de Periódicos da Capes	Dalberio, Maria Célia Borges	Gestão democrática e participação na escola pública popular
A02	2009	<i>SciELO</i>	Souza, Ângelo Ricardo de	Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática
A03	2010	Portal de Periódicos da Capes	Dal Ri, Neusa Maria Vieitez, Candido Giraldez	Gestão democrática na escola pública: uma experiência educacional do MST
A04	2011	Portal de Periódicos da Capes	Marques, Luciana Rosa	A cultura democrática na gestão da escola pública: um estudo da análise do discurso dos conselheiros escolares

A05	2013	Portal de Periódicos da Capes	Conti, Celso Luiz Aparecido Luiz, Maria Cecília Riscal, Sandra Aparecida	Caminhos e (des)caminhos da gestão democrática da escola pública: obstáculos, resistências e perspectivas para a democratização dos conselhos escolares
A06	2013	Portal de Periódicos da Capes	Diógenes, Elione Maria Nogueira Gomes, Maria Das Graças Correia	Participação dos pais e alunos no cenário da gestão democrática
A07	2015	Portal de Periódicos da Capes	Cária, Neide Pena Santos, Mileide Pereira	Gestão e democracia na escola: limites e desafios
A08	2018	SciELO RCAAP	Lima, Licínio C.	Por que é tão difícil democratizar a gestão da escola pública?
A09	2017	SciELO RCAAP	da Silva, Luciene Amaral; dos Santos, Inalda Maria	O discurso da participação na gestão democrática da escola pública: o que dizem os sujeitos da escola.
A10	2019	Portal de Periódicos da Capes SciELO RCAAP	Souza, Ângelo Ricardo de	As condições de democratização da gestão da escola pública brasileira
A11	2019	Portal de Periódicos da Capes	Barbosa, José Márcio Silva Coelho, Fernando Alvarenga Cardoso	A autonomia da escola na perspectiva da gestão democrática: entre o preposto e o existente no interior de uma escola pública de Belo Horizonte/MG
A12	2021	Portal de Periódicos da Capes	Colares, Maria Lília Imbiriba Sousa Soares, Lucas de Vasconcelos Cardozo, Maria José Pires Barros Soares	A gestão educacional como política: proposições na escola pública

Fonte: O autor (2021).

Este estudo principia com a seleção dos artigos nas bases de dados. Tais bases foram escolhidas por possuírem em seus acervos muitas publicações voltadas ao campo da educação. Neste campo, encontra-se o lócus da pesquisa que fundou essa revisão sistemática: Como as pesquisas realizadas a partir da redemocratização do Brasil compreendem e inter-relacionam os conceitos de Gestão Democrática e Participação na escola pública?

Após a seleção criteriosa dos textos, seguiu-se com a leitura integral dos 12 artigos selecionados, visando extrair as considerações dos autores a respeito dos

conceitos de Gestão Democrática e Participação, a evolução dos conceitos no decorrer da temporalidade específica e seus resultados no campo empírico.

Os documentos analisados foram organizados pelo ano de publicação, do mais antigo ao mais recente, com a intenção de acompanhar a evolução do tema, e receberam os códigos A01, A02, A03, A04, A05, A06, A07, A08, A09, A10, A11 e A12, conforme seleção final da pesquisa, na qual somente os textos qualificados foram codificados.

Organizamos os textos partindo de uma breve consideração de cada artigo lido e fichado. Consideramos, para categorizar esta análise, os objetivos do estudo, a localização temporal, os instrumentos utilizados, as palavras-chave e as considerações.

Iniciamos pela leitura do artigo escrito no ano de 2008, que recebeu o código **A01**, intitulado “**Gestão democrática e participação na escola pública popular**”, da autora Maria Célia Borges Dalberio.

Esse artigo foi escrito a partir de pesquisa bibliográfica e a autora apresenta sua compreensão sobre a Gestão como “a geração de um novo modo de administrar uma realidade, sendo, então, por si mesma, democrática, pois traduz a ideia de comunicação pelo envolvimento coletivo, por meio da discussão e do diálogo” (DALBERIO, 2008, p .3). Afirma o papel do gestor/a, diretor/a, como: “o perfil de ser democrático e, portanto, desenvolver condições de favorecer o processo democrático no cotidiano da escola” (DALBERIO, 2008, p. 3), além de ressaltar a necessidade de que este busque bases teóricas “robustas e sólidas” que embasem suas ações.

Dalberio (2008) conceitua também a Gestão Democrática como um processo amplo que não pode resumir-se ao processo de escolha do dirigente da unidade, mas que demanda a composição de instâncias colegiadas (Conselho Escolar, Conselho de Classe, Associação de Pais e Mestres e Grêmio Estudantil) para a participação e tomada de decisões pela Comunidade Escolar .

A autora debate brevemente as questões relativas às relações de poder na sociedade e os reflexos na gestão escolar, demonstrando a centralidade e a responsabilidade da escola pública nos processos de construção da emancipação, tanto do educando quanto da Comunidade Escolar , apontando que: “Quando todos têm escola de qualidade, na qual se aprende a ler, a escrever, a pensar e a refletir sobre a realidade vivida, não há dirigidos e dirigentes, mas sim oprimidos emancipados que assumem o protagonismo de sua história” (DALBERIO, 2008, p. 10)

e destaca também que: “apesar de todas as limitações e problemas existentes, reconhecemos a escola pública como o lugar social de se viver, experimentar e construir a verdadeira democracia” (DALBERIO, 2008, p. 11).

O artigo escrito no ano de 2009, intitulado “**Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática**”, do autor Ângelo Ricardo de Souza, recebeu o código **A02**.

Também produzido a partir de pesquisa bibliográfica, o autor explora a caracterização da gestão democrática escolar e seus elementos constitutivos conceituando esta como um fenômeno político. Aprofunda o lócus de sua pesquisa nos processos que compõem as relações de poder, das disputas e dominação.

Inicia sua análise apontando que gestão escolar tem característica fundamentalmente política e que, essa questão, é permeada pelo conceito de democracia. Reforça que: “o interesse da ação política é o poder” (SOUZA, 2009, p. 124).

O texto está dividido da seguinte forma: análise dos conceitos de democracia e poder, mostra as correlações e antagonismos nos processos e organização da democracia formal e da conceitual; e análise e conceituação da participação, elenca os limites da participação institucionalizada, burocrática e sua contraposição no aspecto da participação ampla, não espontânea, mas sim auto-organizada.

O texto apresenta ênfase no Conselho Escolar como instância da Gestão Democrática e de maneira superficial as Associações de Pais e Grêmios Estudantis, pautando a relação da institucionalização/burocratização destas instâncias e seus papéis na manutenção e reprodução de conceitos, ideias e regramentos do setor hegemônico da escola, quase sempre, formado pelo seu quadro diretivo.

O autor conceitua a Gestão Democrática como:

[...] um processo político que é mais amplo do que apenas as tomadas de decisão e que é sustentado no diálogo e na alteridade, na participação ativa dos sujeitos do universo escolar, na construção coletiva de regras e procedimentos e na constituição de canais de comunicação, de sorte a ampliar o domínio das informações a todas as pessoas que atuam na/sobre a escola (SOUZA, 2009, p. 136).

Conclui sua análise apontando a necessidade da produção de mais pesquisas no campo da gestão escolar de escolas públicas e afirma que não existe um conceito único e correto quando se trata de democracia escolar, mas que se faz necessário outros pesquisadores “operarem com os conceitos, colocando-os a serviço do

questionamento da realidade e da própria teoria” (SOUZA, 2009, p. 136).

Na sequência, analisamos um artigo escrito no ano de 2010, que recebeu o código **A03**, intitulado “**Gestão democrática na escola pública: uma experiência educacional do MST**”, escrito pelos autores Neusa Maria Dal Ri e Candido Giraldez Vieitez.

Este artigo foi realizado por meio de pesquisa empírica com entrevistas e observação. Os autores descrevem a sua vivência, observação e pesquisa em uma das escolas geridas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (local).

Os autores abordam, como tema central, a organização política e de gestão desta unidade, suas relações entre o assentamento e sociedade. Afirmam que a *gestão* da escola pelo movimento, organizado por meio de uma cooperativa, é preponderante para a implantação do modelo de autogoverno democrático na escola.

Esse modelo é pautado na importância das relações de trabalho com as relações pedagógicas e organizado de forma cooperativa, na qual todos ocupam papéis com direitos, deveres e em funções de direção, incluindo-se as crianças, Comunidade Escolar e funcionários.

Sobre a gestão democrática os autores apontam que:

[...] para vivenciar a democracia, o MST propõe para as suas escolas a gestão democrática, a auto-organização dos alunos e o coletivismo. Para o Movimento a gestão democrática compreende dois pontos fundamentais: a direção coletiva dos processos pedagógicos; e a participação dos envolvidos no processo de gestão escolar. A direção coletiva de cada processo pedagógico implica a participação efetiva da comunidade na gestão da escola, bem como a relação desta com o conjunto de escolas ligadas ao Movimento e sua subordinação crítica e ativa aos seus princípios (MST, 1996). Segundo o MST (1999: 9), a direção coletiva é uma forma de garantir a participação de todas as pessoas na tomada de decisões, de dividirem as tarefas e as funções de acordo com as qualidades e as aptidões pessoais e, também, de superação do paternalismo e do presidencialismo. O Movimento (1999) entende por auto-organização o direito dos educandos a se organizarem em coletivos, com tempo e espaço próprios, para analisar e discutir as suas questões, elaborar propostas e tomar decisões com o objetivo de participarem como sujeitos da gestão democrática do processo educativo e da escola (DAL RI; VIEITEZ, 2010, p. 61).

Destacam ainda, como instâncias da gestão democrática e consequentes relações de poder, a organização de cooperativas de trabalhos, divididas em equipes, com dinâmicas próprias de gestão e acentuam a importância da participação no conselho deliberativo e a Assembleia Geral da Escola.

No ano de 2011, foi escrito o artigo “**A cultura democrática na gestão da**

escola pública: um estudo da análise do discurso dos conselheiros escolares", que recebeu o código **A04** nesta análise e foi escrito pela autora Luciana Rosa Marques.

A autora realizou a pesquisa através de entrevistas, observação e análise do discurso. Propõe debater e analisar a cultura democrática da escola a partir da análise do discurso do Conselho Escolar. Em um primeiro momento, contextualiza historicamente o tema abordado, apontando que o termo gestão democrática eclode em meio ao avanço das políticas neoliberais que vinham sobrepujando o modelo fordista na metade final do século XX.

A autora afirma que "não existe um modelo de democracia de validade universal, sendo necessária a institucionalização de práticas democráticas nas diversas formas de relações sociais, que construiriam, assim, uma sociedade mais inclusiva" (MARQUES, 2011, p. 76) e, em cada escola, a construção de relações democráticas pode se dar de maneira diferenciada.

Marques conceitua cultura escolar e as bases teóricas da análise do discurso, reforçando que o foco do estudo realizado são as práticas discursivas que correspondem a momentos ativos no uso da linguagem. Assinalando como instância máxima da gestão democrática o Conselho Escolar, sua composição e seus debates, apontando como características deste espaço a horizontalidade nas relações de poder.

Na sequência, estudamos o artigo escrito no ano de 2013, que recebeu o código **A05**, intitulado "**Caminhos e (des)caminhos da gestão democrática da escola pública: obstáculos, resistências e perspectivas para a democratização dos conselhos escolares**", dos autores Celso Luiz Aparecido Conti, Maria Cecília Luiz e Sandra Aparecida Riscal.

O estudo foi realizado por meio de pesquisa historiográfica bibliográfica e os autores realizam um profundo resgate histórico da composição dos Conselhos enquanto conceito. Recorrem aos relatos históricos da Roma antiga, aos escritos gregos e como a figura do conselheiro foi importante componente nas diversas organizações políticas e religiosas, ora com caráter consultivo, ora legislativo e deliberativo.

Ao trazer o resgate histórico, os autores dão ênfase às formulações e ao caráter que os conselhos ganham na contemporaneidade, extrapolando as relações com os governos, sendo apropriados pelo conjunto da sociedade, em especial a

Classe Trabalhadora, tornando-se assim conselhos com características revolucionárias, que são a gênese dos conselhos operários que fizeram frente aos governos ditatoriais no Brasil nas décadas de 70 e 80 (CONTI; LUIZ; RISCAL, 2013, p. 284).

Ao findar a contextualização histórica, apresentam críticas severas a expropriação dos conselhos, da sua característica revolucionária de Classe, ao serem incorporados à realidade escolar – Conselho Escolar – de maneira institucional, burocrata, como expressão e reafirmação da ordem política hegemônica, principalmente a partir das políticas neoliberais implantadas no início da década de 90. Reforçam a necessidade do fortalecimento e vínculo da escola com sua comunidade e a importância das pessoas reconhecerem-se novamente neste instrumento que lhes passou a ser estranho.

Também no ano de 2013, as autoras Elione Maria Nogueira Diógenes e Maria das Graças Correia Gomes, ambas da Universidade Federal de Alagoas, escreveram o artigo **“Participação dos pais e alunos no cenário da gestão democrática”**, que recebeu o código **A06** neste estudo.

Realizado por meio de pesquisa utilizando a metodologia de grupos focais, o artigo apresenta os resultados de uma pesquisa realizada em 4 escolas públicas do Ensino Fundamental na rede de ensino de Maceió.

Na conceituação teórica, apresentam gestão como sendo uma ação dinâmica, dialética e, ao mesmo tempo, flexível. Resultando como um avanço perante a conceituação anterior pautada pela administração escolar com um viés mais tecnicista (DIÓGENES; GOMES, 2013).

Na acepção das autoras, os marcos legais da redemocratização do Estado brasileiro apontado para a democratização dos espaços escolares de maneira institucionalizada, foi um grande avanço e elas apontam que a partir do momento em que a terminologia “gestão” passou a ser acompanhada da palavra “democrática”, essa provocou a participação da Comunidade Escolar .

Compreendem o Conselho Escolar como importante ferramenta nos processos de democratização da escola pública, porém, apontam a necessidade do amadurecimento do conceito de participação, por todos os segmentos envolvidos. De maneira breve colocam outras instâncias da Gestão Democrática como as Associação de Pais, Professores e Funcionários (APPF), Grêmio Estudantil e Conselho de Classe.

Dando sequência às leituras que compuseram a análise deste estudo

preliminar, o próximo artigo foi escrito no ano de 2015, recebeu o código **A07**, intitulado “**Gestão e democracia na escola: limites e desafios**”, das autoras Neide Pena Cária e Mileide Pereira Santos.

Trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica que traça um recorte histórico, partindo do início do século XX até os dias da produção da pesquisa. O foco principal é a leitura dos documentos oficiais e legislações construídas no decorrer deste período e sua exequibilidade no campo empírico, centram os esforços nas relações estabelecidas após o golpe militar de 1964 e, na sequência, da redemocratização.

O artigo apresenta a crítica ao modelo de gestão que se diz democrática, mas que não abre espaço para a participação dos atores da escola (CÁRIA; SANTOS, 2015). Conceituam o termo como sendo a ampla participação dos representantes dos vários segmentos da Comunidade Escolar .

A análise também distingue o modelo de administração escolar gerencial do modelo democrático, tecendo críticas aos marcos estabelecidos pela política neoliberal do final do século XX neste último. Centram a responsabilidade da democratização das relações no papel do diretor da unidade, colocando como principal instância democrática na escola o Projeto Político Pedagógico, citando o Conselho Escolar como necessário a esta articulação. Concluem avaliando que os preceitos legais que demarcam a Gestão Democrática ainda não se efetivam no campo das práticas escolares.

Seguindo as leituras, passamos a um artigo escrito no ano de 2018, que recebeu o código **A08**, intitulado “**Por que é tão difícil democratizar a gestão da escola pública?**”, escrito pelo autor Licínio C. Lima que realizou uma pesquisa bibliográfica.

O autor debate conceito de gestão democrática sob o prisma político organizacional do país, recorrendo à análise dos cenários nacionais no Brasil e em Portugal.

Afirma que não se pode conceber uma gestão democrática das unidades escolares públicas sob a égide de legislações formuladas sob estados ditatoriais ou autocráticos, estendendo a crítica ao formato de política adotado nos processos democráticos nacionais, reafirmados pelos processos democráticos nas escolas públicas onde, de acordo com o autor: “Trata-se de uma abordagem tradicional, de cariz positivista, subordinando a ação organizacional escolar à mera reprodução de

regras legais e outras de tipo prescritivo [...]” (LIMA, 2018, p. 18).

Como característica, o estudo realizado por Lima estabeleceu marcos mais amplos do conceito de Gestão Democrática olhando para os pais como um todo, não mirando nas unidades escolares e processos de maneira íntima, única.

No ano de 2017, as autoras Luciene Amaral da Silva e Inalda Maria dos Santos escreveram o artigo **“O discurso da participação na gestão democrática da escola pública: o que dizem os sujeitos da escola”**, que recebeu o código **A09** neste estudo.

Em pesquisa bibliográfica com entrevistas, as autoras investigam como o discurso de gestão democrática e participação circundam o espaço escolar compartilhado pelos membros do Conselho Escolar, única instância da gestão democrática abordada pelas autoras.

Na fundamentação, teorizam acerca dos conceitos de gestão, participação e cultura escolar, embasando a afirmação da indissociabilidade destes conceitos na composição do que compreendem como gestão democrática.

Apontam, por meio da análise do discurso, o distanciamento dos segmentos que compõem a Comunidade Escolar, especialmente pais e estudantes, das tomadas de decisão e das relações do poder e da centralização de todo poder político na figura do diretor, “utilizando o discurso da gestão democrática com a finalidade de legitimação de interesses neoliberais, em que o sistema transforma o diretor em apenas um executor das suas orientações” (DA SILVA; DOS SANTOS, 2018, p. 61).

O próximo artigo que analisamos foi publicado em 2019 pelo autor Ângelo Ricardo de Souza, com o título **“As condições de democratização da gestão da escola pública brasileira”**, e recebeu o código **A10** neste estudo.

O autor, por meio de pesquisa ao banco de dados do Inep²¹, analisou os resultados obtidos com intuito de compreender as reais condições da democratização da escola pública brasileira, trabalhando com um recorte temporal de 2003 a 2015.

Conceitua a gestão democrática como participação e disposição ao diálogo afirmando que “sem o diálogo, não há espaço para a contradição, para o pensamento diferente, para a diversidade de opiniões, o que significa que, sem contradição, sem diversidade, não há democracia” (SOUZA, 2019, p.273) e debate longamente sobre a forma de provimento da função/cargo de diretor escolar, apontando o modelo pautado

²¹ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), portal.inep.gov.br.

por eleições diretas como o mais democrático.

Assinala o Conselho Escolar como elemento fundamental no maior índice de gestão democrática, seguido da construção coletiva do Projeto Político Pedagógico. Aponta nas relações de poder que:

O trabalho escolar é essencialmente coletivo. A escola é uma instituição que só se faz no coletivo. Assim, o desenvolvimento de ações que promovam maior horizontalidade nas relações de trabalho na escola contribui para o incremento da própria natureza do trabalho escolar. Ou, dito de outra forma, quão mais horizontal a escola consegue operar, mais coletiva ela se faz. Quão mais coletiva ela se produz, mais se aproxima da sua função formadora e de promoção da ação comunicativa, portanto, torna-se uma instituição com mais qualidade educacional (SOUZA, 2019, p. 279).

O autor conclui afirmando que, a partir do recorte estabelecido, há crescimento no ambiente democrático nas escolas públicas brasileiras ressaltando o risco para a democracia do crescimento identificado do modelo de provimento ao cargo/função por meio de indicação.

No estudo realizado pelos autores José Márcio Silva Barbosa e Fernando Alvarenga Cardoso Coelho, com título **“A autonomia da escola na perspectiva da gestão democrática: entre o preposto e o existente no interior de uma escola pública de Belo Horizonte/MG”**, que recebeu o código **A11**, os autores utilizam a metodologia de pesquisa de cunho bibliográfico com análise documental e estudo de caso.

Conceituam gestão democrática na perspectiva da autonomia da escola pública, centrada no papel do diretor escolar como responsável pela democratização dos processos escolares como afirmam: “[...] cabe ao diretor escolar enquanto líder e responsável pela tomada de decisões na escola, propiciar a busca pela realização de um trabalho pedagógico coletivo” (BARBOSA; COELHO, 2019, p. 4). Concluem reafirmando a importância do conceito de autonomia frente aos modelos que adotam a gestão democrática como princípio organizacional.

O último artigo, analisado em sua integralidade neste estudo, foi escrito no ano de 2021, pelos autores Maria Lília Imbiriba Sousa Colares, Lucas de Vasconcelos Soares e Maria José Pires Barros Cardozo com o título **“A gestão educacional como política: proposições na escola pública”**, que recebeu o código **A12** neste estudo. Foi concebido por meio de uma pesquisa de campo com análise bibliográfica, documental e entrevistas.

Os autores destacam a importância da superação do modelo de gestão

escolar pautado na administração escolar burocrática, assim como resgatam elementos importantes ao processo emancipatório da Comunidade Escolar. Apresentam foco no processo de escolha/provimento da função/cargo de diretor escolar, apontando as fragilidades do processo por indicação política e a consequente replicação do modelo capitalista de produção nas práticas diárias da escola pública.

Nas relações de poder, destacam que “[...] Não se trata apenas do diretor escolar, mas sim na atuação de um grupo de pessoas e processos que deve desencadear em um ambiente de qualidade, acessível e democrático [...]” (COLARES; SOARES; CARDOZO, 2021, p. 5).

Apontam o Conselho Escolar e o Projeto Político Pedagógico como importantes instâncias democráticas, ressaltando o conceito de autonomia nos processos e nas tomadas de decisão. Concluindo o estudo, destacam a necessidade de se (re)inventar, superando os modelos conservadores de gestão burocrática, dando vida no empírico, ao conceito de gestão democrática pautado pela sua essência de ampla e irrestrita participação.

Após leitura, análise e fichamento dos textos integrais das publicações, extraímos as incidências das palavras-chave, sistematizadas no quadro 2:

QUADRO 2 - Palavras-chave

CÓD.	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE
A01	Gestão democrática e participação na escola pública popular	Emancipação; Participação; Gestão democrática
A02	Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática	Gestão Democrática; Gestão Escolar; Política Escolar
A03	Gestão democrática na escola pública: uma experiência educacional do MST	Educação democrática; Autogestão; MST; Trabalho
A04	A cultura democrática na gestão da escola pública: um estudo da análise do discurso dos conselheiros escolares	Gestão Escolar; Democracia; Cultura; Conselho Escolar
A05	Caminhos e (des)caminhos da gestão democrática da escola pública: obstáculos, resistências e perspectivas para a democratização dos conselhos escolares	Conselhos de escola; gestão democrática; democratização da escola pública.
A06	Participação dos pais e alunos no cenário da gestão democrática	Gestão Democrática; Escola Pública Municipal; Participação
A07	Gestão e democracia na escola: limites e desafios	Gestão democrática; participação; qualidade da educação.

A08	Por que é tão difícil democratizar a gestão da escola pública?	Gestão democrática; Gestão escolar; Democracia.
A09	O discurso da participação na gestão democrática da escola pública: o que dizem os sujeitos da escola.	Escola; Participação; Gestão Democrática.
A10	As condições de democratização da gestão da escola pública brasileira	Gestão democrática; Gestão Escolar; Política Educacional; Condição democrática.
A11	A autonomia da escola na perspectiva da gestão democrática: entre o preposto e o existente no interior de uma escola pública de Belo Horizonte/MG	Autonomia da escola; gestão democrática; práticas de gestão escolar.
A12	A gestão educacional como política: proposições na escola pública	Gestão Educacional; Gestão Democrática; Políticas Públicas Educacionais; Escola Pública.

Fonte: O autor (2021).

A partir da observação das palavras-chave, constatamos que todos os textos deste estudo apresentam o termo “gestão” em suas coleções, em 11 (onze) dos 12 (doze) artigos lidos o termo “gestão democrática” é referenciado em suas palavras-chave. Na sequência, o termo “autonomia” é o que apresenta maior incidência, seguido do termo “participação”, demonstrando que as pesquisas estudadas nesta revisão têm em comum os preceitos defendidos de que democracia é pautada pela autonomia política e organizacional das escolas públicas e pela ampla participação.

Outro ponto observado nesta análise foi a recorrência de autores citados nos artigos lidos. Na tabela 5, é apresentada a lista dos autores com contribuições significativas recorrentes nos trabalhos e, logo na sequência, uma *Word Cloud* com todos os autores citados, fichados neste manuscrito.

TABELA 3 – Autores mais citados

NÚMERO DE CITAÇÕES	AUTOR / OBRA / DOCUMENTO
31	Vitor Henrique Paro
19	Paulo Freire
15	Luiz Fernandes Dourado
14	Norberto Bobbio
14	Ângelo Ricardo de Souza
13	Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB e Constituição Federal de 1988
13	Heloísa Lück
10	José Carlos Libâneo

Fonte: O autor (2021).

participação e ação política ensinando-os, a partir da escola e com a convivência desta, o respeito à ordem vigente.

Em relação diametralmente oposta, alguns autores estudados têm opinião diversa a esta, apontando como uma grande vitória para a educação pública brasileira à instituição, por vias legais, dos processos de democratização nas relações de poder das escolas públicas.

Convergente, entretanto, todos os estudos apontam para a necessidade do (re)conhecimento do conceito da *participação*, especialmente aos segmentos de pais e estudantes das unidades escolares, superando, assim, a velha ideia de que participar da escola significa realizar pequenos reparos, trabalho voluntário ou se fazer presente nas reuniões em que seus filhos serão avaliados por terceiros sem importar a sua opinião ou contribuição.

Participar, de maneira quase unânime aos autores, significa dirigir política e administrativamente a escola mantendo relações horizontais de poder e opinião, retirando a centralidade do poder político unicamente do papel diretor da escola.

Outro ponto relevante é a análise do papel dos Conselhos Escolares, seus representantes e forma de acesso. Observa-se nessa instância uma importante contribuição aos processos de democratização, de emancipação e realização da participação plena da Comunidade Escolar .

Destacamos que a horizontalidade nas relações de poder e tomadas de decisão, assim como o papel central de uma Proposta Pedagógica (Projeto Político Pedagógico) na constituição, efetivação e perenidade dos processos democráticos tem recorrência nos textos mais próximos ao tempo presente desta pesquisa, reforçando o caráter dialético do processo de democratização da escola pública, no qual a contradição e a contraposição de ideias constituem base para os avanços no conceito e sua práxis.

Esta revisão sistemática transcorreu da necessidade de compreendermos como os termos “Gestão Democrática” e “Participação” nas escolas públicas evoluíram e foram conceituados por meio de pesquisas científicas atuais que analisam os documentos oficiais, estudos teóricos e empíricos.

A partir dos resultados do estudo e do atual cenário institucional brasileiro, reafirmamos de maneira veemente a importância dos processos democráticos dentro e fora das escolas públicas, assim como formar os nossos estudantes e Comunidade

Escolar para o exercício do diálogo, da participação, do respeito ao contraditório e da responsabilização.

Durante a análise, percebemos a preocupação dos pesquisadores, da escola pública tornar-se um espaço cada vez mais autocrático, com políticas que mais se assemelham a estados totalitários, com poder político e executor centrado na figura do diretor, do que uma escola emancipadora pautada pela participação e tomada de poder coletivos e pela formação humana.

Desta forma, o campo de pesquisa e, conseqüentemente, formação continuada é fértil e necessário para tempos sombrios como os atuais, quando valores democráticos são colocados em xeque diariamente, seja pelos poderes instituídos pelas vias democráticas ora combatidas pelos próprios, seja pelo efeito manada causado pelas redes sociais e ampla propagação de desinformação proposital.

3.2.3 O que nos dizem as legislações acerca da gestão escolar?

Esta pesquisa teve um recorte temporal dividido em dois momentos dimensionados para contribuir na análise: o primeiro sobre o prisma da conceituação história, teórica e da legislação, demarcado pela transição do governo ditatorial militar brasileiro para a redemocratização. Neste sentido, olhamos os registros e escritos que retrataram o avanço das políticas, no campo da educação, em especial da gestão escolar, a partir do ano de 1980 e a sua correlação com as legislações locais, com Sistema de Educação de Araucária e os documentos direcionadores da escola estudada, como descreveremos nos próximos parágrafos.

O segundo recorte temporal, organizamos no contexto dos relatos, a partir das entrevistas, da caminhada e organização da gestão escolar de uma Escola Pública do município de Araucária, especificamente na análise dos processos de gestão que ocorreram em concomitância com as três últimas gestões do Conselho Escolar da escola lócus e pela observação participante nos últimos períodos pós-pandemia.

A partir das leituras e observação da nossa história recente, o primeiro marco importante, já delimitado nesta dissertação, é a Constituição Federal de 1988, documento reconhecido por trazer em suas concepções proteção ampla e instrumentalizada dos direitos fundamentais, com vistas a garanti-los e protegê-los de abusos e violações (STEFANO, 2015, p. 67) dentre eles a educação, como previsto de forma expressa em seu Título II, Capítulo II, art. 6º:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 2016 p.18).

Ainda, segundo Stefano (2015), a educação faz parte dos chamados direitos fundamentais de segunda geração que nasceram com vistas a proteger o ser humano a partir da garantia da igualdade material. A autora defende também que ela é um dos alicerces do Estado Democrático de Direito, sendo uma infeliz coincidência que no momento histórico ao qual ocorre este estudo, ainda demandemos realizar enfrentamentos tal como na época da escrita da nossa Carta Magna, com uma parcela da população flertando com a possibilidade de um golpe guinando para um Estado ditatorial. Reforça a autora:

A educação é uma das bases para garantir o Estado democrático, pois de nada adianta o voto ser universal se a pessoa não tiver condições de compreender quais são as bases das campanhas propostas e qual a finalidade do cargo que aquele candidato irá exercer (STEFANO, 2015, p. 68).

Neste olhar, a educação tem como responsabilidade a preparação para o exercício da cidadania, um dos fundamentos constitucionais previstos no art. 1º, inciso II da Constituição, visando, por meio da formação humana, garantir o que está preconizado em seu artigo 3º, inciso I: desenvolvimento social construindo uma sociedade livre, justa e solidária (BRASIL, 2016, p. 11).

Ainda nesta perspectiva da importância da educação correlacionando ao tempo presente desta dissertação (2022) e a sua importância na manutenção, amadurecimento e consolidação da nossa jovem democracia, Konrad Hesse (1998, p. 133) aponta:

Em tudo, democracia é, segundo seu princípio fundamental, um assunto de cidadãos emancipados, informados, não de uma massa de ignorantes, apática, dirigida apenas por emoções e desejos irracionais que, por governantes bem intencionados ou mal intencionados, sobre a questão do seu próprio destino, é deixada na base da obscuridade.

Neste mesmo entendimento, Vitor Henrique Paro (2000, p. 3) pontua que, sem dúvida nenhuma, a principal falha hoje da escola com relação a sua dimensão social parece ser sua omissão na função de educar para a democracia. Dessa forma, recorrendo ao nosso patrono, Paulo Freire (2005), a educação não pode ser bancária, depositária do conhecimento, mas sim deve ter papel preponderante nos processos de emancipação no intuito de propiciar aos estudantes e ao seu entorno a capacidade

de analisar criticamente a realidade e sua história.

Inter-relacionando esse item com a revisão sistemática, ora apresentada neste manuscrito, conseguimos compreender o porquê da unidade de opostos nas conclusões apresentadas nos estudos realizados pelos autores estudados: em parte defendem a institucionalização dos elementos constitutivos dos processos de luta organizada pelo fim do governo ditatorial militar no texto de uma nova constituição e, em contrapartida, severas críticas a essa mesma institucionalização como sendo uma apropriação destes processos para a manutenção da ordem hegemônica pautada pelo modelo capitalista de produção e reprodução da vida, agora, travestidos de uma roupagem democrática.

Apesar deste não ser o escopo principal deste estudo é fundamental a este pesquisador externar a complementariedade destas análises, corroborando, em especial, que, por exemplo, a organização dos Conselhos - sejam eles do operariado e/ou da igreja Católica - na década de 80 foram fundamentais para a derrocada do regime militar. Entretanto, sua institucionalização no corpo das legislações do período imediatamente posterior, despiu esse processo de suas características revolucionárias transformando-a, por vezes, em mais um processo burocrático.

Retornando, os constituintes ao referendarem a educação no texto da carta o fizeram de forma a garanti-la como o direito universal, alçando a primazia do Estado em promovê-la, apontando de maneira afirmativa os objetivos a serem alcançados por este direito:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2016, p.123).

E, ao voltarmos nosso olhar de maneira mais cirúrgica aos objetivos propostos por este pesquisador, além trazer a educação como direito social fundamental a todas e todos os cidadão brasileiros, a Constituição prevê os instrumentos para que esse direito seja efetivado:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
 I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
 III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
 IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos da lei federal (BRASIL, 2016, p. 123).

Dentre estes instrumentos, destacamos o inciso VI que determina a gestão democrática do ensino público, temática central neste estudo.

Outra legislação resultante das intensas disputas sociais, ideológicas e políticas do período, caminhando na esteira da Constituição Federal é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, conhecida como LDB 9394/96. É a mais importante lei brasileira no campo da educação, regulamenta o sistema educacional (público ou privado) do Brasil, da educação básica ao ensino superior.

No bojo desta legislação, é reforçado e ampliado o princípio da gestão democrática no ensino público, apontando de maneira detalhada os instrumentos para a efetivação deste princípio, destacamos, neste ponto, o conceito de *participação*, o qual apareceu de forma recorrente na Revisão Sistemática e debateremos com mais qualidade na sequência deste estudo, aparece em forma textual na legislação vigente:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art.15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público (BRASIL, 2020, p.16).

Outro ponto de extrema relevância na organização das escolas e, em especial na escola objeto deste estudo, é o princípio defendido no artigo 15 da LDB 9394/96: “da progressão da autonomia pedagógica, administrativa e financeira”. Princípio este, uma vez respeitado pelos sistemas e órgãos mantenedores possibilitam, nas unidades escolares, o diálogo com as reais necessidades das comunidades dificultando que estas sejam utilizadas como meras representações do poder político local/regional.

Agora, o inverso e, infelizmente ainda predominante, também é uma premissa válida. Quanto menos autônomas as comunidades escolares, menor é a possibilidade de que a gestão democrática, preconizada nas duas principais legislações que regem a Educação, se efetive de maneira participativa, direta e não apenas como uma formalidade. Dificultando a ocorrência dos processos que nos levaram a nos debruçar

neste estudo e a defesa da educação emancipadora social e política.

Sobre esta questão, Theodor Adorno (1995, p. 141) afirma que:

[...] uma democracia com o dever de não apenas funcionar; mas operar conforme seu conceito, demanda pessoas emancipadas. Uma democracia efetiva só pode ser imaginada enquanto uma sociedade de quem é emancipado.

Desta forma, não há como pensarmos a gestão democrática das escolas públicas sem pensarmos na formação e emancipação de todos os envolvidos no processo e em mecanismos para ampliar a participação de todos os segmentos respeitando seu espaço de voz.

Neste debate, que optamos trazer para essa etapa do estudo, sobre a democracia, dentro e fora da escola, da emancipação e conscientização de todos, no contexto histórico e recente, Freire (2003, p. 112) nos adverte:

não há conscientização sem a tomada de consciência, mas nem toda tomada de consciência se alonga obrigatoriamente em conscientização. É neste sentido que a pura tomada de consciência a que falte a curiosidade cautelosa mas arriscada, a reflexão crítica, a rigorosidade dos procedimentos de aproximação ao objeto fica no nível do “senso comum”.

Para Freire, o ato de conscientizar, é a consequência do trânsito entre “consciência ingênua” para a “consciência crítica” (FREIRE, 1982, p.138), uma vez que: “mais do que exclusiva tomada de consciência da realidade, a conscientização exige sua rigorosa compreensão” (FREIRE, 2003, p. 113). Neste sentido, compreendemos que para entender a realidade e analisá-la criticamente, consequentemente, é exigido posicionamento diante dela.

Assim, na democracia (do sentido mais amplo da vida social aos processos internos de uma escola pública) significa reclamar a descentralização, a horizontalização em oposição a centralização e verticalidade do poder como forma de participação nos processos de decisão, participação entendida, por Freire e defendida de forma veemente nesta pesquisa, como ato de ingerência no destino político da sociedade, participação atuante e ativa.

Uma vez estabelecidos os debates iniciais sobre democracia, participação e emancipação, avançamos na contextualização das legislações: no ano de 2014 temos um novo marco legal, a Lei Federal 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Esta legislação estabelece metas, prazos e estratégias para sua efetivação nas diversas frentes que compõem a organização dos processos escolares.

A meta 19 é de suma importância nesta análise acerca da legislação pois aponta a necessidade da efetivação dos processos de gestão democrática, normatizando que ela deve ocorrer por meio dos Conselhos de Educação nas instâncias superiores e, nas unidades educacionais, com a participação da comunidade nos Conselhos Escolares e Grêmios Estudantis:

Meta 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à Comunidade Escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Estratégias:

19.1) priorizar o repasse de transferências voluntárias da União na área da educação para os entes federados que tenham aprovado legislação específica que regule a matéria na área de sua abrangência, respeitando-se a legislação nacional, e que considere, conjuntamente, para a nomeação dos diretores e diretoras de escola, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da Comunidade Escolar;

19.2) ampliar os programas de apoio e formação aos (às) conselheiros (as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, dos conselhos de alimentação escolar, dos conselhos regionais e de outros e aos (às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;

19.3) incentivar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a constituírem Fóruns Permanentes de Educação, com o intuito de coordenar as conferências municipais, estaduais e distrital bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PNE e dos seus planos de educação;

19.4) estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;

19.5) estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;

19.6) estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares;

19.7) favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino;

19.8) desenvolver programas de formação de diretores e gestores escolares, bem como aplicar prova nacional específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos, cujos resultados possam ser utilizados por adesão (BRASIL, 2014, n.p.).

Destacamos neste ponto a convergência da legislação com debates que propomos nesta análise, em especial nas estratégias 19.5 e 19.7 que trazem em seu bojo, respectivamente, a necessidade de fortalecer e compreender os Conselhos Escolares como instância máxima deliberativa na unidade escolar, assim como o

caráter decisório dos Conselhos Municipais de Educação e o movimento de ampliação da autonomia das comunidades escolares, ponto este, já defendido neste documento.

Em Araucária, município onde a unidade escolar que estudamos está localizada, a educação é organizada pelo Sistema Municipal de Ensino, criado pela Lei Municipal nº 1.528/2004 que traz em seu art. 1º a função deste sistema: disciplina a Educação Escolar que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

Legislação essa de suma importância para que os processos de gestão e organização escolar, nas unidades, ocorram de forma mais autônoma visto que, em seu art. 2º traz o seguinte texto:

Art. 2º - São objetivos da educação municipal, inspirados nos princípios e fins da educação nacional:

I – formar cidadãos participativos capazes de compreender criticamente a realidade social, conscientes de seus direitos e responsabilidades, por meio de práticas educativas dialógicas;

II – garantir aos educandos igualdade de condições de acesso, reingresso, permanência e pleno desenvolvimento nas instituições escolares;

III – promover apropriação do conhecimento comprometido com a promoção social;

IV – assegurar padrão de qualidade na oferta de educação escolar;

V – promover a autonomia da escola e a participação comunitária na gestão do sistema municipal de ensino;

VI – oportunizar a inovação do processo educativo valorizando novas ideias e concepções pedagógicas;

VII – valorizar os profissionais da educação pública municipal;

VIII – promover a educação ambiental nas instituições escolares (ARAUCÁRIA, 2004b, n.p.)

Esse alinhamento com as legislações nacionais, preconizado no caput deste artigo e, em especial, no inciso V que reforça como objetivo do sistema a promoção da autonomia da escola e a participação comunitária na gestão do sistema municipal de ensino, transformou o município que possui na organização histórica da educação, forja nos movimentos organizados dos trabalhadores, em um terreno fértil para o desenvolvimento de políticas de democratização do acesso à gestão das unidades escolares.

Ainda no texto desta legislação e na esteira dos debates sobre a democratização do ensino público, o capítulo III da lei é intitulado “DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL”, trazendo a seguinte regulamentação:

Art. 10 – A gestão democrática do ensino público municipal será definida em ‘com observância dos seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação e dos pais ou responsáveis pelos alunos na elaboração da proposta pedagógica da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em órgãos colegiados;

III - graus progressivos de autonomia das escolas na gestão pedagógica, administrativa e financeira;
 IV - liberdade de organização dos segmentos da Comunidade Escolar, em associações, grêmios ou outras formas;
 V - transparência dos procedimentos pedagógicos, administrativos e financeiros;
 VI - descentralização das decisões sobre o processo educacional.
 Parágrafo único. Integram a Comunidade Escolar os alunos, seus pais ou responsáveis, os profissionais da educação e demais servidores públicos em exercício na unidade escolar (ARAUCÁRIA, 2004b, n.p.).

Nos chamou a atenção a recorrência do termo participação na legislação municipal e o inciso VI do artigo citado que traz como princípio, para o recém-criado sistema de ensino, a descentralização das decisões sobre o processo educacional. Avaliamos o texto desta legislação como progressista para o tempo da sua escrita, mantendo esse caráter, ainda a tempo presente.

O movimento criado por esta legislação provocou nas unidades escolares diversas formas de organização e graus de autonomia de suas comunidades, trazendo consigo estranhamentos nas formas como é tratada a gestão democrática e a divisão interna do poder. Estranhamentos estes que estão diretamente ligados à maturidade deste processo, seja pela formação continuada e seus reflexos nos documentos escolares ou pelo incentivo à participação comunitária nas decisões.

Deste ponto de vista, observamos, ao olharmos para a rede pública municipal de ensino, escolas organizadas com ampla participação da Comunidade Escolar em suas tomadas de decisão e divisão de poder, enquanto algumas, seguem no modelo de poder central designado pelo/pela ocupante da função de diretor. Em comum a todas e, por isso determinante neste processo de amadurecimentos, estão as legislações municipais, resoluções e pareceres do Conselho Municipal de Educação:

- O Plano Municipal de Educação, aprovado pela Lei Municipal nº 2.848/2015 alterado pela Lei Municipal nº 3.655/2020;
- As Diretrizes Municipais de Educação de 2012;
- A escolha democrática, organizada por meio de Consulta Pública, dos diretores e diretores auxiliares de todas as unidades escolares²², desde o ano de 1994, atualmente regida pela Lei Municipal nº 3.508/2019;
- A eleição para Conselhos Escolares nas unidades educacionais, instituída pela Lei Municipal nº 1.530/2004 e alterada pela Lei Municipal nº 1.608/2005;

²² Nos documentos que regem a educação municipal de Araucária o termo *Unidade Escolar* é usado para designar todas as escolas, centros municipais de educação infantil (Cmei) e os centros especializados de ensino (Cmaee's),

➤ As eleições para as Associações de Pais, Professores e Funcionários, realizadas a cada 2 anos, sendo que cada APPF é regida por estatuto próprio.

Destacamos nesta contextualização sobre as legislações municipais a Lei Municipal nº 1.527/2004 que cria o Conselho Municipal de Educação de Araucária como órgão colegiado, de natureza participativa e representativa da comunidade na gestão democrática da educação, com atribuições normativa, consultiva, deliberativa, fiscalizadora, mobilizadora, propositiva e de controle social sobre a formulação e o planejamento das políticas de educação do município. Essa legislação foi promulgada no dia 02 de novembro de 2004, em concomitância a Lei de Sistema.

Composto de maneira tripartite, sendo 15 (quinze) conselheiros titulares e 15 (quinze) membros suplentes, com 1/3 do Quadro Próprio do Pessoal do Magistério e Quadro Geral, indicados pela Secretaria Municipal de Educação, 1/3 de membros eleitos do Quadro Próprio do Magistério e dos Servidores Municipais atuantes na rede municipal de ensino e 1/3 de membros eleitos da Sociedade Civil (comunidade) (ARAUCÁRIA, 2004a).

Nesta análise, apontamos as características progressistas das legislações municipais de Araucária. Precisamos ainda, neste estudo, apontar que tais características não advêm de forma autônoma. Elas são provocadas por intensos debates travados no município, principalmente pelos trabalhadores organizados em seus Sindicatos (Sismmar) e Sindicato dos Servidores de Araucária (Sifar), cabendo o destaque de que os professores de Araucária se organizam coletivamente mesmo antes da promulgação da Constituição Federal.

Outra característica singular e preponderante para que as legislações municipais apontem avanços no que tange à gestão democrática é a organização, participação e manutenção das sessões anuais do Fórum Municipal em Defesa da Escola Pública, Gratuita, Laica, Universal e de Qualidade Social, que no ano de 2022 realizou sua 24ª sessão.

O Fórum Municipal em Defesa da Escola Pública foi criado em 1996 como um órgão da sociedade civil, suprapartidário, sem fins lucrativos e de duração indeterminada, que reúne instituições comprometidas com a defesa da escola pública, sendo um órgão propositivo de políticas públicas para a educação municipal (SISMMAR, s.d.).

Debateu ao longo das suas sessões a necessidade do estabelecimento de princípios e instrumentos de gestão democrática para a Rede Pública Municipal de

Ensino de Araucária. Destacamos como importantes a este estudo as sessões dos anos de 1999 e 2000, quando da discussão do Plano Municipal de Educação, no qual aparecia em destaque os debates sobre a Gestão Democrática como o primeiro programa do plano, apontando a necessidade da instituição do conselho de educação, dos conselhos escolares, das assembleias escolares, da escolha democrática dos dirigentes escolares, grêmios estudantis e orçamento participativo, como políticas a serem implementadas e/ou mantidas (ARAUCÁRIA, 2022c).

Ainda para a compreensão da linha trilhada neste estudo, da importância da organização dos trabalhadores e da Comunidade Escolar, é na sessão de 2002 deste Fórum que foi construída uma proposta de lei de Conselho Municipal de Educação e na sessão de 2003 uma proposta de lei de Sistema Municipal de Ensino, as quais foram ratificadas como base na elaboração de projetos de lei de Conselho e Sistema que foram aprovados como leis municipais em dezembro de 2004.

Neste item, podemos observar que, apesar de ainda não haver uma legislação específica no município de Araucária, sobre a gestão democrática, como preconiza o inciso I, do art.10, da lei nº 1.528/2004 ela é um fio condutor que ganha destaque nas mais variadas leis construídas ao longo do tempo, demonstrando ser uma temática cara às Comunidades Escolares, aos Trabalhadores e ao Sistema.

3.2.4 Proposta Pedagógica e demais documentos da unidade escolar

3.2.4.1 *“Nada é impossível de mudar”*

Nada é impossível de mudar
Desconfiai do mais trivial,
na aparência singelo.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente:
não aceiteis o que é de hábito
como coisa natural.
Pois em tempo de desordem sangrenta,
de confusão organizada,
de arbitrariedade consciente,
de humanidade desumanizada,
nada deve parecer natural.
Nada deve parecer impossível de mudar..
Bertolt Brecht, 1982 (BRECHT, 1982 *apud* ESCOLA MUNICIPAL PEDRO
BISCAIA, 2022, p. 01).

Assim é apresentado o principal documento da unidade escolar selecionada para este estudo. Buscam inspiração em Bertold Brecht para, na folha de rosto,

apontar quais concepções regem este documento e, conseqüentemente, as ações por ele designada.

No início deste manuscrito, destacamos o papel central da Proposta Pedagógica²³ na constituição, efetivação e perenidade dos processos democráticos nas unidades escolares.

Partindo do pressuposto estabelecido, que é este o principal documento da organização da vida de uma escola e corroborando os escritos de Moacir Gadotti que apontam:

[...] não deve existir um padrão único que oriente a escolha do projeto de nossas escolas. Não se entende, portanto, uma escola sem autonomia, autonomia para estabelecer o seu projeto e autonomia para executá-lo e avaliá-lo.

A autonomia e a gestão democrática da escola fazem parte da própria natureza do ato pedagógico. A gestão democrática da escola é, portanto, uma exigência de seu projeto político-pedagógico.

Ela exige, em primeiro lugar, uma mudança de mentalidade de todos os membros da Comunidade Escolar. Mudança que implica deixar de lado o velho preconceito de que a escola pública é apenas um aparelho burocrático do Estado e não uma conquista da comunidade. A gestão democrática da escola implica que a comunidade, os usuários da escola, sejam os seus dirigentes e gestores e não apenas os seus fiscalizadores ou meros receptores dos serviços educacionais. Na gestão democrática pais, alunos, professores e funcionários assumem sua parte de responsabilidade pelo projeto da escola (GADOTTI, 1992, p. 34).

É na elaboração e execução do projeto político-pedagógico que ocorre a mudança de concepção sobre a escola pública, passando de “aparelho burocrático do Estado” para uma escola que reflete as conquistas da comunidade. Em detrimento a isso, iniciamos nossos estudos no lócus pela leitura e análise detida da Proposta Pedagógica, instrumento que, na mesma época, encontrava-se em fase final de sistematização da sua reescrita, o que foi de grande valia para nós.

Desta forma, quando pensamos em gestão democrática da escola pública o significado estabelecido é, sobretudo, um esforço tanto de elaborar, compreender e ousar fazer bem como de propor alternativas viáveis, capazes de concretizar a Proposta Pedagógica, coletivamente concebida dentro de uma perspectiva mais ampla.

Nessas reflexões, as especificidades do contexto local, em que está inserida a escola, são as determinantes ante às determinações do global na construção das

²³ Os termos “Projeto Curricular”, “Projeto Político-Pedagógico” e “Proposta Pedagógica” podem ser compreendidos como sinônimos, conforme Kramer, 1997. Segundo a orientação do Parecer CME/ARAUCÁRIA nº. 07/2008 e da resolução nº. 01/2008 será utilizado, na rede municipal de ensino, o termo PROPOSTA PEDAGÓGICA.

concepções e na formulação das políticas.

Neste sentido, compreendemos a gestão democrática não apenas como um princípio, uma *concepção*, mas também como um objetivo/meio a ser atingido, para configurar-se como uma prática educativa inserida no contexto da escola.

O primeiro movimento que percebemos nas observações realizadas nos últimos meses no interior da unidade é a coletivização de todas as tomadas de decisão, das questões mais simples da organização do dia a dia às mais complexas no campo da aprendizagem e relacionamentos interpessoais. Isso também é refletido no documento que analisamos.

O documento é organizado em 09 capítulos, seguindo as orientações das normativas do sistema e na sua apresentação traz, de maneira textual, um dos motivos que nos levou a estudar esta unidade escolar nesta pesquisa: a participação e coletivização das decisões. Aponta que:

[...] o presente documento coletivo, construído e atualizado no decorrer dos anos, através do desenvolvimento de ações no sentido de implementar o programa político-pedagógico de fortalecimento das ações administrativas e pedagógicas desta Unidade Educacional.

A proposta, de caráter democrático, procura fomentar a participação coletiva na continuidade e no fortalecimento da ação educativa da Unidade Educacional, pautada na emancipação humana. Conta, em seus estudos para escrita e atualização, com a participação de todos os segmentos da Unidade Escolar, constituindo um trabalho de discussão, análise, levantamento de dados, propostas e ações para sua implementação plena no cotidiano da Unidade Educacional servindo de subsídio aos diferentes segmentos escolares na realização de sua tarefa diária de desenvolvimento do processo educativo (ESCOLA MUNICIPAL PEDRO BISCAIA, 2022, p. 06).

Na sequência, ainda no capítulo de apresentação, reforça a importância da Proposta Pedagógica como eixo guia de todas as ações da escola, de caráter progressista e democrática ela deve estar em constante avaliação e reescrita, pois trata-se de um documento vivo e integrado ao cotidiano:

Este documento não deve ser entendido como modelo fechado e concluso que se propõe de maneira autoritária aos agentes educativos e a Comunidade Escolar, mas sim, como porta para o debate e aprofundamento dos princípios norteadores da Educação Pública: a gestão democrática e a emancipação humana.

Muitos serão os desafios a enfrentar, mas, importantes passos, estão sendo trilhados na direção de garantir a participação efetiva da Comunidade Escolar na gestão da Unidade Educacional, através do Conselho Escolar, contribuindo assim para a melhoria da qualidade da Educação.

Aqui, não se trata de 'inventar' um novo ideário coletivo para a Unidade Educacional, pois não repercutiria a realidade concreta, e é esta que nos interessa. O desafio está, antes, em abstrair das nossas experiências, dos nossos debates, das disputas em curso e do conjunto de ideias que orientam o pensar sobre a prática e ação pedagógicas, novas políticas de Educação

para uma Educação Progressista (ESCOLA MUNICIPAL PEDRO BISCAIA, 2022, p. 07).

Nesta pesquisa partimos do entendimento que as práticas educacionais qualitativas e de gestão democrática pautadas na horizontalidade da divisão do poder, são singulares e merecem um olhar criterioso. Por vezes, acontecem de maneira espontânea, não organizadas e com poucos registros e, neste sentido, compreendemos a necessidade da sistematização e coletivização destas experiências, levando a vivência empírica, que pode perder-se nos registros históricos, para os registros formais como estratégia de (re)construção coletiva e reprodução futura, partindo do campo da terrenalidade à abstração à prática empírica novamente.

Neste estudo de caso, em específico, parte destes processos estão retratados no texto do histórico das atualizações da Proposta Pedagógica que diz:

[...] para que a Proposta realmente fosse um objeto de construção coletiva e com a participação efetiva de todos, foi organizado um cronograma de Formações para Pais, com o objetivo de envolver a Comunidade Escolar nos debates sobre assuntos relacionados aos processos pedagógicos [...] (ESCOLA MUNICIPAL PEDRO BISCAIA, 2022, p. 21).

Desta forma conseguimos aferir na leitura das atas do Conselho Escolar e dos registros dos grupos de trabalhos que se formaram ao longo dos anos a cada reescrita.

Na observação empírica, percebemos que este processo é vívido nos espaços coletivos das equipes de trabalho, que de maneira natural, debatem e buscam subsídios teóricos para a resolução e orientação das demandas diárias, assim como buscam refletir no planejamento docente as construções coletivas da Proposta Pedagógica.

Ao analisar o item 2.4 – Histórico do processo da construção da Proposta Pedagógica – percebemos que há retrato histórico das construções a partir do ano de 2009 e não faz menção de como ocorreram as construções anteriores a este período.

A proposta pedagógica segue em sua organização na descrição detalhada da Comunidade Escolar (constituição e perfil socioeconômico), dos espaços físicos e materiais (históricos e atuais), da organização do tempo e espaço escolar e dos princípios, fins e objetivos da educação.

Os itens descritos no parágrafo anterior não serão objeto de análise minuciosa no escopo deste trabalho, entretanto, cabe o destaque dos itens 2.7.1.1 – “Demandas que se faziam necessárias e foram apontadas ao longo das reestruturações da

Proposta Pedagógica (texto transcrito para memória)” na página 56 e 2.7.2 – “Condições Físicas e Materiais atuais”, página 57, pois retratam uma parte importante da história da escola em tela e da comunidade do Campina Barra²⁴, de maneira geral.

Nesse retrato, descrevem como foram os processos de luta e organização, por meio do Conselho Escolar e da Comunidade Escolar, associando-se a outros agrupamentos para a conquista de uma nova sede para a escola. Contam que ela ocupava uma estrutura física construída em meados da década de 1970, ainda de madeira em condições precárias e que após intensos movimentos e um abaixo assinado subestabelecido por mais de 2500 pessoas, a comunidade conquistou um prédio novo, moderno e acessível.

Memória essa carregada do sentimento de pertença, nas observações quando conversando acerca deste processo fica evidente o quanto foi importante essa conquista e que se faz presente o sentimento de ter sido uma conquista coletiva, isso ouvido dos estudantes aos trabalhadores da unidade.

Outro trecho importante no documento são os parágrafos iniciais do capítulo 5 - PRINCÍPIOS, FINS E OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO – que guarda relação direta com este estudo:

Esta Unidade Educacional preza pelo princípio democrático, de igualdade de condições de acesso e de permanência na escola, de gratuidade para a rede pública, de uma Educação Básica com qualidade em seus diferentes níveis e modalidades de ensino, vedando qualquer forma de discriminação e segregação.

Segue sua Proposta Pedagógica, elaborada coletivamente, com observância aos princípios democráticos, e submetida à aprovação do Conselho Escolar como eixo norteador das práticas e ações da Unidade, sejam elas de cunho pedagógico, organizativo ou de relacionamento [...] (ESCOLA MUNICIPAL PEDRO BISCAIA, 2022, p. 76).

Mais adiante no documento, chegamos no capítulo 6 – “Concepções” o qual descreve de maneira minuciosa como é compreensão e a concepção desta Comunidade Escolar a respeito dos conceitos que envolvem a organização social, educacional e escolar, assim organizada:

- 6.1 – concepção de sociedade
 - 6.1.1 – fundamentação teórica
 - 6.1.2 – direitos humanos
 - 6.1.3 – relações étnico-raciais e diversidade de gênero
 - Por uma educação não discriminatória
 - 6.1.4 – inclusão da pessoa com deficiência e altas habilidades/superdotação
 - 6.1.5 – proteção integral à criança e ao adolescente: redes de proteção
 - 6.1.5 – atendimento às populações em situação de itinerância
- 6.2 – concepção de educação

²⁴ Campina da Barra é o nome do bairro onde a escola fica localizada.

- 6.2.1 – fundamentação teórica
- 6.2.2 – concepção de infância e criança
- 6.2.3 – articulação da educação infantil com o ensino fundamental
- 6.2.4 – articulação entre as ações de cuidar e educar
- 6.2.5 – concepção de adolescência
- 6.2.6 – transição dos anos iniciais para os anos finais do ensino fundamental.
- 6.2.7 – concepção de adulto e idoso
- 6.2.8 – educação de jovens e adultos
- 6.2.9 – educação inclusiva: educação especial na modalidade de ensino transversal e o atendimento educacional especializado.
- 6.2.10 – educação para as relações étnico-raciais
- 6.3 – concepção de gestão
- 6.3.1 – fundamentação teórica
- 6.3.2 – instrumentos de gestão democrática da unidade educacional
- 6.3.3 – conselho de classe participativo
- 6.3.4 – articulação da unidade educacional com a família
- 6.3.5 – articulação da unidade educacional com a mantenedora
- 6.3.6 – consulta pública para escolha da direção escola
- 6.3.7 – conselho escolar
- 6.3.8 – associação de pais, professores e funcionários – appf
- 6.3.9 – assembleia escolar
- 6.3.10 – critérios para escolha de turmas na unidade educacional
- 6.4 concepções de planejamento
- 6.4.1 – fundamentação teórica
- 6.4.2 – instrumentos do planejamento participativo
- 6.4.2.1 – proposta pedagógica
- 6.4.2.2 – plano de ação
- 6.4.2.3 – plano de ensino
- 6.4.2.4 – plano de aula
- 6.4.2.5 – plano de atendimento educacional especializado (pae)
- 6.5 concepções de currículo
- 6.5.1 – fundamentação teórica
- 6.5.2 – proposta curricular
- 6.6 concepções de avaliação
- 6.6.1 – fundamentação teórica
- 6.6.2 – avaliação do processo ensino-aprendizagem
- 6.6.2.1 – promoção na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental
- 6.6.2.2 – instrumentos do processo avaliativo:
- 6.6.2.2.1 – portfólios;
- 6.6.3 – avaliação institucional
- 6.7 concepções de formação continuada
- 6.7.2 – formação continuada na unidade educacional:
- 6.7.2.1 – a importância da reflexão sobre a prática
- 6.7.2.2 – a reflexão sobre a prática e a formação contínua
- 6.7.3.3 – reuniões pedagógicas
- 6.7.3.4 – hora atividade
- 6.7.3.5 – escola de pais
- 6.7.3.6 – semana pedagógica
- 6.7.3.7 – fórum municipal de educação
- 6.7.3.7 – formação continuada em plataformas virtuais e institucionais. (ESCOLA MUNICIPAL PEDRO BISCAIA, 2022, p. 88-90).

Quanto da análise da proposta pedagógica, Kramer (1997) nos trouxe subsídios para que esta ocorresse com a criticidade necessária, despidido do olhar romântico ou meramente burocrático. Tais subsídios compuseram nosso olhar no documento objeto deste estudo, diz ela:

[...] é fundamental perceber: Os fundamentos teóricos da proposta curricular são explicitados? Qual a concepção subjacente ou explícita de infância, homem, educação, conhecimento, cultura? Que áreas do conhecimento baseiam a proposta e qual o enfoque privilegiado? Há coerência na abordagem entre os objetivos arrolados e as ações previstas? Há coerência entre essas bases teóricas e as reais condições de implementação da proposta? Como foram trabalhados esses referenciais junto aos profissionais “elaboradores” da proposta? Que concepção de infância é tomada como referência? É coerente com as bases teóricas? Como a proposta concebe, implícita ou explicitamente, o desenvolvimento, nos seus aspectos sociais, culturais e cognitivos? Em que nível se compromete com essas concepções? A formação dos profissionais permite pensar a concepção de infância, de adolescência e de desenvolvimento nestes termos? Como são articuladas as áreas do conhecimento no interior da proposta pedagógica? Encontram significado no cotidiano escolar? Tais conhecimentos estão de acordo com as necessidades do contexto, privilegiando aspectos sociais e culturais ou são priorizados os chamados conteúdos escolares universais? Ou ainda: Busca-se conciliar as necessidades do contexto ao direito de universalização dos conhecimentos para todas as crianças? Como? (KRAMER, 1997, p. 25-26)

A PP apresenta a concepção de sociedade, recorrendo aos escritos de Marx e Engels, no Manifesto Comunista, como prelúdio a concepção que é apresentada na sequência que “tem como fundamentação teórica, para o seu agir e pensar, a concepção do Materialismo Histórico Dialético, proposta por Marx e Engels” (MARX; ENGELS, 2022, p. 91). E, é a partir das bases teóricas firmadas nesta concepção, que se criou um tecido que perpassou todas as demais concepções, com extensão na organização dos tempos e espaços (item que optamos por não aprofundar nesta análise) e, especialmente, na constituição das suas políticas e nas relações de poder, objeto deste estudo.

Mais adiante em seu texto, Kramer (1997, p. 31) afirma que:

uma proposta pedagógica é um caminho, não é um lugar; ela tem uma direção, um sentido, um para que, tem objetivos, que é preciso conhecer para que seja possível problematizar a prática, intervir, modificar. [...] toda proposta contém uma aposta, no sentido de que ela, simultaneamente, fundamenta em – e se volta para – seu projeto de educação um determinado tipo de sociedade, de conceito de homem, de infância e de adolescência.

Na concepção pautada pela autora e em concordância com os objetivos de estudo deste pesquisador, podemos afirmar que a Proposta Pedagógica analisada traz em seu bojo caminhos que auxiliam na problematização e resolução das questões do cotidiano e, enquanto aposta, traz consigo o seu contraditório no empírico, uma vez que deixa ser um alvitre quando passa a ser prática cotidiana.

Essa afirmação decorre dos elementos coletados na aplicação da metodologia da pesquisa, com destaque à observação participativa, realizadas no decorrer deste estudo, tendo como foco as relações de poder, pautadas no olhar a ser

aferido na premissa de quanto mais horizontais as relações de poder, no exercício da gestão democrática das escolas públicas, mais desenvolvidos são os processos de formação social e humana, da ação emancipatória e da participação política do conjunto dos envolvidos, com reflexos nos resultados acadêmicos e de ensino aprendizagem.

Para isso, recorreremos ao estudo dos instrumentos da gestão democrática elencado no capítulo 6 da Proposta Pedagógica em *seu item 6.3 – concepção de gestão*, na leitura dos regimentos e estatutos, das atas e demais documentos, cruzando com o que foi observado, buscando compreender como dialoga com o *caminho, a aposta* teórica com a vida real o que passamos a descrever no próximo subitem.

3.2.4.2 Instrumentos da gestão democrática: os registros históricos da unidade a prática cotidiana

Ao longo deste capítulo, nos detemos na análise das legislações e dos documentos formais da unidade escolar, ora em tela, visando o estabelecimento de vínculos da observação participativa no campo empírico ao que está descrito nos referidos documentos.

O item que trata especificamente da concepção de gestão, na Proposta Pedagógica, é subdividido em sessões que explicam como se dá a organização deste processo na unidade por meio de seus instrumentos, diz a proposta:

A Unidade Educacional, em acordo com as concepções que a norteiam, trabalha dentro de uma lógica onde pais, estudantes, professores e gestores participam da tomada de todas as decisões coletivamente, contribuindo para uma melhor qualidade do ensino. **Isso se dá nas decisões do Conselho Escolar, nas Assembleias de pais e alunos, nos encontros e formação de representantes de turma, nos conselhos de classe participativos, nas reuniões pedagógico-administrativas, reunião e formação de pais – Escola de Pais, entre outros** (ESCOLA MUNICIPAL PEDRO BISCAIA, 2022, p. 140, grifo nosso).

Ao olharmos o descrito neste parágrafo, percebemos a materialização dos movimentos, pois ocorre o registro formal das práticas e relações que precederam a escrita do documento e permanecem em constante (re)construção. Elementos que instigaram o presente estudo.

Também demonstra como se dá a organização e divisão do poder, tomadas de decisão, responsabilização e execução das tarefas elencando como prioritárias as

instâncias coletivas da unidade: o Conselho Escolar, as Assembleias de pais e estudantes, os encontros e formação de representantes de turma, os conselhos de classe participativo, as reuniões pedagógico-administrativas, reunião e formação de pais – Escola de Pais, entre outros.

Observamos, ao longo do documento, a preocupação e priorização da formação continuada e incentivo à participação do segmento de pais e responsáveis, pontuando diversas ações em horários alternativos ao estabelecido como formal de funcionamento da Unidade Escolar.

3.2.4.3 Regimento Escolar

Outro documento fundamental é o Regimento Escolar, uma vez que a Proposta pedagógica traz, em seu bojo, as concepções, organização pedagógica e política da unidade. Por sua vez, o Regimento tem características determinativas, organizando o que é preconizado na PP de forma prática.

Nesta unidade, o Regimento Escolar vigente foi aprovado pela Assembleia Geral no dia 17 de setembro de 2016, sendo homologado, em diário oficial do município, na sequência. Foi atualizado por meio de um adendo ao texto no ano de 2018 (abordaremos o contexto deste adendo ainda no corpo deste documento) e tem, por força de lei, uma revisão para atualização no ano de 2023.

Ele está organizado em Títulos, Capítulos e Seções e seus respectivos artigos. O objeto deste estudo está contemplado no título III – da estrutura organizacional, no capítulo I – Gestão Escolar, subdividido nas seguintes seções: Seção I – da Assembleia Escolar; Seção II - do Conselho Escolar; Seção III - da Direção; Seção IV - da Associação de Pais, Professores e Funcionários; Seção V - do Conselho de Classe Participativo; Seção VI - da Reunião Pedagógica.

Na organização deste Regimento, os artigos que regulamentam a gestão democrática da escola apontam que:

Art. 22 - Esta Unidade Educacional está pautada na Gestão democrática e participativa onde o grande desafio é a união de todos para planejar, decidir, coordenar, executar ações, acompanhar e avaliar questões da escola, envolvendo o maior número de pessoas nesse processo, buscando que a Educação siga os princípios de ser Universal, gratuita e de qualidade.

Art. 23 – A gestão escolar é o processo que rege o funcionamento da escola, compreendendo tomada de decisão, planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das questões administrativas, pedagógicas, Estágio Probatório, Conselho Escolar e Estagiários, baseada na legislação

em vigor, nas diretrizes pedagógico-administrativas fixadas pela Secretaria Municipal de Educação e na Proposta Pedagógica desta Unidade.

Art. 24 – A gestão escolar promoverá a participação da Comunidade Escolar, no sentido de assegurar o ensino de qualidade.

Art. 25 – A gestão escolar terá como órgão máximo de direção o Conselho Escolar.

Art. 26 – **São instâncias de gestão escolar democrática**, a Assembleia Escolar, o Conselho Escolar, Associação de Pais e Funcionários – APPF e o Conselho de Classe Participativo. (ESCOLA MUNICIPAL PEDRO BISCAIA, 2016, p. 12, grifo nosso).

Ao observarmos os artigos 22 e 23 do Regimento percebemos o diálogo direto com o item 6.3, das concepções, na Proposta Pedagógica que trata da gestão escolar e sua correlação nos processos empíricos da unidade que se organiza de maneira colegiada nas decisões, horizontalizando a distribuição do poder, delegando aos seus segmentos a execução das tarefas e suas respectivas responsabilidades.

Ele também é determinante quando indica qual é o órgão máximo de direção nesta unidade escolar: “Art. 25 – A gestão escolar terá como órgão máximo de direção o Conselho Escolar”, desconstruindo em seus termos legais o que vemos historicamente como constructo de direção das escolas públicas: a centralidade do poder decisório no papel do ocupante da função de diretor/a. Entretanto, essa desconstrução não se dá de maneira leviana, desmerecendo a importância do/da ocupante da função, delegada por eleição de Diretor/a pois, na sua seção III apresenta as determinações desta função:

Art. 58 – A Direção da Unidade Educacional **será eleita pela Comunidade Escolar**, através de eleições diretas, com voto secreto e universal.

Art. 59 – As eleições bem como o mandato e demais normativas devem seguir o que está previsto em legislação municipal específica.

Art. 60 – São atribuições do diretor da Escola Municipal Pedro Biscaia tudo o que se refere ao tratamento da informação, da infraestrutura, dos processos pedagógicos, jurídicos, administrativos e financeiros, bem como das relações com a comunidade educativa, **da legitimação e observância a todas as deliberações do Conselho Escolar (CE) e das Associações de Pais, Professores e Funcionários (APPF's)**, do cumprimento das legislações vigentes, da Proposta Pedagógica, do Calendário Escolar, das determinações da Mantenedora e das disposições do Regimento Escolar, com o propósito de promover a qualidade do processo educacional, administrativo e a articulação entre a comunidade e a escola, além de outras que lhe forem delegadas.

Art. 61 – A substituição do Diretor da escola nos seus eventuais impedimentos, ausências justificadas e injustificadas, bem como quando convocado para reuniões, formações e afins será feita pelo Pedagogo(a) de acordo com as suas atribuições. (ESCOLA MUNICIPAL PEDRO BISCAIA, 2016, p. 18, grifo nosso).

Dentre as instâncias da gestão elencadas nos documentos, este estudo optou por analisar mais detidamente (sem desmerecer a importância dos outros instrumentos nas relações que se estabelecem nesta unidade, pois funcionam de

forma inter-correlacionadas), o funcionamento das instâncias coletivas de tomada de poder: O Conselho Escolar, a Associação de Pais, Professores e Funcionários e as Assembleias.

3.2.5 Conselho Escolar e Associação de Pais, Professores e Funcionários (APPF)

Neste recorte epistemológico, compreendemos e reafirmamos a importância das instâncias coletivas de tomadas de decisão e, conseqüente, execução. Desta forma, ao estudarmos a gestão da unidade escolar, a partir da constituição de relações participativas que envolvam todos os segmentos que a compõe (pais, estudantes e trabalhadores da educação), observamos que esta construção não se dá no campo da individualidade, mas sim, na forma coletiva que é traduzida em ações que respeitam o anseio de todos, consensuado ou convencionalizado na tomada decisão.

Entretanto, faz-se primordial o fortalecimento da participação dos estudantes e pais e/ou responsáveis, por meio de suas representações na escrita e implementação da Proposta Pedagógica, aplicação dos recursos financeiros, na defesa da autonomia administrativa e pedagógica e, por conseqüência, na discussão e a ampliação de novos métodos de organização e de gestão escolar, e, tudo isso, só pode ocorrer se as instâncias coletivas de decisão estiverem em pleno funcionamento, com participação direta nas Assembleias e de maneira indireta nas representações de classe, no caso dos estudantes, organizados em seus respectivos segmentos no Conselho Escolar e APPF.

Dessa forma, torna-se preponderante a construção de uma cultura de participação e de gestão democrática na escola, reforçando o que nos diz Paro (2008, p. 16): “a maior evidência da imprescindibilidade da participação popular nas instâncias onde se dá o oferecimento de serviço pelo Estado parece estar na constatação da fragilidade de nossa democracia liberal [...]”.

Uma vez compreendida a fragilidade da democracia liberal, na qual nem todos são iguais perante prática da lei e o determinismo econômico desequilibra a pseudo-isonomia de disputa entre os indivíduos, colocando muitos à margem da sociedade, corroboramos a defesa do autor, pois os obstáculos impostos nos delegam a necessidade de pensar e repensar razões pelas quais nos colocamos para participar dos processos e relações necessárias à gestão democrática e se estamos, de fato, convencidos da relevância de nossa participação de modo a não desistirmos diante

dos primeiros enfrentamentos.

Fomentar, formar e manter a cultura da participação demanda base teórica, esforço e desprendimento por parte daquelas e daqueles que ocupam a função, transitória, de diretor/gestor escolar. Demanda compreender que a democratização da gestão escolar é resultante da efetivação progressiva da autonomia da Comunidade Escolar, preconizada nos textos legais, materializada na efetiva participação dos diferentes segmentos constitutivos dessa comunidade. Freire diz que:

Tudo o que a gente puder fazer, no sentido de abrir mais a escola, no sentido de provocar, pedir, desafiar estudantes, merendeiras, zeladores, vigias, diretores de escola, coordenadores pedagógicos, pais, médicos, dentistas, alunos, vizinhos da escola, tudo o que a gente puder fazer para convocar os que vivem em torno da escola e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós, que é o de assumir esse país democraticamente, que é o de ter voz, o de ganhar voz e não apenas o de falar, não apenas o de dar bom-dia. Ora, o conselho de escola é um dos momentos, é um dos meios de que a gente pode se servir, se é que eu posso usar esse verbo, nessa luta pela democratização da escola e pela democratização do ensino no Brasil (FREIRE, 1997²⁵).

A partir deste olhar freireano, da indispensabilidade da participação de todas e todos na escola pública, com voz e lugar de fala, voltamos nosso olhar ao lócus deste estudo, que se organiza política e administrativamente a partir das resoluções emanadas do Conselho Escolar. Conselho este, composto de forma paritária por 16 membros (8 titulares e 8 suplentes), divididos entre a Comunidade Escolar, Estudantes e Trabalhadores da Educação, escolhidos por meio de eleição, aclamação ou indicação de cada segmento em Assembleia do respectivo segmento. Sendo apresentado, no texto da Proposta Pedagógica, de forma taxativa, sua natureza deliberativa:

De acordo com as Leis Municipais nº 1.530/2004 e nº 1.608/2005, o Conselho Escolar é um órgão colegiado de **natureza deliberativa, consultiva e fiscalizadora**, composto pela Comunidade Escolar : 50% (cinquenta por cento) de pais e estudantes e 50% (cinquenta por cento) por membros do magistério e servidores, assegurada a paridade entre usuários e servidores (ESCOLA MUNICIPAL PEDRO BISCAIA, 2022, p. 146, grifo nosso).

Essa natureza do Conselho Escolar também é referendada no texto do Regimento Escolar, em seu Título III – Da Estrutura Organizacional, Capítulo I - Gestão Escolar, Seção II - Do Conselho Escolar que traz em seu artigo 33 a seguinte

²⁵ Gravação realizada em São Paulo, no Instituto Paulo Freire, para a série Projeto Político-Pedagógico da escola, apresentada no programa Salto para o Futuro/TV Escola/SEED/MEC, de 20/04 a 30/04 de 1997. A série teve a consultoria de Moacir Gadotti e contou com a mediação de Gaudêncio Frigotto.

determinação:

Art. 33 – O Conselho Escolar é um órgão colegiado, representativo da Comunidade Escolar , **de natureza deliberativa**, consultiva, avaliativa e fiscalizadora, sobre a organização e realização do trabalho pedagógico, administrativo e financeiro da Unidade Educacional, em conformidade com as políticas e diretrizes do Sistema Municipal de Ensino, observando a Constituição, a LDB, o ECA, a Proposta Pedagógica e o Regimento Escolar, para o cumprimento da função social e específica da escola (ESCOLA MUNICIPAL PEDRO BISCAIA, 2016, p. 13, grifo nosso).

O Conselho Escolar da unidade estudada possui regimento próprio e não tem personalidade jurídica (CNPJ), para este último, as relações financeiras se dão pela personalidade jurídica representada pela APPF, abordaremos como essas instâncias se correlacionam mais a frente nesta análise.

A partir da leitura do Regimento do Conselho Escolar e Estatuto da APPF, encontramos que as reuniões ocorrem de duas maneiras em ambas: ordinariamente, uma vez ao mês, e extraordinariamente, sempre que convocada pela presidência do Conselho Escolar ou um de seus membros. Todas as reuniões são precedidas do envio de pauta prévia e os respectivos documentos que a ensejaram para leitura e apontamentos de todos os Conselheiros Escolares e dirigentes da APPF.

O Regimento do Conselho Escolar referenda as diretrizes e concepções apontadas na Proposta Pedagógica no que tange à política, organização e função nos artigos a seguir:

[...]

Art. 40 – O Conselho Escolar é concebido, enquanto um instrumento de gestão colegiada e de participação da Comunidade Escolar , numa perspectiva de democratização da escola pública, constituindo-se como órgão máximo de direção da Unidade Educacional.

Parágrafo Único: A Comunidade Escolar é compreendida como o conjunto de profissionais do Quadro Próprio do Magistério atuantes na escola (direção, pedagogos e professores) servidores em efetivo exercício (auxiliares administrativos, zeladoras e cozinheiras), alunos devidamente matriculados e frequentando regularmente as aulas, pais e/ou responsáveis pelos alunos.

Art. 41 – O Conselho Escolar, órgão colegiado de direção, deverá ser constituído pelos princípios da representatividade democrática, da legitimidade e da coletividade, sem os quais perde sua finalidade e função político-pedagógica na gestão escolar.

Art. 42 – O Conselho Escolar abrange toda a Comunidade Escolar e tem como principal atribuição, aprovar e acompanhar a efetivação da proposta-pedagógica, eixo de toda e qualquer ação a ser desenvolvida na Unidade Educacional, de forma colegiada e representativa, promovendo a articulação e a participação dos diversos segmentos da Comunidade Escolar .

[...]

Art. 51 – O Conselho Escolar, como instância da gestão democrática privilegia a legitimidade, a transparência, a cooperação, a responsabilidade, o respeito, o diálogo e a interação em todos os aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros da organização de trabalho escolar.

Art. 53 – O Conselho Escolar será um fórum permanente de debates, de articulação entre os vários setores da escola, tendo em vista o atendimento das necessidades educacionais e os encaminhamentos necessários à solução de questões pedagógicas, administrativas e financeiras, que possam interferir no funcionamento da mesma (ESCOLA MUNICIPAL PEDRO BISCAIA, 2016, p. 14-17).

No decorrer da leitura dos documentos, sob guarda do acervo da unidade escolar (atas das reuniões e Assembleias), e dos registros formais (ofícios enviados e recebidos pela unidade, determinações e orientações exarados pela mantenedora e Conselho Municipal de Educação (CME)), percebemos, logo no início do trabalho, algo muito incomum: todas as reuniões com um quórum alto, na maioria delas com a presença e participação ativa dos estudantes²⁶ e, em todos os registros, aparecem como convidados a diretoria da APPF, estes últimos, quase sempre representados por mais de um dirigente.

Somente estes fatos, isolados do contexto mais amplo deste estudo, mereceriam ser analisados, uma vez que, nos estudos selecionados para a Revisão Sistemática, ora apresentada, é recorrente o apontamento dos autores da segregação destas instâncias nas unidades escolares das redes públicas e da baixa participação efetivas dos segmentos que representam a Comunidade Escolar . Além de sua segregação, no âmbito do diálogo e construção política coletiva, também ocorre em suas características formais sendo elas as associações responsáveis por “assinar o cheque e os papéis da prestação de contas” e os conselhos por cuidar da burocracia, em muitos casos, impostas por legislações locais a fim de garantir e manter os recursos financeiros com programas governamentais, nas três esferas, geridos pela associação.

Percebemos que essa prática, de reuniões e deliberações conjuntas ocorre desde tempos anteriores ao recorte temporal adotado para as leituras que embasam o presente estudo.

Assim como ocorreu na escrita do documento da Proposta Pedagógica, observamos que as práticas e relações que se construíram no decorrer dos anos passaram a ser refletidas nos documentos formais e registros da unidade e essa indissociabilidade nos debates, sem segregar politicamente, torna-se ainda evidente

²⁶ Cabe reforçar que o público-alvo desta unidade escolar são crianças em idades compreendidas entre 4 e 11 anos, que se organizam por representação de Classe desde os mais jovens, no inf. 5 as turmas dos 5º anos e que, por determinação legal, elegem entre seus pares os representantes que representarão o segmento no Conselho Escolar, dentre aquelas e aqueles que possuírem idade igual ou superior a 9 anos.

quando comparamos as atas de reunião do Conselho Escolar com aquelas que são utilizadas nas prestações de contas da APPF, que demandam ser individualizadas.

Em diversas atas das reuniões do Conselho Escolar aparecem os debates, a fiscalização e apontamentos sobre a averiguação das contas em consonância e concomitância ao Conselho Fiscal e Deliberativo da APPF, registrando, em ambos os documentos, essa análise conjunta, sendo despachada a parte burocrática por essa última.

Outro ponto que merece destaque neste manuscrito é o fato de, em muitos registros, ser notada a presença de membros da Comunidade Escolar como ouvintes nas reuniões do Conselho Escolar, com anotação nas atas a garantia do direito a voz no decorrer dos debates ali travados, porém, o direito a voto, caso ocorresse, era restrito aos conselheiros e dirigentes da APPF presentes.

Encontramos nos registros os mais variados debates, o que demonstra a pluralidade na qualidade dos temas ali tratados e pulverização do poder político/administrativo da escola na mão dos diversos representantes dos segmentos e na participação direta, quando demandada a decisão de Assembleia Geral. Dentre os inúmeros debates travados nas reuniões do Conselho Escolar separamos duas situações que nos chamaram a atenção para utilizar como exemplo neste manuscrito.

A primeira ocorreu em outubro do ano de 2018, com registro na ata 009/2018 (acervo da escola), quando os estudantes, organizados a partir de seu segmento e nas reuniões de classe, apresentaram a seguinte demanda ao Conselho Escolar: *“requerem, os estudantes desta escola, alterações na organização do recreio e nas cores do uniforme da escola”*. Nos registros da reunião convocada com a pauta estabelecida o segmento organizou uma comissão que apresentou suas demandas e propostas ao Conselho, dentre as propostas estavam que o recreio, que era organizado em espaços separados por idade/tamanho e séries pudesse, ao menos uma vez na semana, ser de livre escolha aos estudantes.

Argumentaram que, desta forma, conseguiriam interagir os estudantes menores com os maiores, incluindo irmãos e primos, tendo o momento de lazer juntos. Também trazem em sua argumentação que isso faria com que estudantes menores aprendessem a lidar com situações que envolvem riscos e, em contrapartida, os estudantes *“mais velhos”* auxiliariam no cuidado nas brincadeiras.

Após uma rodada de conversas sobre o tema, o Conselho Escolar aprovou a demanda e determinou uma nova organização do espaço do recreio que, ao longo

dos anos, voltou a ser pauta nas reuniões do pleno e foi incorporado ao texto da Proposta Pedagógica da Unidade na última revisão:

[...]

Compreendemos o Recreio como intervalo destinado ao lazer, ludicidade e descanso da rotina formal e fixa do processo de aprendizagem nos espaços de ensino, sendo, também, um direito da criança.

Foi construído e pensado após muitos debates e diálogos entre os profissionais que trabalham na Unidade e a Comunidade Escolar, sendo pauta de diversas reuniões do Conselho Escolar até chegarmos ao modelo adotado atualmente.

[...]

Pensando nisso, a Unidade oferece opções para os estudantes canalizarem a energia armazenada em sala de aula, de forma construtiva e organizada, aprimorando assim a qualidade de tempo “livre”.

[...]

Desde o início das atividades desta Unidade Educacional, na década no de 1950, já ocorre o tempo e espaço de recreio. É no ano de 2012 o Conselho Escolar trouxe para o seio das discussões as problemáticas decorrentes deste espaço, no ano de 2013 ele passou a possibilitar opções de organização do espaço onde as crianças transitam, respeitando a subjetividade, idade e grupo de cada uma, de forma organizada e pensada e, a partir de 2018, passou a ser organizado a partir das demandas coletivas dos estudantes propiciando momentos de integração dos todos grupos respeitando a subjetividade de cada um (ESCOLA MUNICIPAL PEDRO BISCAIA, 2022, p. 66).

Outra pauta tratada nesta mesma reunião diz respeito ao uso obrigatório de uniformes escolares. Os estudantes explanaram que compreendiam as questões que envolviam o uso do uniforme, em especial a segurança, entretanto, a partir de uma pesquisa realizada em um trabalho escolar, por um determinado grupo de estudantes, eles descobriram que outras escolas na região haviam adotado a possibilidade de as camisetas possuírem cores diferentes e personalizações, garantindo a estrutura e identidade visual proposta pela escola.

Discorrem ainda que isso possibilitaria que as individualidades pudessem ser respeitadas sem ferir o regimento escolar e, tampouco, a questão de segurança, uma vez que manter-se-ia a identidade visual.

Nesta pauta específica, os conselheiros e dirigentes presentes avaliaram que a decisão deveria ser de toda a Comunidade Escolar pois demandaria alteração no Regimento Escolar e na Proposta Pedagógica, afetaria a coletividade que, à época, compunha a Comunidade Escolar e as que viriam futuramente e, isso, demandaria informe público para que as confecções pudessem se organizar com essa nova demanda. Ficou deliberado que a comissão de estudantes e seus respectivos conselheiros iriam conversar com seus pares sobre o debatido e deliberado nesta reunião e informar a data da Assembleia Geral da Comunidade Escolar para debate

(ata 009/2018).

Ao findar o mês de novembro deste mesmo ano, a Assembleia ocorreu, com registro na ata 11/2018, e os estudantes reafirmaram o posicionamento e conquistaram a maioria dos votos para a alteração regimental que passou a vigorar com seguinte texto:

Art. 274 – O uso do uniforme escolar é obrigatório em todas as aulas e atividades realizadas na Unidade Educacional, bem como nas atividades extraclasse, conforme decisão da Assembleia Escolar Geral extraordinária do na data de 14 de março de 2012, ratificada em nova Assembleia Geral extraordinária no dia 24 de novembro de 2018.

§1º Regulamenta-se que a formatação padrão, logo, cores e tipos de cortes para o uniforme escolar seguirá o estabelecido no anexo I deste documento.

§2º Conforme legislação vigente nenhum aluno poderá ser privado de seus direitos pelo não uso do uniforme escolar (ESCOLA MUNICIPAL PEDRO BISCAIA, 2016, p. 95, grifo nosso).

E, em seu anexo I, da seguinte forma:

Pelo presente informamos a Comunidade Escolar e a quem mais possa interessar que o Conselho Escolar desta Unidade Educacional, atendendo uma demanda emanada pela Assembleia Geral do Colegiado, debateu e aprovou os parâmetros para o Uniforme Escolar para uso dos estudantes sendo eles:

- Calça Escolar

Calça escolar em tecido Adidas azul marinho sem friso lateral. Também será aceito calça tipo leggings para as meninas, na cor azul marinho sem friso lateral.

- Saia shorts

Saia shorts em tecido Adidas azul marinho sem friso lateral.

- Calção

Calção em tecido Adidas azul marinho sem friso lateral.

- Jaqueta

Jaqueta na cor azul marinho sem friso lateral (com ou sem capuz) com a logomarca da Unidade Escolar (anexo 1) bordada ou serigrafada na altura peito do lado esquerdo, na cor branca.

- Blusa moletom

Blusa moletom na cor azul marinho sem friso latera (com ou sem capuz) com a logomarca da Unidade Escolar (anexo 1) bordada ou serigrafada na altura peito do lado esquerdo, na cor branca.

- Camisetas

Camisetas nas cores: branco, azul celeste, verde limão, laranja e lilás, com a logomarca da Unidade serigrafada, na cor preta, na altura do peito do lado esquerdo com a escrita “PEDRÃO” na vertical de acordo com o modelo (anexo 2), podendo ser personalizada com o nome/sobrenome da/do estudante (ESCOLA MUNICIPAL PEDRO BISCAIA, 2016, p. anexo 1, grifo nosso).

A segunda situação ocorreu, em diversos momentos, na leitura dos registros nos documentos analisados e, em observância à Lei Geral de Proteção de Dados e à privacidade, relataremos de maneira ampla e de forma ilustrativa: O Conselho Escolar pleno em suas reuniões ordinárias e extraordinária debatia situações específicas de um estudante/família e/ou um conjunto de estudantes ou famílias.

Consideramos importante debater essa situação em específico nesta análise pois, quando tratamos da política de uma escola e o modelo de gestão adotado, não podemos deixar obstante as relações básicas do cotidiano, dentre elas a indisciplina.

Tema este que, uma vez debatido dentre o segmento de trabalhadores da educação²⁷ e, após o tratamento pelo setor pedagógico, é remetido ao Conselho Escolar e, neste último movimento, não houve caráter punitivo em nenhum dos registros analisados. Todos os casos de indisciplina debatidos levaram em conta a avaliação das condições financeiras e materiais da família, as demandas e horários de trabalho dos responsáveis, relatórios demandados para a Rede de Proteção do território e, após as considerações, foram deliberadas ações que visavam garantir a todos os direitos individuais do estudante e do grupo.

Estas ações incluíam busca ativa, que consistia na visita à residência pela direção, pedagogas/pedagogos e assistente social da escola para uma conversa e compreensão da vida material da família e estudante, mediação com a Rede de Proteção local para atendimentos médicos, psicológicos, documental e recolocação no mercado de trabalho via Centro de Referência da Assistência Social (Cras), acionamento dos órgãos de proteção (Conselho Tutelar, Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), Centro de Referência de Atendimento à Mulher (Cram) etc.) em situações de vulnerabilidade, violência ou risco à vida, inclusão do estudante em programas de suporte pedagógico, sala multi e atividades extracurriculares, bem como a busca por vagas em atendimentos e contraturno escolar integral.

Durante a observação no lócus, conversando com as professoras e professores sobre a indisciplina, a resposta era sempre unânime: pouquíssimos casos e, nestes casos, afirmam que, após demandada a equipe pedagógica e as mediações com o Conselho Escolar, eram resolvidos.

Nos últimos parágrafos, abordamos situações descritas nos documentos oficiais da unidade escolar que ilustraram como se realizaram as tomadas de decisões, no cotidiano escolar, e sua correlação com os documentos, legislações e ações políticas mediadas pelo Conselho Escolar da unidade estudada.

²⁷ Neste documento e nos documentos da unidade escolar analisada, toda vez que é usado o termo “trabalhadores da educação” é compreendido como o conjunto de trabalhadores que tem relação direta, no cotidiano escolar, com os estudantes, concursado ou em regime de trabalho terceirizado nos mais variados setores da escola.

Observamos também essa correlação direta em muitas outras decisões que foram encaminhadas e debatidas coletivamente ou que, em determinado momento, passaram a ocorrer no cotidiano da escola e, na sequência, foram debatidas, registradas e passaram a vigorar como resolução das esferas coletivas.

3.2.6 Assembleias

Descentralizar os poderes da escola é um processo complexo, que pressupõe superação de desejos pessoais e políticos, de considerável envergadura, daqueles e daquelas que ocupam a função de diretor/a escolar.

Na caminhada deste estudo, separamos os processos democráticos internos em escolas públicas e, conseqüentemente, na escola estudada em diretos e indiretos, ou seja, democracia escolar indireta: representados por conselheiros e/ou dirigentes eleitos com mandato determinado. Democracia escolar direta: com participação ativa, vez e voz, de todas e todos, em Assembleias.

Compreendemos que as tomadas de decisão direta provocam mudanças consideráveis em todos os âmbitos do cotidiano escolar, principalmente no que se refere às múltiplas instâncias de relações de poder instituídas, pois, uma vez determinada uma ação, esta passava a vigorar com força de lei no interior da unidade. Por isso, todos os envolvidos nesse processo deviam estar conscientes das decisões, dos seus possíveis significados e suas conseqüências, e estar atentos aos movimentos que se (re)produzem no âmbito das relações interpessoais e organizacionais, para constante avaliação.

Na Proposta Pedagógica da escola estudada, as Assembleias escolares são entendidas como um dos processos de democratização da Comunidade Escolar :

[...] para que ocorra o processo de democratização é preciso que se construa o consenso, que reivindica a igualdade nos processos decisórios, e este só pode ocorrer em relações dialógicas e num trabalho pedagógico centrado na crítica reflexiva que possibilite a existência de espaços para desencadear momentos de reflexão, tanto individuais quanto coletivos (ESCOLA MUNICIPAL PEDRO BISCAIA, 2022, p. 151).

E mais adiante informa como ocorrerão as Assembleias Escolares:

[...] as Assembleias Escolares são realizadas semestralmente, no início de cada período letivo, juntamente com o Conselho Escolar e APPF, e extraordinariamente, sempre que houver demanda de assuntos a serem discutidos com toda a Comunidade Escolar, sendo atribuição do diretor e do Presidente do Conselho Escolar, convocar, realizar e encaminhar todas as

decisões tomadas durante a Assembleia (ESCOLA MUNICIPAL PEDRO BISCAIA, 2022, p. 152).

As Assembleias também são regulamentadas no Regimento Escolar da unidade educacional no Título III – da Estrutura Organizacional, Capítulo I - Gestão Escolar na Seção I – **Da Assembleia Escolar**, coerente com todos os documentos, textos e ações estudados nesta pesquisa, apontando-a já no enunciado do primeiro artigo que trata do assunto, com a “instância máxima deliberativa” da escola:

Art. 27 – A Assembleia Escolar, **instância máxima deliberativa da escola**, funciona segundo as normas legais vigentes e as diretrizes emanadas pelo Sistema Municipal de Ensino de Araucária em consonância com a Proposta Pedagógica desta Unidade (ESCOLA MUNICIPAL PEDRO BISCAIA, 2016, p. 13, grifo nosso).

Delegando a esta instância as seguintes atribuições:

Art. 31 – São atribuições as Assembleia Escolar:
 Aprovar e acompanhar a efetivação da proposta pedagógica da Unidade Educacional;
 Analisar projetos propostos por todas os segmentos que compõem a Comunidade Escolar , no sentido de avaliar sua necessidade de implantação e aprovar se for o caso;
 Analisar e julgar os casos dos alunos que não cumprem com seus deveres e infringirem as normas expressas no Regimento Escolar da Unidade Educacional;
 Analisar e emitir parecer quanto as reivindicações e consultas da Comunidade Escolar , sobre questões de seu interesse ou que digam respeito ao cumprimento do Regimento Escolar;
 Participar do processo de eleição de diretores, conforme legislação específica;
 Deliberar sobre outros assuntos encaminhados pela direção, pertinentes ao âmbito de ação na escola, como:
 Prestação de contas anual do caixa escolar;
 Proposta Pedagógica;
 Calendário escolar;
 Referendar o Plano de Ação;
 Aprovar o Regimento Escolar.

Ainda sobre o prisma da análise dos documentos e registros formais da unidade, percebemos a existência de uma cultura de participação muito enraizada na Comunidade Escolar . Quando observamos as listas de frequências das Assembleias escolares isso torna-se evidente, pois ocorreram sempre com um quórum elevado.

Outro ponto relevante para esta análise é a frequência com que as reuniões de ampla participação direta – Assembleias - e reuniões do Conselho Escolar ocorreram. Na tabela A, abaixo, podemos visualizar a frequência de ocorrência de Assembleias Escolares, com registros formais nos documentos da escola dentro do recorte temporal proposto para este estudo:

TABELA 4 - Assembleias documentadas em ata

Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	2021*	2022
Qt	3	1	2	3	4	3	6	4	3	5

Fonte: O autor (2023).

TABELA 5 - Reuniões do Conselho Escolar documentadas em ata

Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Qt	10	12	11	15	12	9	11	12	26	16

Fonte: O autor (2023).

Observa-se que, no que tange à quantidade de momentos que o colegiado se reuniu em Assembleia Geral em apenas um ano o disposto nos regimentos da unidade escolar não foi cumprido. Em todos os demais períodos letivos, as Assembleias Gerais ocorreram, ao menos, no início de cada semestre. Ao lermos os registros nas atas do ano de 2019 compreendemos o porquê de o colegiado ter sido convocado a opinar, de maneira direta, tantas vezes: o prédio da escola passou por mudanças drásticas para se adaptar às obras de construção da nova sede e isso demandou diversas decisões que afetaram, consideravelmente, a organização e o cotidiano escolar como a redução do número de salas de aula, remanejamento voluntário de alguns estudantes para outras unidades da região, criação do comitê da Comunidade Escolar para acompanhar e fiscalizar as obras entre outras.

Apesar de não ser foco deste estudo, após uma série de decisões tomadas nestas Assembleias para garantir a organização e o não fechamento da unidade, a Comunidade Escolar, em número absoluto, diminuiu significativamente.

Há uma observação a ser feita nos anos de 2020 e 2021 pois o mundo estava vivendo o início e ápice da pandemia de Coronavírus (Covid-19) e a escola reuniu-se diversas vezes, em Assembleia, com a utilização de ferramentas tecnológicas, para debater a sua organização e a continuidade dos trabalhos pedagógicos.

No ano de 2022 a escola voltou ao seu cotidiano, no reestabelecimento de rotinas pós-pandêmicas em concomitância ao recebimento da nova sede, o que demandou uma série de tomadas de decisão acerca do seu funcionamento.

Acompanhamos esse processo no decorrer da observação participante, presenciando quando a Comunidade Escolar deliberou acerca de diversos elementos que compunham a reestruturação de uma escola em um novo prédio: quantidade de

turmas, alocação física e espacial, quantidade de estudantes por sala, abertura de novas etapas de ensino, alimentação, dentre outras.

Os debates ocorreram de forma bem acalorada, muitas vezes, colocando a mantenedora do sistema sob pressão, no sentido de garantir que os estudantes fossem tratados de forma cidadã, com direitos a serem respeitados e não como números, tensionando ações que, para acompanhar a qualidade da nova estrutura, também revertessem em qualidade no atendimento e ensino.

Relevante também observar que a Comunidade Escolar , neste ano de 2022 viu seu tamanho ser multiplicado por quase três vezes, passando de 182 matrículas no ano de 2021 para 493 no ano de 2022 e, os efeitos e reflexos deste aumento repentino, podem ser objeto de estudo, nos anos vindouros, por novos pesquisadores.

4 OS SUJEITOS E SEUS DISCURSOS: A REPRESENTATIVIDADE NAS INSTÂNCIAS DE PODER E O PROCESSO DEMOCRÁTICO

Neste capítulo, analisaremos os discursos, experiências e vivências dos sujeitos desta unidade escolar. Para isso, ponderamos que ao pensar um modelo de gestão escolar, de divisão de poder e de participação correlacionando com as práticas pedagógicas e o cotidiano escolar, que contemplem as singularidades dos sujeitos na organização da totalidade, presumidamente, não é uma tarefa simples, tampouco de fácil organização.

Para compreender os processos da gestão democrática, interroga-se se estão baseados em uma construção pautada pela lógica formal, somente na superficialidade, ou seja, na compreensão de que esta ocorre apenas porque existe processo de escolha popular, ou se é forjada sobre os pilares da ampla participação em uma construção dialética, olhando se sua organização, suas relações mais íntimas, no dia a dia, garantem e fortalecem a participação de todos os segmentos da Comunidade Escolar na tomada de decisões e na definição das políticas educacionais e organizacionais, na construção dos objetivos e na responsabilização da sua execução.

Quando falamos de todos os segmentos, nos referimos à participação dos pais, estudantes, professores e funcionários na organização política da escola, seja pela participação direta nas decisões ou por suas esferas indiretas, representativas, como o objeto de estudo deste trabalho, no Conselho Escolares e outros órgãos colegiados.

Neste olhar, compartilhamos o pensamento de Sarraff (2022, p. 102) que:

para construir caminhos que intervenham nas práticas que atendem a um sistema hegemônico de educação e que preponderam há muito tempo na educação, é preciso, de antemão, revelar os sistemas que engessam as práticas pedagógicas e que inviabilizam alternativas.

Observar e dissertar sobre as relações e processos estabelecidos no interior desta escola coaduna como a discussão proposta por Sarraf (2022), pois, assim como visto no capítulo anterior, o caminho trilhado para tornar-se uma escola ímpar, que demandou este estudo minucioso, também se formou a partir do desvelamento das práticas que somente reproduziam o pensamento social hegemônico. Os documentos deram conta de registrar as experiências e, a partir deste caldo, regulamentar novas

práticas e processos. Entretanto, é no discurso dos envolvidos que encontramos e reafirmamos as premissas destes trabalhos.

Desta forma, neste capítulo e seus desmembramentos, buscaremos tecer nossas impressões, analisando sob o prisma dos discursos estabelecidos no Círculo de Diálogo e nos registros da observação participativa, apontando os achados em construção assim como o que nos pareceu contraditório ao olharmos a totalidade da caminhada empreitada por essa comunidade junto, e tencionada, por sua escola.

Optamos, assim como nos foi orientado, ao invés das entrevistas individuais, realizar o círculo de diálogo que não tinha como intenção encontrar respostas prontas ou uma conclusão definitiva ao problema aqui estudado, mas sim à compreensão daquele seletor grupo sobre as relações vividas enquanto Conselheiro e partícipe da Comunidade Escolar na gestão democrática e suas experiências para além dos muros escolares, nos processos de emancipação.

Outra característica que nos levou à adoção desta forma de oitiva e debate é a simbologia envolvida, a disposição e organização do próprio espaço antes da chegada dos participantes, buscando, em certa medida, reforçar a ideia de que reunidos em um círculo, a ausência de distinção ou de divisão e todas e todos se olham sem esforço. Morin (2002, p. 65), acerca da diversidade, nos diz: “[...] Entre todas as coisas humanas, a extrema diversidade não deve mascarar a unidade, nem a unidade básica mascarar a diversidade: a diferença oculta a unidade, mas a unidade oculta as diferenças”.

Por um lado, ao propormos o círculo, esperávamos que os participantes se sentissem acolhidos, percebendo que suas contribuições seriam pautadas pela não distinção entre os segmentos que representavam (se egressos) ou ainda representam. Por outro lado, essa metodologia evidencia a distinção no âmbito da individualidade, pois reflete as caminhadas e experiências, das mais diversas, de cada participante, na mesma intensidade que preserva a unidade pelo prisma da totalidade.

Pela amostragem proposta neste estudo, estabelecido o recorte temporal, participaram do círculo de diálogo: duas professoras da unidade, representantes do segmento de professores em atuação na unidade escolar, uma trabalhadora do quadro de servidores ativos da unidade, dois pais egressos que durante a sua permanência ocuparam a função de presidente do Conselho Escolar, uma pedagoga egressa, representando o segmento de pedagogos da unidade escolar e a mediadora.

Dadas muitas adversidades ocasionadas no primeiro ano de estudo pela

pandemia e, neste segundo por questões climáticas que inviabilizaram os encontros em outros momentos, o círculo ocorreu uma única vez. Ainda, iríamos contar com a presença de uma estudante egressa que, na semana da atividade, foi acometida pela Covid-19 e não houve como viabilizar as questões tecnológicas que garantissem, com qualidade, sua participação.

Ainda no relato de como se deu a organização, umas das participantes necessitou se fazer presente por meios eletrônicos, pois assim como a estudante egressa, contraiu Covid-19 na semana da atividade. Porém, conseguiu participar e contribuir, mesmo à distância.

Os discursos e narrativas que compuseram esse encontro foram analisados, como já exposto, sob a orientação do método do materialismo histórico dialético (MARX, 1848, 1978, 2001), nas categorias da totalidade e contradição, e da abordagem da Análise de Discurso Crítica (FAIRCLOUGH, 2016), na categoria da prática social. Isso se deu na relação entre o discurso dos sujeitos, a observação participante, os documentos, os objetivos específicos da pesquisa e os teóricos de sua fundamentação.

A partir deste ponto, a fim de preservar a identidade dos(as) participantes fazendo valer o compromisso ético com eles(as) firmado, respeitando a lei geral de proteção de dados, seus discursos e experiências não serão identificadas nem por seu nome, nem por características que venham a lhe expor. No lugar, utilizaremos a letra P, quando participante, seguida de um número que lhes foi atribuído durante a gravação e a mediadora será identificada como tal.

Isto explicado, os diálogos neste círculo, realizaram-se de forma dinâmica, durante 1h31 (uma hora e trinta e um minutos), oportunizando que os/as participantes refletissem acerca dos aspectos e situações que viveram quando do exercício de mandato representativo no Conselho Escolar e como essas vivências se desmembraram nas outras esferas das suas vidas privadas e/ou atuações em esferas coletivas. Portanto, para compreendermos melhor essa dinâmica, sistematizamos os diálogos, deste círculo, de acordo com os movimentos que foram propostos, desenvolvidos e vivenciados nas práticas desta pesquisa.

Como já mencionado por este pesquisador, uma grande dificuldade encontrada, no percurso deste estudo foi o período de isolamento social que buscou mitigar os impactos da pandemia de Covid-19 que assolou o mundo. Tal fato obrigou as redes de ensino e, consequentemente, a unidade escolar lócus deste estudo a se

reorganizar e se reinventar por meio do uso das diversas tecnologias que, em razão do exposto neste trabalho sobre a localização geográfica da escola, foi um grande impeditivo para o bom curso dos processos. Isso porque, para além de não possuírem, em suas residências, equipamentos para o ensino a distância, o sinal de internet não havia chegado a unidade escolar ainda, quiçá a todas as residências em uma comunidade periférica. O resultado: imprevisto e esforços hercúleos dos trabalhadores da educação e dos estudantes e suas famílias.

E, por que isso foi um problema tão grande nos caminhos desta pesquisa? Pois bem, toda a análise foi realizada sobre as experiências e processos resultantes das relações humanas formadas no interior desta unidade escolar, como se davam as tomadas de decisão e como isso ocorria no cotidiano escolar. E, o distanciamento social, também distanciou essas relações. Os documentos e registros trouxeram uma importante contribuição, mas, foi na observação participante, tão logo ela pôde ocorrer, e no diálogo frente a frente com os participantes deste estudo, que conseguimos compreender melhor este movimento e os impactos deste modelo de gestão na Comunidade Escolar .

Outra questão preponderante a ser registrada é o período histórico pelo qual vivíamos enquanto da construção deste estudo. Nossa jovem democracia foi atacada, enquanto o país era presidido na base do discurso do ódio, sendo propagadas mentiras diárias pelos mecanismos que deveriam informar a população, induzindo uma parcela considerável da população a defender a força em detrimento aos argumentos e ao diálogo.

Debater democracia, divisão do poder e responsabilização neste clima institucional no macrossocial foi um desafio ainda maior a este pesquisador que se deparou, infelizmente, com a contradição entre a ação democrática de alguns membros da comunidade e a defesa de uma ideologia, com insinuações neofacistas, intituladas na época deste estudo como bolsonarismo.

A este período obscuro, sobrevivemos! Uma vez apontadas as dificuldades que conduziram a um atraso significativo e, sem sombras de dúvidas, em certa medida, prejudicou este estudo, passamos a nossa análise.

4.1 TESSITURAS ENTRE DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E EMANCIPAÇÃO: QUAIS CAMINHOS TRILHARAM OS MEMBROS DO CONSELHO ESCOLAR E QUAL A CONTRIBUIÇÃO DO PROCESSO DEMOCRÁTICO TENCIONADO PELA ESCOLA NESTA CAMINHADA

Conhecido por sua abordagem crítica da linguagem, que enfatiza como a linguagem é usada para perpetuar estruturas de poder e desigualdade social, Norman Fairclough²⁸, acerca da análise do discurso diz que:

Ao usar o termo “discurso”, proponho considerar o uso da **linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais**. Isso tem várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, **uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros**, como também um modo de representação. [...]

Segundo implica **uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social**, existindo mais geralmente, tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição como um efeito da primeira. Por outro lado, o discurso é moldado e restringido pela estrutura social no sentido mais amplo e em todos os níveis. Pela classe e por outras relações sociais [...] (FAIRCLOUGH, 2016, p. 94-95, grifo nosso).

Defende o autor que a linguagem é uma forma de prática social, ou seja, que a linguagem não é simplesmente um meio de comunicação, mas também um meio de produzir e reproduzir as relações sociais e as estruturais de poder existentes. Sob esse olhar, encaminhamos nossa análise ponderando que a linguagem, na forma do discurso, também desempenha um papel importante na criação e manutenção de estruturas sociais e de poder, central para esta observação, uma vez que, analisaremos nos discursos dos 6 participantes, como se deu essa disputa e organização do poder em uma instância da gestão democrática de uma escola pública.

Neste sentido e, coerente com o apontado pelo autor, buscamos compreender, pelo uso dos discursos e do recorte de classe social, o processo de manutenção e controle do poder em matrizes populares e horizontalizado, bem como, a utilização deste instrumento como forma de resistência.

Um primeiro aspecto relevante na análise dos processos de gestão desta unidade escolar é como se deu a escolha da presidência do Conselho Escolar. No recorte temporal deste estudo, essa escolha ocorre anualmente entre seus pares:

²⁸ Norman Fairclough é um linguista crítico e professor de linguística da Universidade de Lancaster, no Reino Unido.

apesar de não haver nenhuma indicação nos documentos e/ou regimento acerca de restrições ou qual segmento deveria ocupar essa função, todos eram representantes do segmento de pais/mães e/ou responsáveis.

Retomando as anotações, no campo da observação participante, quando de uma reunião do Conselho Escolar para organizar o processo de transição de direção na escola que ocorria no decorrer daquele ano, os candidatos vieram apresentar os documentos e apresentar o plano de gestão ao Conselho Pleno e ouviu de uma mãe, dirigente da APPF que participava da reunião, como é tradição na unidade:

apesar de muito bem escrito o plano de ação e de gestão de vocês, será quando vocês estiverem conduzindo que iremos ver! Esperamos que o que ocorre neste conselho se mantenha, que a comunidade possa mandar junto e que a presidência seja sempre um membro da comunidade para que haja equilíbrio de forças [...] (Escola Municipal Pedro Biscaia, 2022).

Após ouvir isso e, pela própria vivência como trabalhador desta unidade, percebemos o quanto é caro a esta comunidade sua participação e sua voz. Que as relações materiais imperam traduzindo suas vontades, às vezes refletindo-se nos documentos, outras vezes agindo enraizada à cultura da participação.

Neste trecho, reforçamos a defesa realizada no início deste capítulo: “a linguagem não é simplesmente um meio de comunicação, mas também um meio de produzir e reproduzir as relações sociais e as estruturais de poder existentes”. Não precisou estar escrito formalmente nos documentos, o discurso da comunidade se fez presente e determinante neste caso.

Uma vez caracterizados os participantes dos círculos de diálogos sobre as relações de poder na unidade, num primeiro momento após as apresentações, a mediadora iniciou a conversa, questionando:

[00:00] – MEDIADORA: Oi, boa tarde gente. Então, vamos conversar um pouquinho e a ideia é que a gente faça, assim, esse olhar para nossa experiência mesmo, né? Dentro do conselho. Das coisas que nos tocaram durante esse tempo que a gente passou aqui no Conselho. Do que que a gente levou, enfim, o que ficou de experiência dessa vivência, enfim, desse processo democrático que foi o conselho: se vocês acham que é democrático? Se vocês não acham que não? Então queria começar a ouvir vocês, assim como é que foi para vocês a experiência de participar.

Perceberemos, ao longo desta análise que os discursos são formados, em sua maioria, por uma linguagem simples e, por opção metodológica, a degravação manteve os traços originais sem corrigir ou atenuar vícios de linguagem.

O participante 01 (P1), metalúrgico, representante egresso há 5 anos do segmento de pais, foi eleito entre seus pares e ocupou a presidência do Conselho

Escolar acompanhando 2 trocas de diretores no decorrer do seu período como Conselheiro e, na sequência, como presidente do Conselho. Afirma que

[00:44] – P1: Bom. Como eu fui antes, então a minha grande experiência foi que, assim como posso dizer, estando próximo à escola, próximo à escola (pausa), ou seja, dentro da escola, não só acompanhando o conselho, mas estava acompanhando meu filho, né! Porque uma coisa eu aprendi, a comunidade quando está junto com a escola melhora a qualidade de ensino [...].

Ao responder essa primeira questão o participante, que traz consigo a experiência temporal mais distante, no olhar de um representante da comunidade, aponta a importância do Conselho Escolar e indica, já nesta fala inicial, que as relações ali constituídas ultrapassam as questões pedagógicas, diz ele:

o Conselho Escolar, ele além de ser (gagueja e mediadora auxilia) [03:29] deliberativo, é isso! É difícil falar, né? Então, além de ter, ser uma, ter uma gestão democrática, né? Ele participa também da vida ativa da dos alunos, dos professores, dos familiares. Ele não, ele não só está aqui apenas para brigar por um quadro novo, uma sala nova. Então assim, o conselho escolar como um todo. Ele é uma parceria com a direção da escola e faz com que a escola (pensa para falar) [04:08] o município, o município não, o bairro, né?

P1 ao apontar em seu discurso as ações desenvolvidas para a participação no Conselho é questionado pela mediadora acerca da ação do ocupante da função de diretor escolar, diz ela:

you consider that, in this period that you acted in the Council, that the direction left that the council acted in form, as it is, autonomous, free, let's say so, to decide the things, or you think that it was more directed decisions as it is?

Em sua resposta, P1, começa a delimitar e reforçar parte dos achados do nosso problema de pesquisa, de como se davam as relações de poder, as tomadas de decisão e como isso era resolvido quando a divergência estava posta, relata que

[...] não havia privilégios, mas sim, havia o comum acordo, sempre! O conselho sempre teve voz ativa. É isso, (mediadora questiona: mesmo quando era divergente?). É sempre, quando havia divergência, o Conselho, sempre teve voz ativa, teve assim, pôde colocar em pauta os problemas, teve frente. Então assim, nunca foi barrado, nunca teve a sua limitação.

Neste trecho aponta a intencionalidade, de trabalhar na busca da construção dos consensos possíveis nos debates, mas, mesmo não havendo a possibilidade do consenso, a voz ativa de todos os segmentos, prevaleceu. Fica evidente que um dos caminhos era a busca de consensos, respeitando as individualidades dos segmentos, mas com um olhar para a totalidade.

Na preparação e planejamento deste círculo, um dos objetivos específicos era avaliar **se o processo democrático tencionado pela escola contribuiu para a formação humana e ação emancipatória da Comunidade Escolar** e para essa análise e compreensão os questionamentos mediados no decorrer da conversa seriam:

- De como se deu o processo de gestão, tomadas de decisão e execução das ações considerando sua vivência e as relações internas da sua unidade educacional? Quais instrumentos são utilizados? Quais contribuições a sua vivência como Conselheiro da escola, acrescentaram à sua vida?
- Como a escola, enquanto instância democrática, por meio do Conselho Escolar, pode contribuir para uma formação humana e emancipatória de sua Comunidade Escolar ?
- Na sua perspectiva, como a escola, enquanto instância democrática, pode contribuir para uma formação mais humana e emancipatória de sua Comunidade Escolar ?

Encontramos elementos que vêm ao encontro de respostas aos questionamentos acima, coadunante com este olhar do P1 e, conseqüentemente, com as premissas da pesquisa, nos discursos de outros participantes desta amostra:

Participante 3, P3, representante do segmento de trabalhadores da unidade, diz que

[09:05] [...] não foi um órgão burocrático. Algumas escolas usam o Conselho como algo burocrático. Só enche de papelada, assinar, é, decidir o que vai fazer com a verba. Já participei de algumas reuniões que é assim: chegou verba tal, o que a gente vai comprar? Precisa prova e era só isso. O nosso, já é bem mais abrangente. Não se prendia tudo só em verba.

Participante 1 fala junto: Verdade) [09:30]. A gente discutia as coisas de dentro da escola mesmo. Situações com alunos, professores, com todo mundo. E isso assim dá uma abertura, né, para a comunidade participar, não era só o presidente, né? [...] Então, assim, era aberto a todos a todas opinarem a falarem o que achavam, adotarem, se fosse preciso se tivessem divergências sobre o assunto.

Participante 2, P2, estofadora, representante do segmento de pais/mães, atual presidente do Conselho Escolar encerrando seu mandato, pois seu filho está no coletivo de estudantes do 5º ano e deixará a unidade no próximo período letivo, diz que:

[12:22] Então, assim, eu, nesse período meu de Conselho. Eu sempre pensei coletivamente. Eu sempre pensei, eu nunca pensei: aí, porque eu vou ter essa ideia que o meu filho estava na escola, não! É, as ideias que eu tive,

juntamente com a direção, sempre foi pro bem-estar da comunidade mesmo, assim. Porque eu acho que a comunidade tem uma voz muito grande, e eles não sabem.

Participante 4, P4, representante do segmento de pedagogas e ex-diretora da unidade aponta:

[33:36] – P4: (inint) Às vezes não temos a dimensão de tudo o que acontece dentro do nosso espaço e só vivenciando a escola e vivenciando o Conselho é que a gente vê a real dimensão desse trabalho é o trabalho que é feito para a comunidade, para os filhos de vocês. É o tempo que eu estava na direção, ou mesmo no acompanhamento do trabalho pedagógico, tudo envolvia as decisões da escola, que foram decididas ali no coletivo, né? Onde reúne pais, professores, alunos.

Participante 6, P6, representante do segmento de professores, ao falar das relações internas no conselho e com a comunidade aponta que:

[36:57] - elas precisam saber que existe um Conselho Escolar e mais que saber tem um Conselho Escolar que tem espaço onde elas podem trazer as demandas, né? Então, por exemplo, {...} participante 2, ó, é um espaço que pode ser ouvido, né? Acho que isso o pai é a mãe precisa compreender de que tem.

A partir destes recortes, do conjunto de registros lidos e da observação participante podemos concluir que os processos que organizam a gestão desta unidade escolar eram pautados por relações plurais e horizontais na distribuição do poder, na tomada de decisão e na responsabilização por sua execução.

Em todos os recortes, a linguagem traz em seu bojo o senso de coletividade, de compreensão que vivem realidades diversas que, invariavelmente, irão levar a divergências a respeito de pontos de vista e ações na condução da escola e suas políticas. Divergências estas que buscam encontrar saídas e alternativas em consenso e, quando esse não é possível, a resolução se dava por votação, levando aquelas e aqueles que tiveram seus pontos de vista vencidos a compreenderem a decisão dos demais e passar à execução.

No que tange aos reflexos de como a participação no conselho e as políticas ali debatidas repercutiam no cotidiano escolar, na relação com os estudantes e sua efetivação, separamos a fala da participante 3 que dialoga diretamente com a análise dos documentos/registros oficiais da unidade escolar, diz a P3 quando fala sobre a organização e participação dos estudantes:

[10:19] – P3: Era feita eleição da representante, né, da parte das crianças e algumas delas participavam Conselho. Elas opinavam sobre o Recreio, sobre o lanche, sobretudo, né, (participante 5 fala junto: uniforme) [10:27] uniforme {risos} que foi um diferencial. Eles também participaram, eles se achavam!

Nossa eu estou dando opinião para as coisas que vão acontecer na minha escola. Então, assim, isso engrandece também a criança com esse senso de democracia, senso político de que eu preciso participar da sociedade, preciso dar minha opinião. Então, assim crescer com esse senso crítico, nossa, é muito bom! É uma escola para a vida, né?

A passagem onde os estudantes, seguindo o que lhes era apresentado como exemplo, a cultura da participação, reuniram-se e conseguiram provocar mudanças radicais na organização do recreio e no *layout* do uniforme não marcou somente este pesquisador em suas leituras, é vívido na lembrança dos Conselheiros participantes deste círculo de diálogos. Assim como é muito enraizado em seus discursos as questões que envolvem a coletividade e o sentimento de pertença.

Sobre esse sentimento, o pertencimento aparece em vários momentos desta conversa, a participante 5, representante do segmento de professores e, hoje, a professora com maior tempo de trabalho na escola, diz:

[24:57] – eu acho que a vivência no Conselho faz a gente está mais dentro da escola, entendendo mais um pouquinho assim, querendo estar participando da escola, das decisões mais efetivamente, né. Às vezes a gente está fora do Conselho, tá lá, tipo, lá, venho, faço meu serviço, né? Acho que o Conselho fortaleceu mais essa coisa de estar buscando, da gente querendo fazer escola melhor, muito melhor. A gente sente mais pertencente, acho que com maior pertencimento.

Outro diálogo, que achamos importante sobre o sentimento de pertencimento e a resolução das diferenças é o que se segue:

[1:25:20] – P6: [...] aquela coisa mais próximo, aí, na escola. Né? Solta um pouquinho mais e aí no sexto ao nono um pouquinho mais e a possibilidade que a gente tem de fato de estar mais junto, aqui, possibilita esse sentimento, né, de acolhimento, de pertencimento!

[1:25:40] – P1: Pertencimento!

[1:25:40] – P2: É! Pertencimento, essa é a palavra!

[1:25:40] – P6: Que eu acho que esse é um momento, uma coisa importante! É os pais se sentirem como parte desse processo.

[1:25:55] – P2: E isso faz tão bem gente, se vocês soubessem, como pais, como mãe, você ser acolhida dentro de uma escola e você ser ouvido e você se e isso é muito importante para a visão nossa, de fora, de pai de mãe, isso é muito, muito importante! E viver essa diferença! Você sente essa diferença, quando você tipo assim: não é só uma mãe, um pai que vai leva no portão traz lá pra casa! Então por isso que eu falo muitos pais vão sentir isso que a gente está sentindo a partir do momento que eles tiverem essa abertura, esse conhecimento, é, e vão gostar.

E por último, quando ainda na abordagem do pertencer à comunidade, respeitar as decisões coletivas e, individualmente, ter pensamentos e ações diversas aquelas defendidas pela coletividade e, na compreensão deste diverso, o individual,

não sobrepujar o que é importante para a coletividade. A Participante 2, emocionada trouxe o seguinte relato:

*[1:18:36] – P2: Estou (risos). Eu tenho a dizer que foi muito, para mim, muito gratificante esses seis anos que eu fiquei. **É, a gente tem muita dificuldade. Eu enfrentei, eu tive um algumas dificuldades nesse tempo todo, Claro. É, sou uma pessoa, eu não sou uma pessoa muito fácil, só uma pessoa difícil de lidar, mas também assim tenho os meus princípios, né?** Que eu acho que, foi o que encaixou dentro da escola, porque é o que eu quero, é o que o que a direção quer, os professores querem: é o bem estar de todas as crianças em uma participação, né, da comunidade, então, mas assim eu estou saindo muito feliz. Por tudo que eu, a experiência eu adquiri, por tudo que eu aprendi. Tô triste (emocionada). Mas estou feliz também ao mesmo tempo, porque eu só eu só gente participando e dando a cara a tapa aí, é que a gente aprende. Não adianta ficar dentro da minha casa e reclamando e não ter experiência do dia a dia. **A experiência do lidar com as diferenças, do lidar com pessoas que não pensa igual a você, de chegar num lugar aonde é, você, nossa você é totalmente diferente de todo mundo, mas mesmo assim você conseguir passar aquilo que você veio (grifo nosso).***

Depreendemos, a partir de todos os elementos coletados nesta pesquisa e o cruzamento com os discursos, que está evidenciado que, quando vivências, experiências, opiniões e discursos divergentes são ouvidos, consensuados ou negociados, fazendo com que os participantes, neste caso a Comunidade Escolar, tornem públicos seus conhecimentos, reforça o sentimento de pertencimento e a construção de uma identidade coletiva, pautada pela cultura da participação.

Observando os caminhos trilhados neste círculo de diálogo e retomando a nossa base teórica de análise, no que tange à hegemonia ideológica e cultural (GRAMSCI *apud* FAIRCLOUGH, 2016) determinada pelo modelo de sociabilização, que prega a individualidade como ação preponderante e, em especial no caso do Brasil, onde, neste momento histórico, opiniões divergentes são consideradas inimigas, ponderamos que as relações estabelecidas nesta unidade escolar são realmente ímpares e culturalmente enraizadas.

Respeitando as singularidades de cada indivíduo neste processo, o que salta aos olhos é, nos momentos de divergências mais profundas, o esforço para entender, compreender, debater e quando as opiniões e/ou convicções são superadas (seja pelo consenso ou por votação) há alinhamento à opinião predominante do grupo naquele momento, assim como o fortalecimento do sentimento de pertencer à comunidade na execução daquilo que foi determinado coletivamente.

Isso fica evidente nos momentos, destacados acima, em que os participantes que verbalizam uma opinião divergente e, uma vez findado os debates, modificam seu posicionamento inicial, corroborando os argumentos do grupo.

Exemplificando: em uma das reuniões pedagógicas que este pesquisador acompanhou na qualidade de observador, uma profissional recém-chegada à unidade falou da sua dificuldade e questionou o porquê dos tempos na escola não serem organizados por meio de sirenes ou por algum tipo de sonorização, afirmava ela que isso havia lhe causado um estranhamento tamanho pois, ao longo de seus quase 25 anos de experiência, nunca tinha trabalhado em uma escola que *não batesse o sinal*.

Com tranquilidade, foi-lhe explicado que isso foi uma construção de muitos anos, muitos debates no Conselho Escolar, com a comunidade, até a abolição da sirene. Que demandou muito tempo e estudos para o convencimento dos pares (neste caso, professoras e professores) e, em especial, da direção da unidade a época, que relutou na implementação. Mas que, depois de um movimento formativo, culminando em uma Assembleia Geral que corroborou com a indicação do Conselho Escolar, ficou comprovado que o modelo onde os estudantes e trabalhadores organizam seus horários a partir das rotinas individuais de cada grupo, alinhadas às rotinas gerais da escola para alimentação e descanso livre, refletiu-se em melhor qualidade de vivência comunitária.

Trouxe essa passagem para encadear a ideia de que a construção de rotinas e culturas demandam tempo e que práticas democráticas de decisão não ocorrem de forma autocrática ou via determinação vazia, processos democráticos e conscientização também são ensinados e são objetos de estudo.

Esses resultados, de ações coletivas apresentados, contribuem com a descrição tanto de modos pelos quais essa comunidade desenvolveu seus processos e como esses se constituem, como do trabalho interacional de conscientização, pois é por meio da conscientização que os sujeitos assumem seu compromisso histórico no processo de fazer e refazer suas práticas comunitárias. A partir disso, Freire (1979, p. 15) alerta que,

[...] esta tomada de consciência não é ainda a conscientização, porque esta consiste no desenvolvimento crítico da tomada de consciência. A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica.

Observamos que de maneira diferente do que costuma ocorrer em uma sala de aula tradicional, refletido na sociabilidade e como no relacionamos, em que os sujeitos, muitas vezes têm suas contribuições corrigidas e avaliadas por seus pares,

os participantes desta Comunidade Escolar constroem discursos e validam as suas opiniões com as opiniões e conhecimentos divergentes trazidos por outros, buscando a mediação para compartilhar um posicionamento comum, que é necessário na manutenção das relações de poder ali instituídas e o fortalecimento da cultura de participação.

Por último, neste estudo que objetivou analisar as possibilidades e limites de um processo democrático emancipatório desenvolvido e tensionado no bojo de uma unidade escolar, buscamos visualizar como, após e/ou durante a passagem dos participantes por esses processos, isso transcendeu os debates escolares e se enraizou em outras esferas de ação de cada um e cada uma.

A partir desta jornada de estudos ficou nítida como a vivência e formação em um espaço onde a democracia é exercida de maneira plena, com a dialogicidade defendida por Freire, numa construção dialética que permite a cada sujeito a visualização do todo e o contato com as partes tem materialidade na emancipação destes.

Retomando a citação anterior de Paulo Freire, compreendemos que esse processo de conscientização exigiu dos participantes um engajamento que forjou, na ação transformadora, a tomada de consciência (FREIRE, 2005). Desta forma, defendemos também que “a conscientização não pode existir fora das “práxis”, ou melhor, sem o ato ação-reflexão” (FREIRE, 1979, p.15). Esta unidade dialética constitui o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza as pessoas.

Isto compartilhado, entendemos que a unidade dialética, caracterizada pelo conjunto de processos que constituíram a divisão de poder desta unidade e seus sujeitos com características e singularidades, criou um espaço fértil para a ampliação da ação dos sujeitos e sua emancipação.

Nos discursos dos participantes podemos observar isso, visto que, grande parte deles, uma vez vivenciados os processos democráticos, buscaram exercer sua cidadania em outras organizações locais e no município:

➤ O participante 01, no decorrer do mandato de Conselho Escolar na unidade estudada, passou a frequentar as reuniões do Conselho Municipal de Educação, concorreu e foi eleito a uma cadeira na representatividade da sociedade civil organizada, ocupando-a por dois mandatos consecutivos. Com a saída de seu filho desta unidade, passou a constituir o Conselho Escolar da nova escola, agora

estadual, que seu filho passou a frequentar. Participou, também, do Conselho Municipal de Saúde e atua nas organizações da sua igreja.

➤ A participante 02 também ocupou a representatividade eleita da sociedade civil organizada do Conselho Municipal de Educação, está conselheira no Conselho Municipal de Alimentação, milita e organiza a associação da comunidade onde mora e organiza-se com um grupo de voluntários para o fornecimento de alimentação a pessoas em situação de vulnerabilidade que moram nas áreas de ocupação no entorno da Comunidade Escolar .

➤ As participantes 05 e 06 organizam-se em seu sindicato representativo de categoria e, a partir dos debates e acúmulos estabelecidos no Conselho Escolar, decidiram disputar a função de direção e direção-auxiliar da escola estudada. Relatam, no plano de ação e gestão apresentado ao Conselho Escolar e, posteriormente em Assembleia, um dos requisitos da candidatura, que a intenção em disputar esse espaço de poder surgiu a partir das vivências e experiências estabelecidas no Conselho Escolar e nas relações internas desta da unidade escolar.

Para além dos participantes desta amostra, na condição de conselheiros e conselheiros egressos, a escola congrega, em sua Comunidade Escolar atual, nos vários segmentos, outros conselheiros eleitos e suplentes nos Conselhos de Educação, Saúde e Segurança, representantes em ambos os sindicatos organizados dos trabalhadores do município de Araucária, militantes organizados do Grupo de Estudo Africanidades Araucária (Geaa), representantes nos conselhos Administrativo e Fiscal da autarquia previdenciária do município e atuantes nos entidades e organizações de base nas diversas matrizes religiosas.

No município de Araucária, a escola estudada foi apelidada, carinhosamente entre os militantes dos movimentos sociais e da esquerda, como “*a bolota vermelha da educação*” por suas características únicas, pelo aprofundado espaço de discussão e formação ali constituídos e pela quantidade de sujeitos alçados a representantes de classe nos mais diferentes espaços de representação (Conselhos, Sindicatos, Associações etc.).

5 REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO: SÍNTESES PROVISÓRIAS

Optamos por nomear este capítulo de sínteses provisórias por compreender o constante movimento desta unidade de contrários, conhecido como modelo capitalista de produção e reprodução da vida. Temos plena consciência que o caminho para a superação deste modelo ainda é longo, mas, não está no horizonte, uma vez que o horizonte se afasta de nós na mesma proporção que avançamos em sua direção. Por suposto, como nos disse Marx (2014) no conjunto de sua obra, sua superação está em germe nos processos internos e contradições que o compõem. Neste sentido, nossa caminhada, dentro dos seus limites e tamanho, faz parte do desvelamento e desconstrução deste sistema.

Ao estabelecer o caminho metodológico deste estudo, não tínhamos como antecipar que nossa caminhada encontraria, em seus primeiros passos, uma pandemia mundial que mudou parte dos paradigmas e da organização social. Acelerou, em conjunto com um governo neofacista, em muito o distanciamento entre aqueles que muito detém (material e culturalmente) daqueles desprovidos de quase tudo.

O lócus deste estudo está enraizado em uma comunidade que conglomerava muitas pessoas que viram o pouco que tinham se esvaír neste período difícil da vida humana.

Acreditamos que esse foi nosso primeiro desafio: o de reorganizar os passos do estudo e ter a sensibilidade que, antes de qualquer discussão sobre qualquer assunto, os participantes, minimamente, precisam estar seguros. E, essa segurança, ainda que prévia, levou quase dois anos e algumas centenas de milhares de vidas, incluindo alguns sujeitos que fariam parte deste estudo, para acontecer.

O segundo desafio foi de pensar e reorganizar o estudo com esse lapso do distanciamento social, pois, ao estabelecermos o recorte temporal e os sujeitos participantes nos propomos a analisar e interpretar as relações humanas - no caminhar histórico por meio dos registros formais e dos diálogos travados na observação participante e no círculo de conversa – e sua correlação com os processos em tempo presente dos participantes e, conseqüentemente, da Comunidade Escolar no que tange aos processos de emancipação.

Encontradas alternativas às dificuldades a nós impostas no início desta

caminhada, com o abrandamento da pandemia, começamos o esforço para caracterizar o percurso histórico desta escola pública na periferia da cidade de Araucária. O primeiro movimento foi fazer uma busca nos documentos oficiais da própria escola, onde encontramos muita dificuldade, pois, parte do de seu acervo histórico perdeu-se nas mudanças de espaço físico, outra parte está dispersa em espaços no município e ainda há parte importante pouco documentada.

Para cada uma destas situações, uma estratégia foi trilhada para compreender a história da ocupação territorial do município e da comunidade do Campina da Barra, recorremos a visitas ao arquivo histórico da cidade e conversas com os moradores mais antigos, isso nos trouxe a compreensão de que o crescimento desordenado, somado à falta de políticas de Estado está na raiz do surgimento desta comunidade. Também é devido a isso que esta escola passou, ao longo das últimas 5 décadas, de uma escola isolada no campo a uma das maiores escolas municipais. Seu crescimento e desenvolvimento está direta e proporcionalmente ligado ao crescimento do município, em especial com a instalação de um gigantesco parque industrial petroquímico, e com o crescimento da capital – Curitiba – que empurrou uma massa de trabalhadores e suas famílias para as cidades da região metropolitana.

Compreendida a raiz de sua formação e grande miscigenação de sua população, compreendemos também a importância depositada pela comunidade nas instituições de educação e saúde, sendo a primeira, foco do nosso olhar, criou vínculos nesta jornada que ultrapassaram a formalidade do processo de ensino-aprendizagem, passando desde um período onde recorriam no anseio de encontrar soluções para as questões mais básicas de sobrevivência, alimentação, até tornar-se, ao longo deste movimento, um local de amplo debate social e político, conglomerando os diferentes em torno do debate sobre a organização da escola e posteriormente da comunidade e município.

E é a partir desta proximidade da comunidade com sua escola que resultam os processos singulares que analisamos neste estudo. Sob o olhar de como se deram a organização das relações políticas, divisão do poder e organização das tarefas, partindo do pressuposto de que quanto mais horizontais as relações de poder, no exercício da gestão democrática das escolas públicas, mais desenvolvidos são os processos de formação social e humana, da ação emancipatória e da participação política do conjunto dos envolvidos, com reflexos nos resultados acadêmicos e de ensino-aprendizagem dos estudantes.

Reafirmamos, neste ponto, que se trata, realmente, de uma escola com processos singulares que, em grande medida, ratificam os pressupostos que ensejaram a curiosidade destes pesquisadores a tornar-se objeto deste estudo.

A partir da base teórica preparatória deste estudo, da concepção de não neutralidade do pesquisador que compartilha em seu texto e, nos achados a sua formação, nos debruçamos, num primeiro momento, na realização de uma Revisão Sistemática nas bases de dados digitais com a intenção de compreender como se organiza o campo teórico e por quais caminhos os pesquisadores de processos democráticos em escolas públicas trilharam. Conceito fundamental encontrado em todos os artigos lidos foi o da *participação*, que guiou nosso olhar nos diálogos teóricos tecidos com Paulo Freire e Vitor Henrique Paro.

Nos apontou, também, que quando elencamos o pressuposto da horizontalidade nas relações de poder como objetivo deste olhar, percebeu-se que em apenas um estudo, os olhares dos pesquisadores se voltaram a isto. Que os estudos das relações democráticas de poder, em muitos casos, centram-se nas eleições diretas para diretores/gestores escolares, o que, na nossa opinião é um processo importante nesta organização, mas apenas superficial pois reproduz a lógica hegemônica de transferência de poder a alguém que “fará por nós” e na organização dos Conselhos Escolares. Estes últimos, dialogando de maneira muito próxima aos debates que travamos neste estudo.

Principiamos nossa caminhada compreendendo a trajetória da legislação que regulamenta a educação nas três esferas de poder. Essas leituras nos mostraram como a década que precedeu o fim do regime ditatorial militar foi importante para as formulações que viriam compor a escrita da Constituição Federal e, em ato contínuo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Também é no bojo dos debates para redemocratização que a figura dos Conselhos aparece, primeiramente como uma instância com características democráticas dentro da Igreja Católica e na sequência no chão de fábrica, especialmente, dentre os metalúrgicos que, à época, eram uma das maiores forças de trabalho ativa no país.

Em Araucária, neste período da redemocratização, onde, ainda, as organizações representativas de classe, sindicatos ou qualquer outro tipo de reunião que questionasse o poder hegemônico vigente, eram proibidos e considerados ilegais, os professores decidem organizar uma associação que, em um futuro não muito

distante, tornou-se o seu sindicato.

Importante este regaste nas conclusões deste estudo porque foi a partir desta associação que os amplos debates sobre a organização da educação no município ocorreram e, ainda, ocorrem. As legislações municipais que criaram os mecanismos e instâncias da gestão democrática do ensino público de Araucária, do mais amplo que regulamenta a Lei de Sistema e o Conselho Municipal de Educação ao mais íntimo – Conselhos Escolares e escolha direta para diretores das unidades escolares – foi objeto de amplos debates e estudos nos fóruns criados e dirigidos pelos trabalhadores da educação.

Como consequência destes processos, o município foi um dos primeiros do estado do Paraná a se organizar em forma de sistema próprio de ensino, gerido politicamente por um Conselho Municipal de Educação, constituído de forma tripartite entre o poder público, sociedade civil e trabalhadores da educação.

Essa organização também é refletida nas dezenas de unidades escolares públicas que compõem o sistema, essas em diversos níveis de amadurecimento e autonomia com relação aos seus processos de organização da gestão escolar.

Podemos afirmar, sem correr o risco de sermos levianos quanto ao rigor científico (pois há estudos e artigos acerca dos processos de democratização desta Rede Municipal de Ensino) que, neste quesito, o município de Araucária, e não nos referimos ao poder executivo, mas sim ao conjunto das organizações, tem uma caminhada progressista na ampliação dos níveis de autonomia de gestão e administrativa dos seus processos nas unidades educacionais e no próprio sistema.

Neste ecossistema fecundo, com amplos debates acerca da democratização, debruçamos nossos olhares aos documentos de uma unidade específica que diferenciase na organização dos seus processos internos de organização e divisão do poder.

Uma vez fundamentado teórica e metodologicamente este olhar, passamos a analisar o principal documento da unidade: a Proposta Pedagógica. Percebemos que ela dialoga, diretamente, com a organização observada no estágio de convivência da pesquisa e com os relatos obtidos, tanto nas entrevistas que subsidiaram o histórico, quanto nos discursos coletados no círculo de conversa: uma escola que se propõe emancipatória na formação de sua Comunidade Escolar e democrática em suas relações de poder.

Percebemos também que este documento reflete, de maneira fiel, a jornada

formativa dos sujeitos que, ao longo da história, construíram uma cultura enraizada e muito cara à comunidade de participação, consolidando, assim, um dos vieses teóricos deste trabalho: O materialismo histórico dialético, dialogando na construção das matrizes pedagógicas com a pedagogia histórico crítica e na organizacional, na forma de decisões colegiadas, por meio do Conselho Escolar, como instância deliberativa representativa, e em Assembleias Gerais quando demandada a participação direta.

O documento escrito, por si só, se não convertido em práxis, se torna somente mais um acessório, em mais uma prateleira, de mais uma escola e, nesta lógica, reproduzindo e mantendo a organização vigente. Entretanto, o que percebemos nesta unidade, o que a torna singular neste processo, é movimento contrário: de um documento que nasce vivo, constructo de um processo empírico, dialógico e histórico.

Processo que se reflete no documento base, a Proposta Pedagógica, e em todos os documentos decorrentes dele, que dialogam entre si e, em comum, mantém a lógica das decisões colegiadas que desmitificam e desburocratizam a função de quem ocupa o papel de gestor, que apesar de fundamental na organização escolar, não é o detentor de todo o poder e, por conseguinte, mais um sujeito nesta cadeia que organiza política e funcionalmente a escola.

A contramedida desta organização, espelhada nas ações e documentos, é formação, a cada geração de novos estudantes, de uma comunidade mais ativa e participativa da vida da Comunidade Escolar. Que fortalece e se retroalimenta pela cultura da participação, formando como construção social sujeitos críticos e atuantes em outras frentes da comunidade e do município.

Neste processo, também observamos as contradições entre os discursos, os documentos e as práticas e, ficou claro para este pesquisador, que existe um elo nesta cadeia de sujeitos que ainda demanda muito tempo de formação para que sua participação seja estabelecida de forma cultural, como ocorre em outros segmentos: os estudantes.

Isso se explica, em partes, pela característica do público escolar: crianças de 5 a 11 anos. Entretanto, no período da amostragem, percebeu-se que em alguns períodos a participação deste segmento foi mais efetiva, protagonizando ações marcantes como as alterações no uniforme e na organização do recreio que, em outras épocas, mesmo nos registros nas atas e documentos, aparecem com menos expressividade.

Ao iniciarmos esta caminhada, nos perguntamos: *“De que forma a gestão democrática de uma escola pública pode contribuir para a formação humana e emancipação política da sua Comunidade Escolar ?”*, agora, ao findar desta caminhada, observamos que as relações democráticas, caracterizadas nos processos de gestão, podem ser determinantes nos processos emancipatórios dos sujeitos e da sua comunidade.

Neste estudo, buscamos evidenciar, a cada passagem, nas análises e apontamentos, as relações entre o local o global, reforçando o método materialista-histórico que fundamentou esse percurso e conseguimos perceber que enquanto o país, o estado e o próprio município eram geridos, direcionados, por governos e grupos com ações políticas fortemente inclinados ao autoritarismo, a escola, de maneira contraditória, manteve-se e fortaleceu os seus processos democráticos, formando e alçando os sujeitos que os vivenciaram a outras esferas na defesa coletiva dos interesses da comunidade e de classe social a qual representavam: os trabalhadores.

Concluímos, com um sentimento de inconclusão, que muitos outros elementos poderiam ser abordados e aprofundados, porém as características de uma dissertação, com um tempo curto, recheado pelas adversidades expostas no início da explanação, nos trouxeram até este ponto. Observamos, sob a ótica do pesquisador, um conjunto de sujeitos que estão a construir e efetivar no seu cotidiano, o que muitas vezes encontramos nos materiais teóricos aos quais dispensamos anos de nossas vidas a estudar.

Vivenciamos, ao estudar esse caso na prática, o que defendeu Paro em uma entrevista à revista Nova Escola²⁹ em fevereiro de 2012 quando questionado de que forma o diretor pode realizar uma gestão democrática. E assim respondeu:

Desistindo de trabalhar num sistema de relação vertical. Gerir não é mandar no outro. Os meios têm de ser adequados aos fins. E a finalidade da Educação, para mim, é formar indivíduos e cidadãos. Ora, isso sim é um objetivo democrático. Então, as maneiras eleitas para atingi-lo não podem ser contraditórias a essa meta. Parece-me muito mais interessante uma escola em que as decisões e as responsabilidades estão a cargo de um coletivo - e não ter apenas uma pessoa respondendo por tudo (PARO, 2012, n.p.).

Realmente, de acordo com o interpretado neste estudo, “Parece-me muito mais interessante uma escola em que as decisões e as responsabilidades estão a

²⁹ Disponível no seguinte endereço eletrônico: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/387/entrevista-com-vitor-paro-professor-da-faculdade-de-educacao-da-usp>. Acesso em: 01/04/2021.

cargo de um coletivo”.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

ALVES, Álvaro Marcel. O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 9, n. 1, p. 1-13. 2010. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/422>. Acesso em: 15 mar. 2022.

ALVES, Rubem. A alegria de ensinar. Editora Ars Poética, 1984.

ARAUCÁRIA. Câmara Municipal de Araucária. Lei Municipal nº 1.527 de 02 de dezembro de 2004. Institui o Conselho Municipal de Educação de Araucária. **Diário Oficial de Araucária**. Araucária, 2004a.

ARAUCÁRIA. Câmara Municipal de Araucária. Lei Municipal nº 1.528 de 02 de dezembro de 2004. Institui o Sistema Municipal de Ensino do Município de Araucária, e dá outras providências. **Diário Oficial de Araucária**. Araucária, 2004b.

ARAUCÁRIA. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. **Mestres, alunos e escolas: a memória do ensino em Araucária**. 2. ed. Araucária: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 2010.

ARAUCÁRIA. **História**. Aniversário do Município: 11 de fevereiro. 2022a. Disponível em: <https://araucaria.atende.net/cidadao/pagina/historia>. Acesso em: 14 dez. 2022.

ARAUCÁRIA. Câmara Municipal de Araucária. Lei Municipal nº 3947 de 17 de agosto de 2022. Dispõe sobre os critérios de escolha mediante Consulta Pública à Comunidade Escolar para designação de Diretores e Diretores Auxiliares das Unidades Educacionais da Rede Pública Municipal de Ensino. **Diário Oficial de Araucária**. Araucária, 2022b.

ARAUCÁRIA. Conselho Municipal de Educação. Comissão Permanente de Gestão Democrática. **Parecer CME/ARAUCÁRIA nº 81/2022 aprovado em 13/12/2022**: Dos princípios e instrumentos de gestão democrática do Sistema Municipal de Ensino de Araucária. Araucária: CME, 2022c.

BARBOSA, José Márcio Silva; COELHO, Fernando Alvarenga Cardoso. A autonomia da escola na perspectiva da gestão democrática: entre o preposto e o existente no interior de uma escola pública de Belo Horizonte/MG. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, v. 8, n. 17, p. 1-15, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/regae/article/download/33782/pdf>. Acesso em: 22 jul. 2021.

BECKER, Howard. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BRANDÃO, Carlos R. **O que é o método Paulo Freire?** São Paulo: Brasiliense, 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases

da educação nacional. Brasília: Presidência da República, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 14 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 14 jul. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 21 abr. 2022.

BETTO, FREI. **O que é Comunidade Eclesial de Base.** Editora Brasiliense, 1981.

CÁRIA, Neide Pena; SANTOS, Mileide Pereira. Gestão e democracia na escola: limites e desafios. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, v. 3, n. 6, p. 27-41, 2015. Disponível em: <https://www.mendeley.com/catalogue/api/fulltext-resolver/a939b36c-3572-3e7b-bbcc-81fbfe5b5a9a/?t=1629155671161>. Acesso em 26 ago. 2021.

CASTRO, José Ricardo Paula *et al.* A importância dos Conselhos Escolares para a construção da gestão democrática. **I CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA EDUCACIONAL E EMANCIPAÇÃO:** as relações entre Estado, Sociedade e Educação. Fortaleza, CE, Joaçaba, SC. Unoesc, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/41132/1/2018_liv_mapa.pdf. Acesso em: 26 ago. 2022.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia:** o discurso competente e outras falas. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in late modernity. Rethinking critical discourse analysis.** Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

COLARES, Maria Lília I. S.; SOARES, Lucas de V.; CARDOZO, Maria José P. B. A gestão educacional como política: proposições na escola pública. **Holos**, Natal, v. 37, n. 2, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/12003/pdf>. Acesso em: 26 ago. 2021.

CONTI, Celso Luiz Aparecido; LUIZ, Maria Cecília; RISCAL, Sandra Aparecida. Caminhos e (des)caminhos da gestão democrática da escola pública: obstáculos, resistências e perspectivas para a democratização dos conselhos escolares. **Revista Histedbr**, v. 13, n. 51, 2013. Disponível em: <https://www.mendeley.com/catalogue/api/fulltext-resolver/5eaa6bb8-29c4-3bfa-b075-ff2420d654ee/?t=1629156313774>. Acesso em: 26 ago. 2021.

COSTA, Angelo Brandelli; ZOLTOWSKI, Ana Paula Couto. Como escrever um artigo de revisão sistemática. *In:* KOLLER, Sílvia H.; COUTO, Maria Clara P. P. de; HOHENDORFF, Jean Von. V. (Orgs.). **Manual de produção científica.** Porto Alegre: Penso, 2014. p. 55-70.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

CURY, Carlos Roberto J. **Educação e contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo: Cortez, 2000.

DALBEN, Ângela I. de Freitas. **Conselho de Classe e Avaliação**: perspectivas na gestão pedagógica da escola. Campinas: Papirus, 2004.

DALBERIO, Maria Célia Borges. Gestão democrática e participação na escola pública popular. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 47, n. 3, p. 1-12, 2008. Disponível em: <https://rieoei.org/historico/deloslectores/2420Borges.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2021.

DA SILVA, Luciene Amaral; DOS SANTOS, Inalda Maria. O discurso da participação na gestão democrática da escola pública: o que dizem os sujeitos da escola. **Educação, Ciência e Cultura**, v. 22, n. 3, p. 53, 2018. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/3797/pdf>. Acesso em: 26 ago. 2021.

DAL RI, Neusa Maria; VIEITEZ, Candido Giraldez. Gestão democrática na escola pública: uma experiência educacional do MST. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 23, n. 1, p. 55-80, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/117878>. Acesso em: 26 ago. 2021.

DEMO, Pedro. Formação de professores básicos. **Em Aberto**, Brasília, ano 12, nº 54, abr./jun. 1992.

DIÓGENES, Elione Maria Nogueira; GOMES, Maria Das Graças Correia. Participação dos pais e alunos no cenário da gestão democrática. **Educação: teoria e prática**, v. 23, n. 44, p. 112-129, 2013.. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/7528>. Acesso em: 26 ago. 2021.

DRABACH, Neila Pedrotti. A construção política do princípio da gestão democrática na legislação educacional: marcas de um passado e de um presente. *In*: Congresso Nacional de Educação – EDUCERE e Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, 9. e 3., 2009, Curitiba. **Anais**: Trabalhos. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2009. p. 5150-5165.

ESCOLA MUNICIPAL PEDRO BISCAIA. **Regimento Escolar**. Araucária, 2016.

ESCOLA MUNICIPAL PEDRO BISCAIA. **Proposta Pedagógica**. Araucária, 2022.

FALCÃO, Mary Sylvia Miguel. **A gestão democrática dos recursos financeiros nas escolas do município de Dourados (MS) 2005-2008**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília. 2016.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao

pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Editora Paz e Terra. 1982.

FREIRE, Paulo. **Escola Cidadã**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 1997. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/handle/7891/1906>. Acesso em: 14 nov. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GADOTTI, Moacir. **Escola cidadã**: uma aula sobre a autonomia da escola. São Paulo: Cortez, 1992.

GADOTTI, Moacir. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978

HESSE. Konrad. **Elementos de direito constitucional da república federal da Alemanha**. Porto Alegre. 1998.

KOLLER, Sílvia H.; COUTO, Maria Clara P. P. de; HOHENDORFF, Jean Von. V. (Orgs.). **Manual de produção científica**. Porto Alegre: Penso, 2014.

KRAMER, Sônia. Propostas pedagógicas ou curriculares: subsídios para uma leitura crítica. **Educação & Sociedade**, v. 18, n. 60, p. 15-37, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: MF Livros, 2008.

LIMA, Licínio C. Por que é tão difícil democratizar a gestão da escola pública? **Educar em Revista**, v. 34, n. 68, p. 15-28, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602018000200015&lang=pt. Acesso em: 26 ago. 2021.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 2. edição. São Paulo: EPU, 2020.

LUKÁCS, Georg. **Estética I**: La peculiaridad de lo estético. Barcelona: Grijalbo, 1967.

MARQUES, Luciana Rosa. A cultura democrática na gestão da escola pública: um estudo da análise do discurso dos conselheiros escolares. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 24, n. 1, p. 73-93, 2011. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/3041/2458>. Acesso em: 26 ago. 2021.

MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução**. In: Temas de Ciências Humanas. São Paulo: Grijalbo, 1977. Trabalho desenvolvido a partir da disciplina Marx, o Marxismo e a Educação oferecida pelo Programa de Pós-Graduação FAE/UFMG pela linha do Núcleo de Estudos Sobre Trabalho e Educação - NETE/UFMG.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos**: filosóficos e outros textos escolhidos. São Paulo: Abril, 1978.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1848.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MINAYO, Maria Cecília S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MORIN, Edgar. **O método 5**: a humanidade da humanidade. Porto Alegre: Sulina, 2002.

PARO, Vitor H. in SILVA, Luiz Heron da; org. **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis, Vozes, 1998. p. 300-307.

PARO, Vitor H. **Eleição de diretores**: a escola experimenta a democracia. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2003.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 3. ed. São Paulo, Ática, 2005.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Ática, 2008.

PEREIRA, Ana Paula da S. A institucionalização da participação popular nas políticas públicas: uma análise a partir da constituição federal de 1988. **V Seminário Cetros**. Fortaleza, 19 a 21 de agosto de 2015. Disponível em: www.uece.br/eventos/vseminariocetros/anais/trabalhos.html. Acesso em: 19 set. 2022.

SARRAF, Elizangela. **A cultura popular caiçara**: diálogos entre os saberes do fandango e as aprendizagens em uma escola na Ilha dos Valadares. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022. Disponível em: <https://m.dspace.c3sl.ufpr.br/bitstream/handle/1884/76350/R%20-%20D%20-%20>

[%20ELIZANGELA%20SARRAFF.pdf?sequence=1&isAllowed=y](#). Acesso em: 19 dez. 2022.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 30. ed. Campinas: Autores Associados, 1996.

SAVIANI, Dermeval. **Os saberes implicados na formação do educador**. Trabalho apresentando na mesa redonda “a formação do educador e seus saberes que a determinam”. IV CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES. Águas de São Pedro – SP, 1996.

SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SIMÕES, Carlos Jorge Martins. **Os Direitos Sociais Clássicos e Universais – O Estado Social e o Estado Democrático de Direito**. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/3413/1/Carlos%20Jorge%20Martins%20Simoes.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2021.

SISMMAR. **XXIV Sessão do Fórum Municipal em Defesa da Escola Pública**. s.d. Disponível em: <https://sismmar.com.br/site/categoria/xxiv-sessao-do-forum/>. Acesso em: 22 mar. 2023.

SOUZA, Ângelo Ricardo. A democratização da gestão educacional. Campinas: Autores Associados, 2001.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática. **Educação em Revista**, v. 25, n. 3, p. 123-140, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982009000300007&lang=pt. Acesso em: 16 ago. 2021.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. As condições de democratização da gestão da escola pública brasileira. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 27, n. 103, p. 271-290, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362019000200271&lang=pt. Acesso em: 16 ago. 2021.

STEFANO, Isa Gabriela de Almeida. Direito à educação: cláusula pétrea. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade São Judas Tadeu**, São Paulo, n. 3, p. 60-73, 2015. Disponível em: <https://revistadireito.emnuvens.com.br/revistadireito/article/view/33>. Acesso em: 19 dez. 2022.

TEIXEIRA, Anísio. Educação não é privilégio. Editora Nacional, 1947.

TONET Ivo. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács; 2013.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

APÊNDICE 01 - Etapa inicial – busca no Portal de Periódicos da Capes

The screenshot displays the 'Portal de Periódicos' interface by CAPES/MEC. At the top, there is a navigation bar with links for 'gover.br', 'ACESSO À INFORMAÇÃO', 'PARTICIPE', 'LEGISLAÇÃO', and 'DEBATES DO GOVERNO'. Below this, a secondary bar contains links for 'ACESSO CAPE', 'MEU ESPAÇO', 'ACESSIBILIDADE', 'ALTO CONTRASTE', and 'MAPA DO SITE'. The main header area includes the 'Portal de Periódicos' logo and the text 'CAPES/MEC'. A user profile section shows the name 'Hector Paulo Burnagut' and an email address. The left sidebar contains a 'BUSCA' section with links for 'Buscar assunto', 'Buscar periódico', 'Buscar livro', and 'Buscar base'. Below this is an 'INSTITUCIONAL' section with links for 'Histórico', 'Missão e objetivos', 'Quem participa', and 'Documentos'. The 'ACERVO' section includes 'Treinamentos' and 'Meus certificados'. The main content area is titled 'Buscar Assunto' and includes a search bar with the text '(Insira DOI/PMID ou termo de busca)'. Below the search bar, there are filters for 'Qualquer' (contém), 'Escola Pública', and 'Gestão Democrática'. The search results section shows 'Resultados de 1 - 10 para 47 para Portal de Periódicos' and a list of articles, including 'GESTÃO DEMOCRÁTICA VERSUS AUTONOMIA DECRETADA: DILEMAS ATUAIS NA ADMINISTRAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA' by Daisy Moreira Cunha.

Fonte: Portal de Periódicos Capes (2021).

APÊNDICE 02 - Etapa Inicial – Busca na base de dados RCAAP



Repositórios Científicos de
Acesso Aberto de Portugal

[Contactos](#)
[English](#)



SUBSCRIBE RSS FEED

HOME
PESQUISA AVANÇADA
DIRETÓRIO
FINANCIAMENTO
AJUDA

Encontrados 12 documentos, a visualizar página 1 de 2

Ordenado por: Relevância

Ordenar por: Relevância Descendente

Atualizar

1 2

rss feed resultados pesquisa

Gestão democrática na escola pública

Silva, Lilian Luiza Soares

Gestão Educacional: Submitted by Franciene Cerqueira Silva (Franciene.silva@ucb.br) on 2014-09-26T14:28:39Z No. of bitstreams: 2 license_rdf: 20618 bytes, checkedsum: b67ac49a372756ac8366d0c4e32ada7 (MD5) Lilian Luiza Soares Silva.pdf: 562000 bytes, checkedsum: 25580a0ac4a5d5f0d4e448b3c137 (MD5). Approved for entry into archive by Kelson Anthony de Menezes(akelson@ucb.br) on 2014-10-27T20:43:29Z (GMT) No. of ...

Data: 2014 | Origem: [Qeiosib](#) [Mais info.](#)

As condições de democratização da gestão da escola pública brasileira

Souza, Ângelo Ricardo de

Resumo O artigo discute elementos que contribuem para a constituição e funcionamento da gestão democrática das escolas públicas e constrói um indicador para dimensionar o desenvolvimento deste importante princípio constitucional. O texto utiliza dados de 2003 e 2015 do Sistema Nacional de Avaliação da Educação, focalizando em questões atinentes à gestão democrática, e dá um tratamento estatístico a eles. A análise...

Data: 2019 | Origem: [Qeiosib](#) [Mais info.](#)

As condições de democratização da gestão da escola pública brasileira

Souza, Ângelo Ricardo de

Resumo O artigo discute elementos que contribuem para a constituição e funcionamento da gestão democrática das escolas públicas e constrói um indicador para dimensionar o desenvolvimento deste importante princípio constitucional. O texto utiliza dados de 2003 e 2015 do Sistema Nacional de Avaliação da Educação, focalizando em questões atinentes à gestão democrática, e dá um tratamento estatístico a eles. A análise...

Data: 2018 | Origem: [Qeiosib](#) [Mais info.](#)

Gestão educacional e seus desafios na escola pública

12 Resultados

Texto Pesquisado

Atualizar

Refinar resultados

Autor

- ☐ Souza, Ângelo Ricardo de (2)
- ☐ Filho, João Ferreira (1)
- ☐ Silva, Lilian Luiza Soares (1)
- ☐ dos Santos, Inálda Maria (1)
- ☐ Pires, Daniela de Oliveira (1)

[Ver mais opções](#)

Data

- ☐ 2018 (5)
- ☐ 2019 (2)
- ☐ 2014 (2)
- ☐ 2015 (1)
- ☐ 2012 (1)

[Ver mais opções](#)

Tipo de Documento

- ☐ Artigo científico (13)

Fonte: Base de Dados RCAAP (2021).

APÊNDICE 03 - etapa inicial – busca na base de dados SciELO

The screenshot shows the SciELO search interface. The search bar contains the query "ESCOLA PÚBLICA" AND "GESTÃO DEMOCRÁTICA". The results section shows 8 results. The first result is titled "Educação de alunos imigrantes: a experiência de uma escola pública em São Paulo" by Kohatsu, Lineu Norio; Ramos, Maria da Conceição Pereira; Ramos, Natalia. The second result is titled "Austeridade fiscal, autoritarismo e política educacional: as mudanças legislativas na gestão democrática do sistema estadual de ensino e da escola pública de Mato Grosso" by Costa, Marilda de Oliveira; Domiciano, Cassia. The interface includes filters for collections (Todos, Brasil, Portugal) and periods, and options to sort, print, or export the results.

Resultado: 8

Filtros

Coleções

- Todos
- Brasil 7
- Portugal 1

Período

Ordenar por: Publicação - Mais novos primeiro

Página 1 de 1

Selecionar esta página | Imprimir | Enviar por e-mail | Exportar | Compartilhar

0 Itens selecionados

1. Educação de alunos imigrantes: a experiência de uma escola pública em São Paulo
Kohatsu, Lineu Norio; Ramos, Maria da Conceição Pereira; Ramos, Natalia.
Psicologia Escolar e Educacional 2020, Volume 24 elocation e213834
Resumo: > EN > PT > ES | Texto: EN PT ES
<https://doi.org/10.1590/2175-35362020213834>
2. Austeridade fiscal, autoritarismo e política educacional: as mudanças legislativas na gestão democrática do sistema estadual de ensino e da escola pública de Mato Grosso
Costa, Marilda de Oliveira; Domiciano, Cassia
Educar em Revista 2020, Volume 36 elocation e70086
Resumo: > EN > PT | Texto: EN PT | PDF: EN | ePDF: EN | PDF: PT | ePDF: PT

Fonte: Base De Dados SciELO (2021).

APÊNDICE 04 - Etapa inicial – busca na base de dados Lilacs

The screenshot displays the Lilacs search interface. At the top, there is a header with the logo 'bvs biblioteca virtual em saúde' and the title 'Pesquisa em bases de dados'. Below this, the search parameters are shown: 'Base de dados: LILACS', 'Pesquisa: "Escola Pública" [Palavras] and "Gestão Democrática" [Palavras]', and 'Referências encontradas: 0'. A section titled 'Refinar a pesquisa' contains a dropdown menu for 'Base de dados' set to 'LILACS' and a link to 'Formulário avançado'. Below this is a table for refining the search:

	Pesquisar	no campo	
1	"Escola Pública"	Palavras	Índice
2 and	"Gestão Democrática"	Palavras	Índice
3 and		Palavras	Índice

Below the table are three buttons: 'Crie CONJUNTO', 'LIMPE', and 'Pesquisar'. At the bottom, it states 'Search engine: IAH v2.6 powered by WWWISSE' and 'BIREME/OPAS/OMS - Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde'.

Fonte: Base de Dados Lilacs (2021).

APÊNDICE 05 - Armazenamento dos resultados por base

Arquivo

Página Inicial

Inserir

Layout da Página

Fórmulas

Dados

Revisão

Exibição

Revisão_Uncolored - Excel

Entrar

B5

Fonte: O autor (2021).

APÊNDICE 06 - Resultados da análise por critérios de inclusão e exclusão pelo título do artigo

Revisao_Hector - Excel

ARQUIVO PÁGINA INICIAL INSERIR LAYOUT DA PÁGINA FÓRMULAS DADOS REVISÃO EXIBIÇÃO

C45 : fora

SEM CATEGORIA 63 artigos Fora 27 Dúvida: 15 Ok: 17 Objetivo foi selecionar SOMENTE pelo título 5 excluídos por duplicidade • Critério de Inclusão: ter como foco ao menos um destes elementos: a Gestão democrática, a participação, a organização e/ou composição das instâncias de poder da Gestão Democrática de Escola Públicas com público alvo o Ensino Fundamental. • Critério de exclusão: ter como foco os processos de Gestão de escolas da Educação Infantil, Ensino Médio e/ou Superior; Entidades privadas de ensino; foco em Escolas Militares. Debates mais amplos ou fora do locus da pesquisa, serem objetos de TCC de cursos de graduação e/ou pós lato sensu ou pesquisas realizadas fora da campo de pesquisa da educação			
Title	Author(s)	dúvida ok fora	Publication year
As condições de democratização da gestão da escola pública brasileira	Souza, Ângelo Ricardo de	ok	2019
Por que é tão difícil democratizar a gestão da escola pública?	Lima, Lício C.	ok	2018
Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática	Souza, Ângelo Ricardo de	ok	2009
Gestão e democracia na escola: limites e desafios - Management and democracy in school: limits and challenges	Cária, Neide Pena Santos, Míleide Pereira	ok	2015
Gestão democrática na escola pública: uma experiência educacional do MST	Dal Ri, Neusa Maria Viêitez, Cândido Giraldez	ok	2010
Caminhos e (des)caminhos da gestão democrática da escola pública: obstáculos, desafios e possibilidades	Conti, Celso Luiz Aparecido Luiz, Maria Cecília	ok	2013

1ª_análise_títulos categorização_títulos 2ª_análise_resumo selecionados ordem_abnt análise_parcial diário_de_bordo

Fonte: O autor (2021).

APÊNDICE 07 - Resultados da análise por critérios de inclusão e exclusão pelo título do artigo com categorização

Critério de Inclusão: Contemplar ao menos duas das três categorias elencadas como essenciais a esta Revisão Sistemática. Critério de exclusão: Contemplar apenas uma e/ou nenhuma das categorias elencadas como essenciais a esta Revisão Sistemática. CATEGORIZAÇÃO POR TÍTULO 33 artigos Fora 06 Ok: 15 Dúvida: 11							
Title	Author(s)	Análise do Título sem categorias	Foco na Gestão Democrática	Foco na Escola Pública	Foco nos processos, resultados e/ou nas instâncias da Gestão Democrática	Análise do Título categorizada	Publication year
As condições de democratização da gestão da escola pública brasileira	Souza, Ângelo Ricardo de	ok	sim	sim	sim	ok	2019
Por que é tão difícil democratizar a gestão da escola pública?	Lima, Lidínio C.	ok	sim	sim	sim	ok	2018
Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática	Souza, Ângelo Ricardo de	ok	sim	sim	sim	ok	2009
Gestão e democracia na escola: limites e desafios - Management and democracy in school: limits and challenges	Cária, Neide Pena Santos, Mírelde Pereira	ok	sim	sim	sim	ok	2015
Caminhos e (des)caminhos da gestão democrática da escola pública: obstáculos, resistências e perspectivas para a democratização dos conselhos escolares	Conti, Celso Luiz Aparecido Luiz, Maria Cecília Riscal, Sandra Aparecida	ok	sim	sim	sim	ok	2013
A cultura democrática na gestão da escola pública: um estudo da análise do discurso dos conselheiros escolares	Marques, Luciana Rosa	ok	sim	sim	sim	ok	2011
A GESTÃO EDUCACIONAL COMO POLÍTICA: PROPOSIÇÕES NA ESCOLA PÚBLICA	Colares, M Soares, L Cardozo, M	ok	sim	sim	sim	ok	2021
Gestão democrática e participação na escola pública popular	Delberio, Maria Célia Borges	ok	sim	sim	sim	ok	2008
Gestão educacional e seus desafios na escola pública	Silva, Renato André Pedrosa da	ok	sim	sim	sim	ok	2014
Gestão Democrática para uma Educação de Qualidade na escola Pública	Favinha, Marília, Sousa, Benedita da Silva, Luciene Amaral dos Santos, Inalida Maria	ok	sim	sim	sim	ok	2012
O discurso da participação na gestão democrática da escola pública: o que dizem os sujeitos da escola	Pires, Danielle de Oliveira; Peroni, Vera Maria Vidal	ok	sim	sim	sim	ok	2018
Os desafios para o processo de democratização da escola pública	Diógenes, Eliane Maria Nogueira Gomes, Maria Das Graças Correia	ok	sim	sim	sim	ok	2018
Participação dos pais e alunos no cenário da gestão democrática		dúvida	sim	sim	sim	ok	2013
Perfil da gestão da escola pública no Brasil: um estudo sobre os diretores escolares e sobre aspectos da gestão democrática	Souza, Ângelo Ricardo de	dúvida	sim	sim	sim	ok	2009
Avenços da gestão democrática na escola pública: um estudo de caso no município de Santos	Nascimento, Cristina Gotterdi van Opstal	dúvida	sim	sim	sim	ok	2015
PRIVATIZAÇÃO E MILITARIZAÇÃO: AMEAÇAS RENOVADAS À GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA		dúvida	sim	x	x	fora	2016
O significado do Projeto Político Pedagógico na construção de ações e relações participativas na educação do campo	Caetano, Edson Silva, Iorim Rodrigues Da	dúvida	x	x	x	fora	2017
Political and Economic Disputes over Brazilian Educational Democratization in the 21st Century	Moreira, Carlos Felipe Nunes	dúvida	x	x	x	fora	2019
A escola e as normas em conflito: um ensaio sobre a educação institucionalizada e direitos humanos	De Silva, Rodrigo	dúvida	x	x	x	fora	2011
The Executive Branch as Legislator: The Political Dynamic Surrounding Educational Reform in Minas Gerais (2003-2014)	Tripodi, Zera Figueiredo	dúvida	x	x	x	fora	2018
Democracy and Social Rights: History and Implications for Brazilian Educational Policies	de Carvalho, Roberto	dúvida	x	x	x	fora	2019
Gestão democrática na escola pública: uma experiência educacional do MST	Dal Ri, Neusa Maria Viçente, Candido Giraldes	ok	sim	sim	x	dúvida	2010
A autonomia da escola na perspectiva da gestão democrática: entre o preposto e o existente no interior de uma escola pública de Belo Horizonte/MG	Barbosa, Jose Marcio Silva Coelho, Fernando Alvaranga Cardoso	ok	sim	x	x	dúvida	2019
Gestão democrática e trabalho: princípios educativos no currículo da escola pública (1989 - 1992)	Bezerra, Ada Augusta Celestino	ok	sim	sim	x	dúvida	2008
Gestão democrática e projeto político-pedagógico: estudo de caso em uma escola municipal de São Gonçalo dos Campos - BA - Democratic management and political pedagogical project: case study on a municipal school of São Gonçalo dos Campos - BA	Silva, Raimunda Maria Da Cazumbá, Rodrigo Da Silva Santos	ok	sim	sim	x	dúvida	2015
Gestão democrática na escola pública	Silva, Liliam Luiza Soares	ok	sim	sim	x	dúvida	2014
GESTÃO DEMOCRÁTICA VERSUS AUTONOMIA DECRETADA: DILEMAS ATUAIS NA ADMINISTRAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA	Cunha, Daisy Moreira	dúvida	sim	sim	x	dúvida	2013
Gestão democrática e arquitetura da escola	Souza, Silvana Aparecida de	dúvida	sim	x	x	dúvida	2012
PERCEPÇÃO DOS PAIS SOBRE A PARTICIPAÇÃO NA ESCOLA PÚBLICA: UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	Fernandes, Pamela Tamires Bêlão Leite, Yoshie Ussami Ferrari	dúvida	x	sim	sim	dúvida	2017
Representações de professores e gestores de uma escola que se diz pesquisadora	Idelbrando, Amália	dúvida	x	x	sim	dúvida	2019
A formação do diretor e a escola pública: uma narrativa autobiográfica	Filho, João Ferreira; Leite, Yoshie Ussami Ferrari	dúvida	sim	sim	x	dúvida	2019
A gestão democrática da escola pública em contextos de reformas educacionais locais: estudo comparado entre Brasil e Espanha	Batista, Neusa Chaves; Pereyra, Miguel Ángel	dúvida	sim	sim	x	dúvida	2020

Fonte: O autor (2021).

APÊNDICE 08 - Resultados da análise por critérios de inclusão e exclusão pelo resumo do artigo com categorização e *Qualis*.

Critério de inclusão: Resumo que contemple: o foco na Gestão Democrática de Escolas Públicas, considerando os processos/resultados e/ou instâncias de Gestão Democrática e que inclua os resultados de pesquisa. CRITÉRIOS DE ANÁLISE xxx artigos Fora: 14 Ok: 12 Critério de exclusão: Resumo que não contemple qualquer um dos critérios elencados para inclusão..									
Title	Author(s)	Análise do Título sem categorias	Análise do Título categorizada	Foco na Gestão Democrática	Foco na Escola Pública	Foco nos processos, resultados e/ou Foco nas instâncias da Gestão Democrática	Resultados da Pesquisa no resumo	Qualis	Análise categorizada do Resumo
Gestão democrática e participação na escola pública popular	Dalberio, Maria Célia Borges	ok	ok	sim	sim	sim	sim	A2	ok
Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática	Souza, Ângelo Ricardo de	ok	ok	sim	sim	sim	sim	A1	ok
Gestão democrática na escola pública: uma experiência educacional do MST	Dal Ri, Neusa Maria Vileitez, Candido Giraldez	ok	dúvida	sim	sim	sim	sim	A1	ok
A cultura democrática na gestão da escola pública: um estudo da análise do discurso dos conselheiros escolares	Marques, Luciana Rosa	ok	ok	sim	sim	sim	sim	A1	ok
Caminhos e (des)caminhos da gestão democrática da escola pública: obstáculos, resistências e perspectivas para a democratização dos conselhos escolares	Conti, Celso Luiz Aparecido Luiz, Maria Cecília Riscal, Sandra Aparecida	ok	ok	sim	sim	sim	sim	A3	ok
Participação dos pais e alunos no cenário da gestão democrática	Diógenes, Elione Maria Nogueira Gomes, Maria Das Graças Correia	dúvida	ok	sim	sim	sim	sim	A3	ok
Gestão e democracia na escola: limites e desafios - Management and democracy in school: limits and challenges	Cária, Neide Pena Santos, Milleide Pereira	ok	ok	sim	sim	sim	sim	A4	ok
Por que é tão difícil democratizar a gestão da escola pública?	Lima, Uidino C.	ok	ok	sim	sim	sim	sim	A1	ok
O discurso da participação na gestão democrática da escola pública: o que dizem os sujeitos da escola.	da Silva, Luciene Amaral; dos Santos, Inalda Maria	ok	ok	sim	sim	sim	sim	A3	ok
As condições de democratização da gestão da escola pública brasileira	Souza, Ângelo Ricardo de	ok	ok	sim	sim	sim	sim	A2	ok
A autonomia da escola na perspectiva da gestão democrática: entre o preposto e o existente no interior de uma escola pública de Belo Horizonte/MG	Barbosa, José Márcio Silva Coelho, Fernando Alvarange Cardoso	ok	dúvida	sim	sim	sim	sim	A4	ok
A GESTÃO EDUCACIONAL COMO POLÍTICA: PROPOSIÇÕES NA ESCOLA PÚBLICA	Colares, M Soares, L Cardozo, M	ok	ok	sim	sim	sim	sim	A3	ok
Avanços da gestão democrática na escola pública: um estudo de caso no município de Santos	Nascimento, Cristina Gottardi van Opstal	dúvida	ok	sim	sim	sim	sim	X - B1	FORA
Gestão Democrática para uma Educação de Qualidade na escola Pública	Favinha, Marília; Sousa, Benedita	ok	ok	sim	sim	sim	X	X	FORA
Gestão democrática e trabalho: princípios educativos no currículo da escola pública (1989 - 1992)	Bezerra, Ada Augusta Celestino	ok	dúvida	sim	sim	x	x	X	FORA
Perfil da gestão da escola pública no Brasil: um estudo sobre os diretores escolares e sobre aspectos da gestão democrática	Souza, Ângelo Ricardo de	dúvida	ok	sim	sim	sim	x	X	FORA
Gestão educacional e seus desafios na escola pública	Silva, Renato André Pedrosa da	ok	ok	sim	sim	sim	x	X	FORA
Gestão democrática e arquitetura da escola	Souza, Silvana Aparecida de	dúvida	dúvida	sim	sim	x	x	X	FORA
GESTÃO DEMOCRÁTICA VERSUS AUTONOMIA DECRETADA: DILEMAS ATUAIS NA ADMINISTRAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA	Cunha, Daisy Moreira	dúvida	dúvida	sim	sim	sim	x	X	FORA
Gestão democrática na escola pública	Silva, Lilliam Luiza Soares	ok	dúvida	sim	sim	sim	x	X	FORA
Gestão democrática e projeto político-pedagógico: estudo de caso em uma escola municipal de São Gonçalo dos Campos - BA - Democratic management and political pedagogical project: case study on a municipal school of São Gonçalo dos Campos - BA	Silva, Raimunda Maria Da Cazumbá, Rodrigo Da Silva Santos	ok	dúvida	x	sim	x	sim	X	FORA
PERCEPÇÃO DOS PAIS SOBRE A PARTICIPAÇÃO NA ESCOLA PÚBLICA: UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	Fernandes, Pamela Tamires Beirão Leite, Yoshie Ussami Ferrari	dúvida	dúvida	sim	sim	x	sim	X	FORA
Os desafios para o processo de democratização da escola pública	Pires, Daniela de Oliveira; Peroni, Vera Maria Vidal	ok	ok	sim	sim	x	sim	X	FORA
Representações de professores e gestores de uma escola que se diz pesquisadora	Idelbrando, Amália	dúvida	dúvida	x	x	x	sim	X	FORA
A formação do diretor e a escola pública: uma narrativa autobiográfica	Filho, João Ferreira; Leite, Yoshie Ussami Ferrari	dúvida	dúvida	x	x	x	sim	X	FORA
A gestão democrática da escola pública em contextos de reformas educacionais locais: estudo comparado entre Brasil e Espanha	Batista, Neusa Chaves; Pereyra, Miguel Angel	dúvida	dúvida	x	sim	sim	sim	X	FORA

Fonte: O autor (2021)

APÊNDICE 09 -Degravação Círculo de diálogo

Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1oGLBVkCvXOva61fBme-W9xY5oqrRZB1H?usp=sharing>

APÊNDICE 10 - Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
Comunidade Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Hector Paulo Burnagui, mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação: Teoria e Prática de Ensino, e Prof. Dr. Maurício Cesar Vitória Fagundes, Pesquisador principal dessa pesquisa, estamos convidando o(a) senhor(a) a participar de um estudo intitulado GESTÃO DEMOCRÁTICA, FORMAÇÃO HUMANA E EMANCIPAÇÃO POLÍTICA: UM ESTUDO DE CASO DE UMA ESCOLA PUBLICA MUNICIPAL DE ARAUCARIA.

Essa pesquisa se propõe ao estudo a análise dos processos democráticos, à luz das legislações e da atuação das instâncias de fiscalização e controle social da Rede Municipal de Ensino de Araucária, sob o recorte do funcionamento de uma unidade educacional específica, qual seja: a Escola Municipal Pedro Biscaia. Locus desse elencado pela busca da Unidade no aprimoramento das relações democráticas entre a gestão e os diversos segmentos que compõem a Comunidade Escolar de forma participativa e horizontal buscando a emancipação dos envolvidos.

A partir da intencionalidade, acima descrita, justifica-se a importância desta pesquisa que, para além de debater gestão democrática como sendo somente a forma de escolha dos gestores, pretende aprofundar a análise nas relações de poder, execução, participação, emancipação da Comunidade Escolar e os impactos nos processos de ensino-aprendizado da escolar, seguem as cláusulas:

1. O objetivo desta pesquisa é compreender as possibilidades e limites de um processo democrático emancipatório desenvolvido em uma Escola Pública Municipal do município de Araucária.
2. Caso você participe da pesquisa, será necessário: Participar das entrevistas, que serão realizadas presencialmente em local previamente agendado. Essas entrevistas deverão ser gravadas a fim de registro para a coleta de dados da pesquisa.
3. Para fins de coletas de dados para a pesquisa, a entrevista e as observações serão gravadas em áudios e vídeo, portanto é possível que o(a) senhor(a) experimente algum desconforto, caso isso aconteça, os registros não serão utilizados na pesquisa.

4. Asseguramos que não haverá riscos físicos e/ou psicológicos relacionados à essa pesquisa.

5. Os benefícios esperados com essa pesquisa são: possibilitar estabelecer o diálogo entre sobre educação e democracia, a fim de refletir sobre as práticas pedagógicas relacionadas a estes processos no seio da Comunidade Escolar e com a emancipação desta comunidade. Os(as) participantes não terão qualquer custo ao participar desse estudo.

6. A pesquisador Hector Paulo Burnagui, responsável pela mediação deste estudo poderá ser localizada no telefone (41) 9 9849-5264 e no endereço eletrônico hectorpaulo13@gmail.com ou o contato pode ser estabelecido com o pesquisador principal, Maurício Cesar Vitória Fagundes que poderá ser localizado no telefone (41) 41-988580193 e no endereço eletrônico mauriciovitoriafagundes@gmail.com no horário das 9h às 17h para esclarecer eventuais dúvidas que o (a) senhor (a) possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.

7. A sua participação neste estudo é voluntária e se o senhor (a senhora) não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado.

8. As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas, representadas pela pesquisadora mediadora e professor orientador. No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a **sua identidade seja preservada e mantida sua confidencialidade**.

9. O material obtido – áudios e vídeos gravados nas entrevistas e observações – serão utilizados unicamente para essa pesquisa, ficando sob guarda e responsabilidade do pesquisador em meio digital off-line.

10. Não haverá despesas durante a participação dessa pesquisa. O (a) senhor (a) não receberá qualquer valor em dinheiro pela sua participação.

11. Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código.

12. Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, você pode contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP/SD) do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná, pelo telefone 3360-7259. O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão colegiado multi e

transdisciplinar, independente, que existe nas instituições que realizam pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil e foi criado com o objetivo de proteger os participantes de pesquisa, em sua integridade e dignidade, e assegurar que as pesquisas sejam desenvolvidas dentro de padrões éticos (Resolução nº 466/12 Conselho Nacional de Saúde).

13.

Participante da Pesquisa e/ou Responsável Legal [rubrica]_____

Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE [rubrica]_____

Orientador [rubrica]_____

APÊNDICE 11 - Modelo do Termo de Consentimento Livre, após Esclarecimento -
Comunidade Escolar

CONSENTIMENTO LIVRE, APÓS ESCLARECIMENTO

Eu, _____ li esse Termo de Consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem qualquer prejuízo para mim.

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Araucária, ____ de _____ de ____.

[Assinatura do Participante de Pesquisa ou Responsável Legal]

[Assinatura da Pesquisadora Responsável ou quem aplicou o TCLE]

Tenho ciência que a guarda e demais procedimentos de segurança são de inteira responsabilidade dos pesquisadores. Os pesquisadores comprometem-se, igualmente, a fazer divulgação dessas informações coletadas somente de forma anônima.

Este documento foi elaborado em duas (2) vias, uma ficará com a pesquisadora e outra com o(a) participante da pesquisa.

Araucária, ____ de _____ de ____

Hector Paulo Burnagui

Participante da pesquisa

APÊNDICE 12 - Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido -
Estudantes

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Hector Paulo Burnagui, mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação: Teoria e Prática de Ensino, e Prof. Dr. Maurício Cesar Vitória Fagundes, Pesquisador principal dessa pesquisa, estamos convidando o(a) senhor(a) a participar de um estudo intitulado GESTÃO DEMOCRÁTICA, FORMAÇÃO HUMANA E EMANCIPAÇÃO POLÍTICA: UM ESTUDO DE CASO DE UMA ESCOLA PUBLICA MUNICIPAL DE ARAUCARIA.

Essa pesquisa se propõe ao estudo a análise dos processos democráticos, à luz das legislações e da atuação das instâncias de fiscalização e controle social da Rede Municipal de Ensino de Araucária, sob o recorte do funcionamento de uma unidade educacional específica, qual seja: a Escola Municipal Pedro Biscaia. Locus desse elencado pela busca da Unidade no aprimoramento das relações democráticas entre a gestão e os diversos segmentos que compõem a Comunidade Escolar de forma participativa e horizontal buscando a emancipação dos envolvidos.

A partir da intencionalidade, acima descrita, justifica-se a importância desta pesquisa que, para além de debater gestão democrática como sendo somente a forma de escolha dos gestores, pretende aprofundar a análise nas relações de poder, execução, participação, emancipação da Comunidade Escolar e os impactos nos processos de ensino-aprendizado da escolar, seguem as cláusulas:

1. O objetivo desta pesquisa é compreender as possibilidades e limites de um processo democrático emancipatório desenvolvido em uma Escola Pública Municipal do município de Araucária.

2. Caso o(a) senhor(a) autorize a participação do(a) estudante nesta pesquisa, será necessário: participar das entrevistas, que serão realizadas presencialmente em local previamente agendado. Essas entrevistas deverão ser gravadas a fim de registro para a coleta de dados da pesquisa.

3. Para fins de coletas de dados para a pesquisa, a entrevista e as observações serão gravadas em áudios e vídeo, portanto é possível que o(a) senhor(a) experimente algum desconforto, caso isso aconteça, os registros não serão utilizados na pesquisa.

4. Asseguramos que não haverá riscos físicos e/ou psicológicos relacionados à essa pesquisa.

5. Os benefícios esperados com essa pesquisa são: possibilitar estabelecer o diálogo entre sobre educação e democracia, a fim de refletir sobre as práticas pedagógicas relacionadas a estes processos no seio da Comunidade Escolar e com a emancipação desta comunidade. Os(as) participantes não terão qualquer custo ao participar desse estudo.

6. A pesquisador Hector Paulo Burnagui, responsável pela mediação deste estudo poderá ser localizada no telefone (41) 9 9849-5264 e no endereço eletrônico hectorpaulo13@gmail.com ou o contato pode ser estabelecido com o pesquisador principal, Maurício Cesar Vitória Fagundes que poderá ser localizado no telefone (41) 988580193 e no endereço eletrônico mauriciovitoriafagundes@gmail.com no horário das 9h às 17h para esclarecer eventuais dúvidas que o (a) senhor (a) possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.

7. A sua participação neste estudo é voluntária e se o senhor (a senhora) não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado.

8. As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas, representadas pela pesquisadora mediadora e professor orientador. No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a **sua identidade seja preservada e mantida sua confidencialidade**.

9. O material obtido – áudios e vídeos gravados nas entrevistas e observações – serão utilizados unicamente para essa pesquisa, ficando sob guarda e responsabilidade do pesquisador em meio digital off-line.

10. Não haverá despesas durante a participação dessa pesquisa. O (a) senhor (a) não receberá qualquer valor em dinheiro pela sua participação.

11. Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código.

12. Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, você pode contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP/SD) do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná, pelo telefone 3360-7259. O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão colegiado multi e

transdisciplinar, independente, que existe nas instituições que realizam pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil e foi criado com o objetivo de proteger os participantes de pesquisa, em sua integridade e dignidade, e assegurar que as pesquisas sejam desenvolvidas dentro de padrões éticos (Resolução nº 466/12 Conselho Nacional de Saúde).

Participante da Pesquisa e/ou Responsável Legal [rubrica]_____

Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE [rubrica]_____

Orientador [rubrica]_____

APÊNDICE 13 - Modelo do Termo de Consentimento Livre, após Esclarecimento -
Estudantes

CONSENTIMENTO LIVRE, APÓS ESCLARECIMENTO

Eu, _____ li esse Termo de Consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo para o qual autorizo a participação do(a) estudante _____. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que somos livres para interromper a participação a qualquer momento sem justificar nossa decisão e sem qualquer prejuízo para mim e para o(a) adolescente.

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Araucária, ____ de _____ de ____.

[Assinatura do Pai ou Responsável Legal]

[Assinatura da Pesquisadora Responsável ou quem aplicou o TCLE]

Tenho ciência que a guarda e demais procedimentos de segurança são de inteira responsabilidade dos pesquisadores. Os pesquisadores comprometem-se, igualmente, a fazer divulgação dessas informações coletadas somente de forma anônima.

Este documento foi elaborado em duas (2) vias, uma ficará com a pesquisadora e outra com o(a) participante da pesquisa.

Araucária, ____ de _____ de ____

Hector Paulo Burnagui

Participante da pesquisa

APÊNDICE 14 - Modelo de Termo de Solicitação de uso de Som de Voz na
Pesquisa

TERMO DE SOLICITAÇÃO DE USO DE SOM DE VOZ NA PESQUISA

Título do Projeto: GESTÃO DEMOCRÁTICA, FORMAÇÃO HUMANA E EMANCIPAÇÃO POLÍTICA: UM ESTUDO DE CASO DE UMA ESCOLA PUBLICA MUNICIPAL DE ARAUCARIA

Os pesquisadores Hector Paulo Burnagui e Maurício Cesar Vitória Fagundes, do presente projeto, solicitam a utilização de som de voz para pesquisa.

Esta autorização refere-se única e exclusivamente para fins desta pesquisa, portanto não autorizo a utilização de voz para outros fins.

Tenho ciência que a guarda e demais procedimentos de segurança são de inteira responsabilidade dos pesquisadores. Os pesquisadores comprometem-se, igualmente, a fazer divulgação dessas informações coletadas somente de forma anônima.

Este documento foi elaborado em duas (2) vias, uma ficará com a pesquisadora e outra com o(a) participante da pesquisa.

Araucária, ____ de _____ de _____

Hector Paulo Burnagui

Maurício Cesar Vitória Fagundes

Participante da pesquisa

APÊNDICE 15 - Modelo de Termo de Solicitação de uso de Imagem na Pesquisa

TERMO DE SOLICITAÇÃO DE USO DE IMAGEM NA PESQUISA

Título do Projeto: GESTÃO DEMOCRÁTICA, FORMAÇÃO HUMANA E EMANCIPAÇÃO POLÍTICA: UM ESTUDO DE CASO DE UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

Os pesquisadores Hector Paulo Burnagui e Maurício Cesar Vitória Fagundes, do presente projeto, solicitam a utilização de imagem para pesquisa.

Esta autorização refere-se única e exclusivamente para fins desta pesquisa, portanto não autorizo a utilização da imagem para outros fins

Tenho ciência que a guarda e demais procedimentos de segurança são de inteira responsabilidade dos pesquisadores. Os pesquisadores comprometem-se, igualmente, a fazer divulgação dessas informações coletadas somente de forma anônima.

Este documento foi elaborado em duas (2) vias, uma ficará com a pesquisadora e outra com o(a) participante da pesquisa.

Araucária, ____ de _____ de _____

Hector Paulo Burnagui

Maurício Cesar Vitória Fagundes

Participante da pesquisa